

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**ESTRATÉGIA E DESAFIO DO TRABALHO NO MUNDO DA INFORMALIDADE: OS
VENDEDORES AMBULANTES DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO DE
BRASÍLIA/DF**

Fernanda Menezes Raposo

Brasília
2019

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**ESTRATÉGIA E DESAFIO DO TRABALHO NO MUNDO DA INFORMALIDADE: OS
VENDEDORES AMBULANTES DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO DE
BRASÍLIA/DF**

Fernanda Menezes Raposo

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade de Brasília (UnB), para
obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Brasília
2019

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ESTRATÉGIA E DESAFIO DO TRABALHO NO MUNDO DA INFORMALIDADE: OS
VENDEDORES AMBULANTES DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO DE
BRASÍLIA/DF**

Autora: Fernanda Menezes Raposo

Orientadora: Prof. Dra. Mariza Veloso Motta Santos

Banca: Prof. Dra. Cristina Patriota
de Moura (DAN/UnB)

Prof. Dra. Christiane Girard Ferreira
Nunes (SOL/UnB)

Prof. Dra. Christiane Machado
Coelho (SOL/UnB)

Brasília
2019

À minha mãe, sinônimo de luta e inspiração.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida e pela esperança em Cristo. Pela sua infinita e majestosa misericórdia e amor, que me encorajaram e me sustentaram dia após dia. "Por que Dele, e por meio dEle, e para Ele são todas as coisas. A Ele, pois, a glória eternamente" (Rm, 11.36)

À minha família, em especial aos meus pais: Silvia e Valdemir. Obrigada por me apoiarem incondicionalmente e por sempre confiarem em mim e no meu potencial. Pelo carinho e pelo amor que nunca faltaram. Por trabalharem arduamente para me oferecer a melhor educação que pudessem me dar. Por me darem a liberdade de seguir os caminhos que eu escolhesse e por trilhá-los junto comigo.

Aos meus amigos. Em especial à minha família de Belo Horizonte: Bruna, Gianluca, Jean-Luc, Luiz, Túlio, Tso e Yuri - obrigada pelo afeto, carinho e amizade. Ao Rhamon, pela compreensão e pelo acolhimento sempre presentes e pelo constante incentivo e envio de memes. Ao Égon Rafael, amigo de muitas lutas, desabafos e lágrimas. Sou grata pelo seu ombro amigo sempre disposto, pelos conselhos e por me apoiar de forma tão carinhosa. Pensávamos que a pós-graduação iria nos vencer, porém a vencemos!

À todo o Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, pela presteza e atenção. Agradecimentos especiais a Gabriela Carlos (sem você não teria conhecido o Canadá!), Michele e Enderson.

À minha orientadora, professora Mariza Veloso, pela paciência e disposição. E, acima de tudo, pela vontade de que eu sempre entregasse o melhor de mim.

À professora Christine Girard Ferreira Nunes, pelo acolhimento e sensibilidade.

À CAPES/CNPq pelo incentivo material que permitiu a existência dessa pesquisa.

À Universidade de Brasília: professores, técnicos administrativos e terceirizados. À todos que acreditam na força de uma educação pública de qualidade. A Universidade vive!

Por fim, àqueles que possibilitaram de forma efetiva essa pesquisa: os vendedores informais, que mesmo em meio a correria do dia-a-dia encontravam um espaço para conversar comigo.

RESUMO

A presente dissertação procura analisar os vendedores ambulantes da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília, especialmente os do ramo alimentício, e suas representações sociais. Em meio a um cenário de carência material, falta de reconhecimento e dificuldades de (re)alocação no mercado formal, os ambulantes da Rodoviária do Plano fazem uso de estratégias e mecanismos que possibilitam transpassar os desafios do mundo do trabalho na informalidade. Ao se apropriarem da Rodoviária como local de trabalho, os ambulantes negociam seu espaço físico e simbólico por meio de relações sociais com diversos atores sociais de forma a firmar-se no espaço e ser reconhecido como trabalhador digno e honesto. Apreendemos, durante esta pesquisa, que os vendedores informais elaboram discursos positivos acerca de seu trabalho para se esquivar de uma imagem negativa, empregada frequentemente para se referir a bandidos, pedintes e malfeitores. Assim, além de construírem uma imagem positiva sobre seu trabalho, os ambulantes também constroem uma identidade social que seja constitutiva do grupo e que seja capaz de fortalecer e firmar sua presença em um espaço de disputas e tensões. Essa gramática moral própria conduz a uma ideia de representação da categoria de vendedor informal que os próprios vendedores reforçam coletivamente. Para tanto, utilizou-se da Teoria das Representações Sociais como abordagem teórico-metodológica, o que permitiu captar os sentidos e os significados dados pelos ambulantes ao seu próprio trabalho. Neste sentido, o conjunto de representações sociais compartilhado e reproduzido pelos trabalhadores direcionam suas práticas e apontam para a elaboração de uma identidade própria, sendo sua análise a proposta desta pesquisa.

Palavras-chave: Informalidade; Representações Sociais; Brasília; Comércio Ambulante

ABSTRACT

This dissertation seeks to study the street vendors of the Plano Piloto's bus station in Brasília, especially the food industry, and their social representations. Amidst a scenario of material shortage, lack of recognition and difficulties of (re) allocation in the formal market, the street vendors use strategies and mechanisms that make it possible to overcome the challenges of the informal world of work. By appropriating the bus station as a workplace, street vendors negotiate their physical and symbolic space through social relations with various social actors in order to establish themselves in the space and be recognized as decent and honest workers. We have learned during this research that informal vendors make positive discourses about their work to avoid a negative image, often used to refer to criminals, beggars, and wrongdoers. Thus, in addition to building a positive image about their own work, street vendors also build a social identity that is constitutive of the group and that is able to strengthen and establish their presence in a space of disputes and tensions. This proper moral grammar leads to an idea of representation of the informal salesperson category that the salespeople themselves collectively reinforce. To this end, we used the Theory of Social Representations as a theoretical-methodological approach, which allowed us to grasp the meanings and senses given by street vendors to their own work. Therefore, the set of social representations shared and reproduced by workers direct their practices and point to the elaboration of their own identity. The analysis of this identity is the purpose of this research.

Keywords: Informality; Social Representations; Brasília; Intenerant Trade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: A QUESTÃO DO INFORMAL	20
1. O trabalho na Sociologia Clássica.....	20
2. A questão do informal: um ponto de partida.....	24
3. A gênese do conceito de informalidade	29
4. Novas abordagens acerca do informal	35
4. A especificidade brasileira	42
CAPÍTULO II: BRASÍLIA	50
1. Da concepção a construção da cidade modernista	50
2. A Rodoviária do Plano Piloto: lócus da mobilidade e da diversidade	64
3. Da utopia modernista a realidade: os vendedores informais da Rodoviária do Plano Piloto	70
CAPÍTULO III: "SER AMBULANTE": ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS VENDEDORES INFORMAIS	85
1. Breve discussão sobre o conceito de Representações Sociais.....	85
2. As Representações Sociais como método	89
3. Ser informal: Sobre processos de tomada de decisão	91
4. Ser digno: construindo a legitimidade.....	95
5. Ser humilhado: enfrentando a fiscalização.....	99
6. Ser parte de uma coletividade: estabelecendo relações com outros ambulantes....	104
APONTAMENTOS FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXOS	119

INTRODUÇÃO

Histórico de pesquisa

A presente dissertação destina-se a analisar o comércio informal da Rodoviária do Plano Piloto a partir das representações sociais que são construídas pelos vendedores ambulantes, enquanto forma de construção e solidificação de uma identidade coletiva que possibilita a esses atores sociais a permanência nesta atividade. Se todo caminho tem um ponto de partida, de modo a situar o leitor, acredito importante demarcar as bases desta jornada.

Como usuária ativa dos meios de transporte público, principalmente os ônibus, sempre fui atenta as suas particularidades e seus personagens. Minha inserção neste ambiente se deu de modo mais intenso com a entrada no curso de Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB). Desde então, meu trajeto se tornou mais extenso e minha passagem pela Rodoviária do Plano Piloto passou a ser diária. Comecei a observar que além dos transeuntes, trabalhadores da Rodoviária e das companhias dos ônibus, outros sujeitos marcavam de forma profunda o cenário. Estes sujeitos permeavam a Rodoviária, porém com um objetivo muito diferente do meu e de centenas de participantes daquele cenário urbano, eles estavam ali para ganhar a vida. Observando o comércio informal, despertou em mim a curiosidade em entender quem são essas pessoas, ansiava ir além do que vivenciava apenas como passageira e consumidora, desejava conhecer um pouco mais esses trabalhadores invisibilizados.

Em 2015, finalizei o curso de bacharelado em Antropologia Social pela mesma Universidade apresentando como Trabalho de Conclusão de Curso a pesquisa intitulada "Informalidade em trânsito: um olhar sobre os vendedores ambulantes dos ônibus no DF", na qual buscava, de forma despretensiosa, entender o comércio ambulante nos ônibus do DF, especialmente no trajeto entre Santa Maria e a Rodoviária do Plano Piloto. Na ocasião entrevistei 15 vendedores, além de realizar um *Go Along*¹ com uma

¹ *Go Along* é uma ferramenta etnográfica proposta inicialmente por Kusenbach (2003). O *Go Along*, constitui um acompanhamento nas trajetórias dos sujeitos da pesquisa feito pelo pesquisador, o que permite uma maior interação entre pesquisador/pesquisado e uma vivência real do cotidiano do mesmo.

vendedora, Dona Braulita, pelos ônibus do DF. A média de idade dos meus entrevistados, na época, era de 34 anos. Os vendedores estavam comercializando nos ônibus informalmente em média há 6 anos, sendo tal amostra composta majoritariamente por homens - aproximadamente 66%.

Durante meu trabalho de campo tive a oportunidade de conhecer seu João², um cearense de 74 anos que vendia doces e salgadinhos na rodoviária do Plano Piloto há 20 anos. Quando lhe perguntei o motivo da escolha desse trabalho ele disse: “Um velho não arruma emprego não, isso é o melhor que tem e mesmo que seja pouco eu ganho todo dia. O que eu ganho é pouco, mas dá pra ir vivendo, é melhor do que pedir esmola.” Seu João faz parte da massa de desempregados que, devido a fatores como baixa qualificação e a avançada idade, encontram dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho formal. Ostrower (2006) defende que na maioria das vezes a entrada no setor informal não se dá ao acaso, podendo fazer parte do campo de possibilidades dessa massa de trabalhadores, principalmente devido a exigência de poucos recursos financeiros e a viabilidade de trabalho em pequena escala, como era o caso de Seu João.

Outro fator decisivo é possibilidade de autonomia, ausência de patrões e horários fixos, caracterizando a liberdade do comércio ambulante. Como para Joana³, uma brasileira de 40 anos que trabalhava na rodoviária há 9 anos. Mãe de duas crianças e moradora de Sobradinho, Joana começava o expediente às 12h, após deixar os filhos na escola, e terminava às 19h, tendo que pegar mais duas baldeações lotadas antes de chegar em casa. Joana, que já havia trabalhado há 10 anos com carteira assinada em uma grande empresa do ramo alimentício, constatou que necessitava de mais flexibilidade sobre sua carga horária, uma vez que possuía filhos pequenos em período escolar. Na ocasião daquela pesquisa pude entender que para muitas pessoas o trabalho informal é uma opção vantajosa a partir do momento que depende apenas do próprio comerciante para que aconteça.

Outras questões ainda foram levantadas no contexto daquela pesquisa, como por exemplo a escolha de mercadorias, a importância de uma boa e sólida rede de

² Nome fictício.

³ Nome fictício.

contatos, as estratégias utilizadas na hora da venda - mais conhecida como "comercial"-, e as repressões sofridas pelos ambulantes ao transitarem por áreas que o Estado é atuante, como a Rodoviária. Os resultados do trabalho e as conexões que pude estabelecer durante sua elaboração me incentivaram a dar prosseguimento na temática sobre o comércio informal, porém, desta vez, tendo como enfoque o contexto específico da Rodoviária do Plano Piloto, dando surgimento a esta pesquisa.

Problema de pesquisa

O trabalho hoje, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, assume formas variadas. Diferentes arranjos nas relações de trabalho foram estabelecidos, criando postos cada vez mais precarizados. Atrélada a questões ligadas a nova forma de acumulação do capital e as novas formas de organização política, essa discussão se revigorou e complexificou ainda mais. Por este motivo, nos últimos anos, a problemática do comércio informal vem despertando a atenção e a preocupação tanto dos pesquisadores quanto do próprio Estado. Grande parte dos países nos quais a questão do informal se faz presente percebem a informalidade como problema econômico e social graças a precariedade dessas atividades no mercado de trabalho.

O estudo do informal aponta para diversas causas, efeitos e personagens. Podemos falar de informalidade ao nos depararmos com indústrias de garagem, transporte clandestino, trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas, sacoleiras, entre outras configurações. Como esclarece Noronha (2003) o mercado informal não é um fenômeno uniforme, objetivo e mensurável, sendo necessário estar atento a sua complexidade. De igual modo, as discussões e pesquisas sobre o tema apresentam diferentes orientações e visões diferentes sobre o mesmo fenômeno, a partir de propósitos diversos.

De acordo com Noronha (2003) é com o advento dos códigos de leis trabalhistas estabelecido por Vargas, durante as décadas de 1930 e 1940, que as noções de formalidade e informalidade foram sendo construídas. Neste sentido, no caso brasileiro, o entendimento popular de trabalho formal ou informal deriva do ordenamento jurídico. A legislação do trabalho estabelecia quais eram as regras mínimas de relações de trabalho justas. Salário mínimo, fixação da jornada de trabalho,

férias anuais remuneradas e outros direitos foram definidos por lei. A princípio seriam informais os empregados os que não possuíam carteira de trabalho assinada e que não eram regidos pela legislação trabalhista, porém ao longo do tempo tais parâmetros passaram a operar também em segmentos do mercado assalariado informal, por meio de acordos tácitos entre empregadores informais e assalariados sem carteira, que tomavam esses direitos como justos. (Cardoso, 2010)

Por outro lado, cabe entender o trabalho informal não pelo rótulo da ilegalidade mas sim pela ótica de sua relevância econômica e social, e de seu papel fundamental na manutenção do capitalismo periférico (Oliveira, 2003), pois envolve grande parcela das atividades produtivas e da geração de renda na economia brasileira. Esta visão busca superar a análise dualista que separa o formal e o informal e que atribui a este último uma conotação negativa. (Krein;Prouni, 2010)

Há de se considerar que as instituições do mercado de trabalho no Brasil não foram capazes de alcançar todas as massas trabalhadoras e constituíram um conjunto muito pobre de direitos. Sendo assim, desde muito cedo, grande parcela da população ativa jamais se incorporou ao mercado de trabalho e, em um momento posterior, a regulamentação desse mercado deixou também de fora os trabalhadores rurais e muitas categorias de trabalhadores urbanos, dentre as quais se perpetuou uma desigualdade estruturante na sociedade brasileira.

Desta maneira, a corrente econômica (Cacciamali, 1983; 2000) aponta que os trabalhadores informais surgem como excedente de mão-de-obra gerado pelo processo de acumulação capitalista em nível mundial. Neste sentido, a escassez de empregos geraria um excedente de mão de obra que, em última instância, estaria disponível nos ciclos de crescimento econômico e que seriam excluídos nos períodos de desaceleração do crescimento. (Sasaki, 2009)

Assim, a população que não foi incorporada no mercado formal passou a encontrar sua fonte de renda no mercado informal, nas suas mais variadas formas de trabalho: autônomo, ambulante, temporário, irregular. Esse cenário é materializado pelo constante aumento no número de trabalhadores nas ruas dos grandes centros urbanos, formando uma nova informalidade urbana, de diversas modalidades, que contribuem

para uma heterogeneidade ainda maior do mercado de trabalho. Heterogeneidade esta tem como marca a precariedade das condições de trabalho e de vida, reprodução da pobreza e das desigualdades sociais. (Costa, 2010)

Nessa perspectiva, para efeito de delimitação do universo da pesquisa, entendo trabalho informal como as atividades, trabalhos e rendas realizadas considerando um conjunto de regras próprias, desconsiderando regras expressas em lei ou em procedimentos jurídicos ou outros procedimentos regulamentados por leis e decretos do poder executivo. (Cacciamali, 2000) Tendo em vista esse cenário, esta dissertação objetiva analisar de forma específica o mercado informal de produtos alimentícios na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília, de modo a entender de que forma os vendedores ambulantes se organizam, se identificam e se representam como grupo e traçar um perfil desses trabalhadores.

Metodologia

No início do século XX, os estudos do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago muito contribuíram para a pesquisa em Sociologia Urbana, tanto pelo desenvolvimento de teorias e conceitos sobre o modo de vida urbana, quanto pela introdução na sociologia de novas formas de se fazer a pesquisa inspirando-se nas demais ciências sociais existentes. Os teóricos da Universidade de Chicago procuravam entender o sentido que os atores davam as suas ações e tinham como preocupação principal, mostrar o caráter movimentado e instável da modernidade. Nascia assim a ecologia urbana e os sociólogos assumiam abertamente suas influências multidisciplinares, inspirando-se não somente das outras ciências sociais, mas também de ciências exatas, procurando transformar a Sociologia numa ciência empírica. Sendo a cidade o habitat do homem civilizado e o berço das civilizações (Park, 1925), ela aparece como locus privilegiado de pesquisa e análise, devendo ser observada muito além de sua estrutura física, pois a cidade, além disso, é

a state of mind, a body of customs and traditions, and of the organized attitudes and sentiments that inhere in these customs and are transmitted with this tradition. The city is not, in other words, merely a physical mechanism and an artificial construction. It is involved in the vital processes of the people who compose it; it is a product of nature, and particularly of human nature. (Park, 1925, p. 1)

Quanto a metodologia utilizada no estudos das grandes cidades, Park incentivava a utilização de técnicas que já eram utilizadas pela Antropologia no estudo de culturas localizadas em outros continentes, observando os indivíduos e suas relações sociais em seu ambiente natural, através de um contato direto do investigador com seu objeto de estudo. Fazendo uso da observação participante, os sociólogos da Universidade de Chicago iniciaram seus estudos em pequenos grupos urbanos investigando costumes, crenças, práticas sociais e concepções gerais de vida desses grupos.

O livro *Street Corner Society* de William Foote Whyte, publicado em 1943, é um exemplo do uso da observação participante em contextos urbanos. O autor examinou uma comunidade pobre de imigrantes italianos em Cornerville, Eastern City, na realidade North End (Little Italy) em Boston tendo como seu objeto de estudo as gangues de esquina, organizações ilícitas, como máfias, e organizações lícitas ligadas ao poder local. Para ter acesso a essas categorias de análise, Whyte conta com um intermediário, o Doc, que atua como um informante, conselheiro e protetor que colabora na criação de redes de confiança entre o pesquisador e os atores que são objeto da pesquisa. Por meio da observação participante e da descrição de trajetórias de indivíduos e grupos concretos com os quais o autor não só entrou em contato, mas de fato envolveu-se em ações, disputas e projetos conjuntos. (Moura, 2003)

Para Louis Wirth (1938) o problema central para o sociólogo que estuda a questão urbana é investigar das formas de ação e organização social que se manifestam entre os indivíduos na cidade. Porém, como se distanciar de grupamentos que fazem parte da sua rotina ou que estão arraigados em sua cultura? Gilberto Velho (1978) dá uma solução para esse problema ao afirmar que o que vemos pode ser familiar, mas não necessariamente conhecido.

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido, e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente. (Velho, 1978, p. 72)

Dessa forma é possível ver nas ruas um grupo de *hippies*, camelôs e operários, que fazem parte do cenário cotidiano, cumprimentá-los, pegar o mesmo ônibus e circular pelos mesmos lugares, porém ainda assim desconhecer suas trajetórias pessoais valores e motivações. Neste sentido, podemos afirmar que familiaridade e proximidade não pressupõem conhecimento acerca de determinado grupo.

O fato é que dentro de uma grande metrópole, seja Nova York, Paris ou Rio de Janeiro, há descontinuidades vigorosas entre o “mundo” do pesquisador e outros mundos, fazendo com que ele, mesmo sendo nova-iorquino, parisiense ou carioca, possa ter experiência de estranheza, não reconhecimento ou até choque cultural comparável à de viagens a sociedades e regiões “exóticas”. (Velho, 1978, p.73)

Nesse mesmo sentido Lalanda (1998) entende que o distanciamento necessário a obtenção do saber científico não é invalidado quando ocorre o contato direto do pesquisador com o objeto a ser estudado. Afirma ainda que a ideia de distanciamento pode solapar a existência de um sociólogo ser humano e relacional, dificultando um olhar da realidade social por dentro. Assim,

O contacto direto do sociólogo com os actores não anula o distanciamento. Antes transforma a recolha de informação numa experiência que «humaniza» a própria investigação, ou seja, proporciona ao investigador a possibilidade de «ver por dentro», tomando uma dupla posição de observação: a de investigador e a do próprio actor. (Lalanda, 1998, p. 873)

A partir deste ponto de vista, o trabalho de campo nas grandes cidades torna-se possível devido a essas descontinuidades e distâncias culturais que nos permitem, por mais que pareçamos próximos dos nossos interlocutores, compreendê-los e termos experiência de estranheza. E é neste cenário que este trabalho se situa. Pesquisa sobre um pequeno grupo urbano, situado em um espaço urbano específico, composto por personagens que me são "desconhecidos conhecidos", com os quais tenho contato diariamente, mas cujas motivações e percepções são desconhecidas por mim. Visando observar o comércio informal na Rodoviária do Plano Piloto farei uso da observação participante, aliado a aplicação de questionários aos vendedores informais.

Entendo ainda que a categoria de vendedor informal é heterogênea, podendo abarcar distintas formas. Assim, dada a grande variedade das atividades informais e composição dos trabalhadores na Rodoviária do Plano Piloto, opto por definir como objeto de pesquisa os vendedores ambulantes que atuam na Rodoviária do Plano Piloto vendendo produtos do ramo alimentício (tais como: balas, salgadinhos, chocolates e chicletes). Desta forma, não abordarei outros contextos informais, como aqueles ligados a mercadorias refugiadas, fábricas caseiras e oficinas de fundo de quintal, ou até mesmo comércio de roupas, guarda-chuvas e outras bugigangas.

Na construção do objeto, uma hipótese se mantinha como pano de fundo a nortear meus trabalhos: os vendedores ambulantes, de forma a legitimar e dar visibilidade ao seu trabalho, criam uma identidade de grupo própria. Com base nesses pressupostos, formulei a seguinte pergunta: quais são os mecanismos e quais são os discursos que permitem que os vendedores ambulantes se identifiquem e se representem como grupo que possui a sua especificidade e distinção? Afinal, quem seriam estes trabalhadores invisíveis, como mantêm suas atividades cotidianas e qual a importância deste trabalho para a sobrevivência e reprodução social destes trabalhadores? Além destas indagações, um outro questionamento emergiu durante a pesquisa: Formariam estes vendedores um grupo social e seriam eles portadores de uma identidade própria? Tais indícios foram suscitados durante as observações de campo, na qual pude analisar como os ambulantes se comportam em momentos de tensão ou confronto com outros grupos, como a própria polícia. Parece-nos que nestes momentos de tensões manifesta-se a formação de uma identidade de grupo, reforçada pela coesão e pela solidariedade praticada entre os ambulantes.

Cabe resaltar que optamos por uma pesquisa mais em profundidade, embora contemplando poucos informantes, enfatizando a perspectiva dos atores sociais, ou seja, a prática laboral cotidiana próprios trabalhadores ambulantes. Compete a nós, neste trabalho, discutir como tais atores elaboram suas estratégias de luta e os discursos que impulsionam e legitimam suas atividades.

Após definir meu objeto de pesquisa, constatei que diante do cenário que eu me deparava seria recomendável, em relação à coleta de dados, que fossem adotadas

técnicas qualitativas e quantitativas. Desta forma, decidi pela aplicação de questionários e realização de entrevistas individuais, bem como realizar uma pesquisa etnográfica.

Como define Gil (2008) a entrevista é uma forma de interação social e é adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito de qualquer assunto. Pelo fato da Rodoviária do Plano Piloto constituir-se como um campo fluído onde circulam diariamente milhares de pessoas é difícil apreender com exatidão um número fixo de vendedores ambulantes pertencentes àquele espaço. Deve-se considerar, ainda, que o trabalho de ambulante é extremamente flexível e inconstante, por este motivo, muitos vendedores podem trabalhar apenas em determinados dias, ou apenas poucas vezes no mês, dependendo da sua necessidade e disponibilidade. Logo, devido a inviabilidade de determinar de modo fixo a quantidade de interlocutores que terei durante minha pesquisa, optei pela aplicação de 40 questionários, os quais foram aplicados no período de um mês. Além da inexistência e fluidez do campo, outra problemática se apresenta: o fato dos questionários serem aplicados durante o trabalho dos meus respondentes, o que pode gerar ansiedade pelo término e certa indisposição em fazer parte da pesquisa. Rosália Duarte (2002) destaca a importância de se verificar as situações de contato entre pesquisador e sujeitos da pesquisa e a necessidade de se adequar a essas situações. Por este motivo, o questionário foi composto de perguntas curtas e objetivas, que não ocupassem muito o tempo dos meus respondentes, aumentando a receptividade dos meus interlocutores.

Além dos questionários, observação participante se insere como um elemento metodológico relevante, pois, através dela, tentarei compreender e capturar aquilo que não foi dito nos questionários além de conhecer a complexidade das práticas sociais mais cotidianas. Goldenberg (2004) destaca que a prática da observação direta é vantajosa metodologicamente por permitir um acompanhamento mais prolongado e minucioso das situações, possibilitando o esclarecimento de significados das situações para os indivíduos, aumentando a amplitude dos dados coletados por meio de um questionário padronizado. Sendo assim, foi realizada uma pesquisa de campo com o objetivo de estabelecer contatos e encontros diretos com os vendedores ambulantes. Tais encontros e conversas informais ocorreram na própria Rodoviária, dentro dos ônibus ou em outras situações no contexto do espaço pesquisado.

Desta maneira, o primeiro passo foi observar o trabalho informal na Rodoviária do Plano Piloto, nesta ocasião procurei observar principalmente, a relação entre os vendedores, fiscais e transeuntes, bem como discursos, práticas corporais e movimentação pelo espaço. Os ambulantes foram entrevistados a partir de um roteiro semiestruturado, permitindo uma conversa na qual os vendedores fossem capazes de expor suas experiências, reflexões e opiniões. Foram ouvidos cinco trabalhadores ambulantes, dois homens e três mulheres, cujas entrevistas duraram, em média, 1 hora e 1 hora e meia. Uma peculiaridade desta pesquisa é as entrevistas que foram realizadas durante o expediente dos ambulantes na própria Rodoviária. Os nomes dos vendedores que participaram da pesquisa foram omitidos de modo a resguardar suas identidades.

Além das técnicas apresentadas acima, optei também por uma análise estatísticas e outros dados secundários sobre o emprego, desemprego e trabalho informal no Brasil e Distrito Federal. Tais dados foram encontrados em pesquisas recentes realizadas na Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), no Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Secretaria de Trabalho do Distrito Federal e no Arquivo Público do Distrito Federal.

Estrutura do trabalho

A presente dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, discuto brevemente a noção de trabalho entre os autores clássicos da Sociologia, a gênese do conceito de informalidade e suas diferentes abordagens teóricas e apresento alguns dados acerca da informalidade no cenário brasileiro e do Distrito Federal, utilizando dados quantitativos das pesquisas do IBGE, do DIEESE e da Codeplan.

No segundo capítulo a análise recai sobre o lócus desta pesquisa: Brasília. Discute-se a criação da capital e de seu projeto utópico, a construção da Rodoviária do Plano Piloto, marco-zero da nova capital e sua importância geográfica, e por fim, apresento alguns dados sobre os vendedores ambulantes da Rodoviária, extraídos dos questionários aplicados durante a pesquisa.

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar de maneira introdutória a teoria das Representações Sociais e analisar o conteúdo das cinco entrevistas realizadas buscando entender quais são as ferramentas e os discursos utilizados pelos vendedores ambulantes que os identifiquem como grupo e como trabalhadores que contribuem para construir suas identidades como trabalhadores dignos e legítimos que merecem respeito e consideração.

Por fim, nos apontamentos finais, discutem-se os resultados gerais das pesquisas quantitativa e qualitativa, analisando-os de acordo com a hipótese levantada inicialmente.

CAPÍTULO I: A QUESTÃO DO INFORMAL

1. O trabalho na Sociologia Clássica

A atividade de trabalhar integra parte fundante da sociedade e da vida humana, pois opera como condicionante para a existência social dos indivíduos e palco simbólico onde ecoa a sociedade. O debate sobre o papel das atividades relativas ao trabalho na constituição das sociedades humanas percorre grande parte da produção teórica da Sociologia, especialmente entre os clássicos, na qual a categoria do trabalho colaborou para uma análise explicativa das sociedades modernas.

Marx concebia o trabalho como o fundamento da realidade social, além de ser o elemento central para o entendimento da sociedade capitalista, fundamentando sua teoria na admissão de que o homem é um animal que trabalha e constrói instrumentos de trabalho. Ademais, considera o trabalho como uma atividade diferenciadora do homem e do animal, uma qualidade única aos seres humanos. Sendo assim, o trabalho constitui o modo no qual o homem se apropria da natureza a fim de satisfazer suas necessidades.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (Marx, 1985, p. 172)

Marx estabelece o desenvolvimento da vida social a partir do modo de produção coletivamente construído pelos homens por meio do trabalho, reconhecendo também a condição do homem como agente de transformação da natureza e da sociedade. Contudo, a habilidade de produzir seus próprios meios de existência e realizar sua capacidade criativa pelo trabalho, é corrompida e mesmo invertida pelo capitalismo, uma vez que neste sistema o trabalho se transforma em mercadoria e o homem aliena-se, não reconhecendo o produto do seu trabalho.

Neste sistema, em que os meios de produção são de propriedade de uma minoria e a maioria possui apenas sua força de trabalho, e a produção visa o lucro, o trabalho assume sua face desumana, alienante. De atividade livre e consciente para simples meio de sobrevivência. Ao invés de se afirmar, o trabalhador nega-se. Outra consequência necessária do trabalho alienado é o salário. Se a produção não lhe pertence, o trabalhador deve submeter-se ao capitalista para receber uma parte mínima do produto do seu trabalho a fim de sobreviver. (Tosta, 2008, p. 26)

Visto que Marx efetua uma forte denúncia contra ao trabalho enquanto mercadoria, atualmente pode-se considerar que mais degradante do que conservar-se nesta condição é não ter acesso ao assalariamento. Além disso, o trabalho autônomo atual pode ser até mais desonroso, uma vez que diversos direitos foram associados ao assalariamento com o passar do tempo e a perda deles debilitaria a situação do trabalhador. (Tosta, 2008)

Com base nos estudos de Durkheim, a ciência social se manifesta como uma maneira de revelar a racionalidade na sociedade moderna. O teórico também demonstrava preocupação com a deterioração dos valores sociais, debilitação das instituições, e também o deslocamento das funções da família e religião. A industrialização simbolizava a sociedade moderna, com poder de transformar e impactar.

Assim, Durkheim considerou a expressão de razão da sociedade moderna como parte da ciência social; e o mesmo autor também enfatizou que as divisões sociais do trabalho seriam o ponto social para o estabelecimento de coesões sociais. Essas ideias estiveram presentes no livro "Da divisão social do trabalho", sendo sua primeira obra sociológica e tese de doutorado. Durkheim entendia as questões sociais como problemas morais e organizacionais; portanto, a solidariedade seria um caminho para a pacificação da sociedade humana e sua sobrevivência.

Somos levados, assim, a considerar a divisão do trabalho sob um novo aspecto. Neste caso, de fato, os serviços econômicos que ela pode prestar são pouca coisa em comparação com o efeito moral que ela produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade. (Durkheim, 2004, p. 21)

Durkheim (2004), em sua teoria, faz uma categorização do trabalho, isto é, uma

divisão responsável por desenvolver a coesão social. O autor busca no universo do trabalho, incluindo os grupos profissionais, uma maneira de reconstruir a moral e a solidariedade com possibilidades para impelir as paixões humanas, e deste modo, ser possível restaurar a coesão social em uma sociedade da época industrial. Assim,

O trabalho se divide mais à medida que as sociedades se tornam mais volumosas e mais densas, não é porque, nelas, as circunstâncias externas sejam mais variadas, mas porque a luta pela vida é mais ardente. [...] Numa mesma cidade, as profissões diferentes podem coexistir sem serem obrigadas a se prejudicar reciprocamente, porque elas perseguem objetivos diferentes. O soldado busca a glória militar, o padre, a autoridade moral, o estadista, o poder, o industrial, a riqueza, o cientista, o renome científico [...] é fácil compreender que todo adensamento da massa social, sobretudo se for acompanhado de um aumento da população, determina necessariamente progressos da divisão do trabalho. [...] A divisão do trabalho é, pois, um resultado da luta pela vida, mas é um seu desenlace atenuado. De fato, graças a ela, os rivais não são obrigados a se eliminarem mutuamente, mas podem coexistir uns ao lado dos outros. (Durkheim, 2004, p.263-268).

Marx e Weber, também concentraram seus esforços de reflexão e análise no capitalismo industrial, iniciado no século XVIII, uma vez que este foi responsável por profundas transformações sociais e econômicas. Assim, as ideias de Marx e Weber tentavam explicar o desenvolvimento desse sistema econômico vigente na Europa ocidental. Cada um destes autores concentrou-se em uma questão própria no estudo deste novo modo de produção: Weber analisou o capitalismo moderno sob a ótica da racionalidade e Marx, por sua vez, observou esse fenômeno a partir das classes. (Fonseca; Pales, 2015)

Weber (2004) acreditava que o capitalismo estrutura-se a partir da racionalização das regras de troca, incluindo também a troca da força de trabalho por um salário. Para sustentar sua ideia, o autor identifica o racionalismo econômico presente na ética religiosa protestante observando suas influências no capitalismo da época.

No entanto, os conceitos abordados por Weber (2004) não puderam ser interpretados como uma variável religiosa, determinante para a ascensão e sucesso do capitalismo no mundo ocidental. Com base nos resultados apresentados no livro *Ética*

Protestante e o "Espírito" do Capitalismo, Weber pôde relacionar o pensamento religioso com a conduta dos seres humanos, inclusive com investigações sobre como a ética protestante contribuiu para o desenvolvimento do sistema econômico moderno.

Basta uma vista de olhos pelas estatísticas ocupacionais de um país pluriconfessional para constatar [...] o caráter predominantemente protestante dos proprietários do capital e empresários, assim como das camadas superiores da mão-de-obra qualificada, notadamente do pessoal de mais alta qualificação técnica ou comercial das empresas modernas. [...] Mas, com os católicos na Alemanha, nada vemos de semelhante feito, ou pelo menos nada que salte à vista [...] Resta, isso sim, o fato de que os protestantes [...] seja como camada dominante ou dominada, seja como maioria ou minoria, mostraram uma inclinação específica para o racionalismo econômico que não pôde e não pode ser igualmente observada entre os católicos [...] A razão desse comportamento distinto deve ser procurada principalmente na peculiaridade intrínseca e duradoura de cada confissão religiosa, e não somente e na respectiva situação histórico-política. (Weber, 2004, p. 7-34)

Sendo assim, conforme uma concepção weberiana, formou-se o "espírito do capitalismo por diferentes elementos, sendo eles: religiosos, econômicos, políticos e sociais. Os valores do protestantismo combinados a esses elementos tiveram impulso para que se solidificassem como sistema. Para Weber o "*ethos* capitalista" consolidou-se no espaço, tempo e sociedade moderna, devido a uma forte influência dos princípios protestantes. Então, o que era inerente de um grupo, tornou-se majoritário, isto é, as práticas austeras dos mosteiros foram para a vida pública. Desta maneira, o desencanto do mundo e/ou o processo de racionalização, característicos da vida moderna, fizeram com que ocorresse a separação do trabalhador dos meios de produção. (Fonseca; Pales, 2015)

Marx, por sua vez, acreditava que relação dos homens com o trabalho foi alterada após o aparecimento do sistema capitalista de produção. A relação dos homens com a terra também foi dissolvida, e aos poucos, os homens deixaram de ser os proprietários dos meios de trabalho. Com base nos estudos de Marx, a principal característica do sistema capitalista é o trabalho assalariado, a mais-valia e a alienação sobre os meios de produção. Neste novo cenário que se inaugura, "as antigas relações entre homens e propriedades e entre homens e instrumentos de trabalho são extintas. Agora, as relações de produção se configuram entre trabalhadores assalariados,

vendendo sua força de trabalho, e capitalistas, compradores dessa força de trabalho com um único propósito: a produção de mais-valia." (Fonseca; Pales, 2015)

As reflexões dessas obras tiveram como base os contextos relacionados aos acontecimentos e consequências da Primeira e Segunda Revolução Industrial, assim como do Iluminismo, porém mesmo assim são extremamente atuais no que diz respeito. Mesmo que algumas "previsões" dos trabalhos clássicos não tenham acontecido, ou apenas se manifestaram de maneira parcial, as obras desses pensadores contribuíram para a trajetória do trabalho na era moderna de maneira indiscutível. a uma análise crítica do mundo do trabalho e do momento atual do capitalismo.

No momento, a discussão sobre trabalho alcança uma grande importância e significado sociológico dado as muitas mudanças em curso no momento atual do pós Estado de Bem Estar e da economia pós industrial. Este curso temático é caracterizado por ser extramente rico e complexo, não apenas na Sociologia como em outras disciplinas afins. Sendo assim, vale ressaltar que o objetivo deste trabalho não é elaborar uma discussão aprofundada sobre a teoria da informalidade e sobre a questão do trabalho e do capitalismo, mas sim provocar discussões acerca dos trabalhadores ambulantes da Rodoviária do Plano Piloto. Neste sentido, as próximas seções visam discutir alguns pontos relevantes sobre o processo de construção do conceito de informalidade que nos deram as bases para pensar o cenário do trabalho no capitalismo contemporâneo.

2. A questão do informal: um ponto de partida

Novas formas de trabalho emergiram das transformações ocorridas em sua configuração das ultimas décadas. Formas de trabalho esta que diferem em termos de trabalho assalariado protegido e por tempo indeterminado, característico do século XX. No mercado de trabalho atual, novos tipos de contratos de trabalho competem com as relações tradicionais de emprego.

Tais transformações, acopladas ao crescimento de certa forma desordenado e rápido dos centros urbanos dos países capitalistas periféricos propiciou um cenário no

qual o mercado é incapaz de absorver todo o contingente de trabalhadores disponíveis, criando uma massa não aproveitada e que foge para o mercado informal com o objetivo obter alguma renda e reproduzir-se socialmente. Tal configuração aponta para diversas causas, as mais comuns dizem respeito a jovens e adultos com pouca escolaridade que não possuem a capacitação exigida por um mercado de trabalho cada vez mais competitivo ou diz respeito a idosos que apesar de terem trabalhado durante toda a vida de forma legal, encontram dificuldades de se inserirem novamente no mercado.

O setor informal funcionaria, portanto, como uma verdadeira forma de sobrevivência da pequena produção e das pessoas nela engajadas que não apresentam as qualificações requeridas para ingressar no setor formal ou que, se as apresentam, não foram absorvidas dada a dotação dos fatores de produção que privilegia o capital em detrimento do trabalho. (Carneiro, 1994, p. 43)

Com base em informações contidas na Organização Internacional do Trabalho (OIT), em um documento sobre a economia informal publicado em 2002, verificou-se que tanto os empreendedores quanto os trabalhadores informais não possuem acesso à segurança de trabalho, com proteção eficaz para doenças e acidentes; à seguridade de uma renda adequada; à segurança de ter representações nos sindicatos independentes; à reprodução de habilidades, ou seja, com possibilidades de mantê-las e adquiri-las com treinamentos; à seguridade do emprego em si, sem regras definidas sobre admissão e demissão, com instabilidade no trabalho; e por fim à segurança no mercado de trabalho, com a possibilidade de oportunidades adequadas de emprego (ILO, 2002).

Conforme dados do IBGE⁴, a taxa de desemprego (11,6%) no trimestre encerrado em dezembro de 2018, caiu -0,3 ponto percentual em relação ao trimestre julho a setembro de 2018 (11,9%). No Distrito Federal o número total de pessoas desocupadas também diminuiu. Em 2018, o nível de ocupação no Distrito Federal aumentou 2,0% em relação ao ano anterior. O total de desempregados foi estimado em 307 mil pessoas, o de ocupados em 1.346 mil e o da População Economicamente Ativa (PEA) em 1.653 mil, conforme dados apresentados na Tabela 1.

⁴ Dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), referente ao ano de 2018.

Tabela 1 - Estimativas do número de pessoas de 14 anos e mais, segundo condição de atividade, e taxas de participação e de desemprego no Distrito Federal – 2017/2018

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	Anos		Variações	
	2017	2018	Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (EM MIL PESSOAS)	2.456	2.516	60	2,4
População Economicamente Ativa	1.634	1.653	19	1,2
Ocupados	1.319	1.346	27	2,0
Desempregados	315	307	-8	-2,5
Em Desemprego Aberto	272	265	-7	-2,6
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	22	22	0	0,0
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	21	20	-1	-4,8
Inativos com 14 anos e mais	822	863	41	5,0
TAXAS (%)				
Participação	66,5	65,7	-	-1,2
Desemprego Total	19,3	18,6	-	-3,6
Desemprego Aberto	16,6	16,0	-	-3,6
Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	1,4	1,3	-	-7,1
Desemprego Oculto pelo Desalento	1,3	1,2	-	-7,7

Fonte: PED-DF. Convênio: SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE

Ainda segundo dados do IBGE, comparativamente, de 2014 a 2018, a população desempregada passou de 6,7 para 12,8 milhões (aumentou em 6,1 milhões), ou seja, quase dobrou (90,3%). No confronto de 2018 com o ano anterior, verificou-se redução de 398 mil (-3,0%) nesta estimativa. Essa redução em 2018 interrompeu a onda de crescimento anual que ocorria na população desempregada desde 2015. Em compensação, o número de trabalhadores por conta própria (23,8 milhões) subiu 1,5% no último trimestre de 2018. De acordo com as médias anuais, em 2012 trabalhavam por conta própria cerca de 22,8% (ou 20,4 milhões de trabalhadores) da população ocupada, já em 2018 esse percentual subiu para 25,4% (ou 23,3 milhões).

Embora as taxas de desemprego tenham diminuído, os indicadores de informalidade ainda estão elevados, estando no nível mais alto desde 2012. Segundo o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo⁵, devido à ausência de postos de trabalho com carteira assinada, existe uma geração de trabalho voltado para a

⁵ Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23465-desemprego-cai-para-11-6-mas-informalidade-atinge-nivel-recorde> > Acesso: 07/02/2019

sobrevivência, como motorista de aplicativo, ambulantes e serviços de alimentação. Os números apresentados nas pesquisas apontam uma tendência: o aumento da informalidade se opondo à queda na desocupação. No entanto, algumas destas novas formas de trabalho são bem recepcionadas, ao passo que outras implicam na precarização do trabalho. Transformações econômicas, políticas e sociais ratificam a complexidade e a heterogeneidade do conceito de informalidade. Atrelada a uma crise no setor formal, surge uma nova informalidade que inclui os trabalhadores industriais oriundos dos processos de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho. No Brasil, a expansão desta nova informalidade se deu através da Reforma Trabalhista de 2017 que regulamentou novas modalidades de contratação de trabalho. Em conjunto com a Lei da Terceirização (Lei 13.429/2017), que permite a contratação terceirizada de força de trabalho de modo geral e irrestrito, foram regulamentadas novas formas de contratações precárias como trabalho de home *office* e o trabalho intermitente, ou *freelancer*, no qual o trabalhador realiza suas atividades quando convocado pelo empregador, recebendo pelo período trabalhado.

Tendo em vista esse cenário, a massa de trabalhadores desocupados engendra um cenário no qual faz-se necessário buscar atividades de sobrevivência paralelas. Por meio deste ponto de vista, o mercado informal funcionaria como um colchão amortecedor, absorvendo parte da mão-de-obra desempregada.

Desde então, inúmeros pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento buscam analisar e compreender o informal e seus desdobramentos. Noronha (2003) afirma que o mercado informal não é um fenômeno uniforme, mas sim um fenômeno complexo e heterogêneo. De acordo com o autor

O conceito de "informalidade", embora muito adotado pelas ciências sociais e econômicas brasileiras, refere-se a fenômenos demasiadamente diversos para serem agregados por um mesmo conceito, como a literatura internacional vem apontando. O significado de "informalidade" depende sobretudo do de "formalidade" em cada país e período. (Noronha, 2003, p. 111)

A pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf), realizada pelo IBGE em 2003 e publicada em 2005, especifica que "as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de

separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção" (IBGE, 2005, p. 15) Outro critério aponta como informais as atividades que são desenvolvidas no âmbito da extralegalidade; isto é, as operações empresariais que ocorrem à margem do sistema tributário e regulatório, sejam elas executadas por empresas sem registro formal (sem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ).

Ainda, conforme definição da Organização Internacional do Trabalho (1972), setor informal é um termo aplicado ao mercado de trabalho urbano, caracterizado pela: facilidade de entrada; dependência a recursos nativos; propriedade familiar do empreendimento; pequena escala de operações; intensidade de trabalho e tecnologia adaptada; qualificações (no trabalho) adquiridas fora do sistema escolar formal e mercados não regulados e concorrenciais.

Tais definições dão margem a interpretações diversas, pois cada uma das características enumeradas pela OIT não se dão com a mesma intensidade ou de forma simultânea. Desta forma:

O termo setor informal, embora sugira maior rigor, desde a sua origem, vem sendo aplicado na literatura especializada, especialmente latino-americana, de uma maneira abrangente. É empregado, frequentemente, para representar proprietários e trabalhadores que participam da produção em unidades produtivas micro ou pequenas, onde a relação capital-trabalho não se encontra bem estabelecida, seja no âmbito da organização do trabalho, como no cumprimento das regras legais. (Tokman & Souza, 1976, 1978 apud Cleps 2009, p. 330)

Segundo Theodoro (2002), "a incidência de fenômenos como a pobreza, a reprodução de atividades de baixa produtividade, o exercício do trabalho sob condições de extrema precariedade, a margem mesmo do aparato legal vigente, antecede a ideia de setor informal", uma vez que uma crescente força de trabalho concentrada em áreas urbanas exerce atividades de pequeno comércio de rua, mascates e "faz tudo" há tempos. Desta forma, o conceito de setor informal emerge, em meados dos anos 1970, como uma tentativa de explicar um fenômeno mais antigo. Nas linhas que seguem, buscarei apresentar a gênese do conceito de setor informal e diferentes correntes de pensamento que ajudaram a construir o entendimento e os desdobramentos do fenômeno.

3. A gênese do conceito de informalidade

O termo setor informal ou informalidade ainda não é pacífico entre teóricos. Sabe-se que a denominação Mercado de Trabalho Informal foi empregada pela primeira vez pelo antropólogo inglês Keith Hart, em 1973, no artigo *“Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana”*. Porém, cabe destacar que o debate acerca da informalidade se deu de forma mais intensa por meio do Programa Mundial de Emprego, um conjunto de estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tinha por objetivo elaborar estratégias de desenvolvimento econômico que observassem como variável-chave a criação de empregos. Deriva destes estudos o trabalho da OIT sobre emprego e renda no Quênia (1972), cujo fruto foi um relatório no qual nos é apresentado de forma mais sistematizada uma categoria de análise que descrevesse as atividades geradoras de uma renda baixa e congregasse trabalhadores mais pobres do meio urbano. (Cacciamali, 1982). Sendo assim, o relatório de Quênia e o artigo do antropólogo Keith Hart configuram-se como um marco para a definição do conceito Setor Informal por detalhar o fenômeno com maior precisão entendendo-o como um

fenômeno típico de países subdesenvolvidos, nos quais o avanço das relações mercantis modernas não havia sido capaz de incorporar expressiva parcela da população trabalhadora no padrão de emprego capitalista, possibilitando o aparecimento de outras estratégias de sobrevivência. (Krein e Proni, 2010, p.)

Na ocasião em que o conceito foi cunhado pela primeira vez, a ideia que dominava o debate entre desenvolvimento e formas de inserção dos indivíduos no mundo do trabalho se baseava em uma dicotomia entre o tradicional e o moderno. Essa visão acerca do desenvolvimento econômico foi apresentada pelo economista britânico Arthur Lewis, na década de 1950. Tal modelo adotava uma concepção dualista sobre a organização da economia urbana, na qual os termos "formal" e "informal" substituem a ideia de "setor tradicional" e "setor moderno". A abordagem dualista de Lewis apresentava a ideia de que haveria um fluxo de trabalhadores do setor tradicional ao setor moderno em consequência da atratividade dos melhores rendimentos do setor urbano-industrial. (Santiago, 2014) Desta forma, esse modelo

adotava como uma de suas premissas a ideia de que com o avanço do desenvolvimento econômico, a agricultura de subsistência, os trabalhos eventuais, o pequeno comércio e o serviço doméstico seriam a principal fonte de onde procedem os trabalhadores para as atividades modernas (Lewis apud Santiago, 2014, p. 30)

A partir desse momento, esse conceito foi generalizado em outros estudos da Organização Internacional do Trabalho. Conforme Cacciamali (1982), na visão da OIT o segmento formal caracterizava-se por unidades produtivas organizadas, ao passo que o setor informal era composto por unidades produtivas não organizadas. Entendia-se ainda o setor informal comportaria as atividades de baixo nível de produtividade e agruparia nele as categorias de trabalhadores não subordinadas à legislação trabalhista. Santiago (2014) apresenta quatro fatores que, de acordo com Galiza et al. (2011), diferenciavam os setores modernos dos tradicionais. São eles: unidades produtivas (grande *versus* pequena escala); tecnologias empregadas (intensivas em capital *versus* mão de obra); produtividade (alta *versus* baixa) e relações de trabalho (assalariadas *versus* autônomas).

Esperava-se na época que o setor informal tenderia a desaparecer, pois acreditava-se que em um dado momento a diferença de produtividade entre o setor moderno e o setor arcaico desapareceria dando lugar a um equilíbrio no mercado de trabalho que faria o setor moderno absorver a força de trabalho ligada ao setor mais arcaico. (Theodoro, 2002) Desta forma,

Os estudos sobre a economia informal nos países desenvolvidos explicavam esse fenômeno como um excesso de mão-de-obra transitória na economia e que essa mão-de-obra voltaria para a formalidade à medida que o crescimento econômico avançasse. No entanto, a realidade acabou sendo diferente. (Melo e Teles, 2000, p. 6)

Apesar das expectativas, as experiências observadas pelos países subdesenvolvidos na modernização de suas atividades produtivas não confirmaram a tendência esperada. Sendo assim, teóricos passaram a buscar conceitos alternativos que caracterizassem de maneira mais realística as diferentes formas de ocupação que estavam sendo observadas nos países subdesenvolvidos. (Santiago, 2014) A partir dos anos 60 novos conceitos começaram a surgir, como o de "economiza de bazar" cunhado

por Geertz (1963) , os conceitos de "circuitos inferiores e superiores" apresentados por Milton Santos (1979) e a tese de doutorado de Machado da Silva (1971) que fazia uma distinção entre dois mercados, um formal e outro não-formal. Porém, o estudo pioneiro foi conferido ao artigo de Keith Hart, publicado em 1973.

O artigo de Hart tinha como objetivo descrever as atividades econômicas de baixa renda em Acra, capital do Gana, na qual a maioria da força de trabalho era analfabeta e não qualificada. A pergunta a ser respondida era: "O exercito reserva de desempregados e subdesempregados das cidades realmente constituem uma maioria explorada e passiva em cidades como Acra, ou suas atividades econômicas informais possuem alguma capacidade autônoma de gerar crescimento nos rendimentos dos pobres urbanos (e rurais)?" (Hart, 1973, p. 61) Para responder esses questionamentos, Hart dispôs de dados do censo populacional de 1960 de Gana e de uma pesquisa de campo realizada ainda no final dos anos sessenta. Dados apontaram que aproximadamente 40% da população ativa masculina não se enquadrava nas relações salariais formais, desta forma o autor procurou entender aquilo que caracteriza como "o mundo das atividades econômicas que transcendem a força de trabalho organizada." (Barbosa, 2011, p.109)

No inicio de seu estudo, o antropólogo percebeu que a afirmação de que um homem desempenha uma única função era um risco, especialmente quando estão envolvidas questões como baixos rendimentos e poucas horas trabalhadas, sendo necessárias fontes alternativas que fossem capazes de complementar a renda. Logo,

One solution to the inadequacy of urban wages, however, lies in duplication of wage employment within the organized labour force. The practice of holding down more than one job at a time, doubling up of shifts worked, 'moonlighting', and similar examples of industry, were extremely common. (Hart, 1973, p. 66)

Another way of putting this is to say that, denied success by the formal opportunity structure, these members of the urban sub-proletariat seek informal means of increasing their incomes.. (Hart, 1973, p. 67)

De um ponto de vista individual, parecia haver uma preferência por uma diversidade de fontes de renda, com o emprego assalariado sendo visto como um

antídoto à insegurança, e não uma oposição direta ao trabalho informal. O trabalho informal, por sua vez, operava como um amortecedor do desemprego, oferecendo oportunidades de renda, mesmo que sejam irregulares. (Barbosa, 2011)

Segundo a interpretação de Hart, a distinção entre as atividades formais e as informais estava baseada entre o assalariamento e o trabalho por conta própria, tendo como variável chave o nível de racionalização do trabalho, ou seja, em que medida o trabalho é recrutado de forma regular com base em remuneração fixa. (Barbosa, 2011) Hart recorre à noção Weberiana de racionalidade da atividade econômica na medida em que contrapõe o informal à forma da empresa racional, baseada no cálculo e na aversão ao risco, uma vez que não observou em Nima (uma favela na periferia norte de Acra) aquilo que Max Weber classificara como "*Haushalten*", ou seja, uma economia doméstica voltada primariamente a subsistência. "Em outras palavras, não era comum a gestão patrimonial, ou seja, um plano de gestão do orçamento que expressasse de que forma as necessidades previstas em determinado período poderiam ser cobertas pelos rendimentos esperados" (Weber, 1999, 54 apud Santiago, 2014, p. 24). Nas palavras de Hart:

The pattern of everyday economic life for these workers was thus a hand-to-mouth existence characterized by unevenness of expenditures over a pay period, flexibility of consumption units, and the proliferation of credit in all commodities. *Haushalten* (budgeting), one of Max Weber's two types of rational economic activity, is not widespread in places like Nima. (Hart, 1973, p. 66)

Contudo, Hart não está dizendo que as atividades informais se caracterizam pela irracionalidade, uma vez que o autor entendia que havia certa racionalidade objetiva na decisão dos trabalhadores e que ainda que as remunerações fossem baixas e que não houvesse oportunidades suficientes de no campo formal de trabalho, ainda assim a economia informal das favelas urbanas representava uma perspectiva de acumulação de renda. (Santiago, 2011). Seguindo esse pensamento, Hart apontou para a possibilidade da autonomia do setor informal. Segundo o antropólogo, não se deve necessariamente pensar que todos os que se envolvem em atividades informais o fizeram como resultado de uma busca fracassada por um trabalho assalariado formalizado.

A originalidade do seu trabalho acerca do mercado de trabalho em Gana - conforme Barbosa (2011) - consistiria em pensar em que medida a informalidade seria vista como um problema ou como uma característica negativa dos países subdesenvolvidos. Assim,

Não se tratava de exaltar o informal, como alguns fariam mais tarde, mas de encará-lo como elemento de uma realidade concreta, como dado inelutável de uma problemática mais ampla. Hart caracteriza como absurda a hipótese de uma possível transição da situação de informalidade predominante que ele descreve/teoriza, para outra, de pleno emprego, ao menos nos espaços urbanos da periferia capitalista. O trabalho informal viria para ficar. Os "verdadeiros desempregados" seriam, em grande medida, aqueles que poderiam recusar ofertas de emprego com níveis de renda inferiores aos propiciados por sua qualificação, algo restrito, no caso em questão, ao grupo diminuto de jovens com elevado nível de escolaridade. (Barbosa, 2011, p. 112)

O modelo proposto por Hart supera a teoria de Lewis, que havia sido apresentada nos anos 1950, cujo argumento baseava-se em uma lógica evolucionista e linear, preocupada com uma mudança no sistema. Neste sentido, já não se tratava mais de provar a existência de uma economia informal, mas de buscar compreender os impactos que esta traria. Logo, a aceitação do "informal" vem associada a uma nova forma de se conceberem as possibilidades de desenvolvimento na periferia do capitalismo. (Barbosa, 2011)

É inegável a contribuição do trabalho de Hart no campo das pesquisas sobre informalidade, principalmente no que diz respeito a uma quebra de pressupostos vigentes na literatura especializada. Conforme aponta Santiago (2014) um dos aspectos identificadores entre o artigo de Hart e o relatório da missão do Quênia elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁶ relaciona-se pelo entendimento de que não seria possível empregar todos os trabalhadores no setor formal nos países em desenvolvimento. De acordo com os especialistas da OIT, a demanda por empregos

⁶ O relatório - que deu origem as interpretações lançadas por Hart - chama-se *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenia* e foi publicado pela OIT em 1972, sob o marco do Programa Mundial de Emprego (PME). Conforme Cacciamali (1982) "este programa iniciou-se em 1969 e, entre outros objetivos, visava propor estudos sobre estratégias de desenvolvimento econômico que observassem como variável-chave a criação de empregos. Deriva desse programa um conjunto de missões e convênios internacionais em diversos países, que tentam analisar as questões do emprego e da renda sob este enfoque."

remunerados cresceu a tal ponto que os empregos no setor urbano formal não eram suficientes.

Em 1973 a OIT por meio da Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC) desenvolve o conceito de setor informal associado a proliferação do subemprego nas grandes cidades, mesmo nas que apresentam crescimento econômico. (Theodoro, 2002) Assim, a OIT passa a adotar o setor informal como uma categoria analítica que

agrupa todas as atividades de baixo nível de produtividade, os trabalhadores independentes (exceção feita aos profissionais liberais) e empresas muito pequenas ou não organizadas. A demanda de mão de obra não obedece a uma definição técnica de postos de trabalho disponíveis. De fato, o nível de emprego, ou melhor, o número de pessoas ocupadas, depende neste mercado da magnitude da força de trabalho não absorvida pelo setor formal, da economia e das oportunidades que têm essas pessoas de produzir ou vender alguma coisa que lhes retribua alguma renda. (PREALC, 1978 *apud* Cacciamali, 1982)

Outra particularidade do estudo da OIT foi uma visão positiva do setor informal. Enquanto Hart adotara uma postura cautelosa, considerando a atividade informal uma alternativa ao trabalho assalariado em vez de associá-la diretamente a baixa produtividade, o relatório do Quênia teve um caráter mais inovador no que diz respeito a considerar o setor informal como rentável e eficiente. Entretanto, o mesmo relatório também apresentava visões negativas sobre o trabalho informal destacando pontos como: risco e incerteza para os trabalhadores e níveis inferiores de renda e status de trabalho. (Santiago, 2014)

Neste sentido, o termo "setor informal" surge e é disseminado através de diversos estudos realizados no âmbito desse programa, sendo entendido por meio das características a seguir:

(a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados

competitivos e não regulamentados pelo Estado (OIT, 1972 apud Cacciamali, 2000, p.3)

Conforme salienta Santiago (2014) a OIT identificava que o setor informal nas áreas urbanas iria ampliar em 20 anos. Ainda, buscando traçar um cenário prospectivo, o relatório julgava ser improvável uma redução do tamanho relativo do setor informal devido a um aumento na taxa de participação do emprego no setor formal. "Este alerta sobre a impossibilidade de observância do emprego formal em escala crescente nas economias em desenvolvimento talvez tenha sido um dos aspectos mais importantes do relatório da missão Quênia – e também do artigo de Hart." (Santiago, 2014, p.28)

Segundo Barbosa (2011), o relatório da OIT apontava o setor informal como variável-chave para a compreensão do mundo do trabalho em países periféricos. De acordo com o autor, a mistura entre conceitos acadêmicos, propostas de políticas públicas e pesquisas de campo caracterizam a grande qualidade do relatório do Quênia, que sugere um novo caminho de pesquisa. De igual modo, é inegável o avanço com relação à teoria de Lewis, baseada em uma dicotomia estática entre o setor moderno-tradicional, uma vez que essa interpretação estava cada vez mais distante da realidade. Dessa forma,

A aceitação do conceito de "setor informal" não aplacaria as controvérsias. Outra história se iniciaria, com novas veredas se abrindo. Em parte isto se deve às diferenças entre os países objeto de análise, mas também ao caráter multifacetado do próprio setor informal, sem esquecer o papel das diferenças teóricas e metodológicas de cada autor. (Barbosa, 2011, p. 124)

Tendo em vistas as abordagens iniciais expostas, a próxima seção deste capítulo objetiva apresentar as contribuições de diferentes escolas do pensamento sobre o mercado de trabalho e seus desdobramentos, especificamente aquelas que contribuíram para o entendimento das atividades informais.

4. Novas abordagens acerca do informal

Conforme já mencionado na seção anterior, o entendimento acerca do informal entre as décadas de 1950 e 1960 baseava-se em uma percepção dualista e evolucionista, que relacionava a razão do subdesenvolvimento dos países periféricos ao próprio

subdesenvolvimento do capitalismo nesses países. Com base na teoria proposta pelo economista britânico Arthur Lewis, acreditava-se que a economia estaria dividida entre uma economia de subsistência e a economia capitalista. Pressupunha-se que a tendência era que a economia de subsistência, voltada para o campo, para o pequeno comércio e atividades domésticas fornecesse espaço a uma economia capitalista, orientada para a lógica de acumulação do capital que beneficia o próprio capitalista e suas atividades. Para Lewis (2010) o avanço do desenvolvimento econômico seria o propulsor dessas mudanças, uma vez que à medida que o capital aumenta, aumenta-se também a disponibilidade de deslocamento dos trabalhadores dos setores de subsistência para o setor capitalista. Assim,

Para a abordagem dualista, as atividades que posteriormente seriam caracterizadas como componentes do setor informal (baixa produtividade, precariedade tecnológica e organizacional) seriam fruto do caráter periférico das formações capitalistas, em que se observam traços pré-capitalistas (Matsuo, 2009). O setor informal era percebido como "subproduto das violentas transformações por que passavam as nações em via de desenvolvimento". (Theodoro, 2000, p. 10) (Santiago, 2014, p. 31)

Logo, a abordagem dualista de Lewis entendia o setor de subsistência pela baixa densidade de capital, baixa produtividade e baixo nível técnico de produção, ao mesmo tempo que convivia com um setor moderno, dotado de tecnologia e capital. Sendo assim, as atividades informais (ou ocupações eventuais, conforme Lewis) teriam caráter transitório e seriam suprimidas por meio do processo de desenvolvimento econômico.

Ainda na década de 1950 a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, das Nações Unidas) constitui-se como um núcleo de pensamento central sobre o debate acerca do subdesenvolvimento em países periféricos. O cerne da discussão cepalina se baseava em propor explicações que desvendassem a dificuldade desses países alcançarem o progresso técnico. Ainda ancorados na abordagem dualista, a visão cepalina pensava em políticas de crescimento baseada na industrialização, uma vez que esta seria a base de superação do subdesenvolvimento.

O subemprego e as ocupações de baixa produtividade eram então vistos pela Cepal como fenômenos decorrentes do próprio processo de transição e, portanto, eles mesmos, transitórios. Havia, desse modo, na visão cepalina uma convicção de que

sendo alguns dos fenômenos existentes de caráter efêmero – caso do subemprego – caberia ao Estado, por meio da condução de uma política global de desenvolvimento, o enfrentamento de todos esse fenômenos. (Theodoro, 2002, p. 11)

Em contraposição a abordagem ideológica vigente, surge nos anos 1960 a chamada Teoria da Dependência que propunha que o "subdesenvolvimento não seria apenas um problema de relação entre centro e periferia, mas principalmente no que diz respeito às relações entre as classes sociais internamente ao país." (Theodoro, 2002, p. 9) Tal abordagem se ancorava na ideia de que o excedente de mão de obra é a variável explicativa da informalidade.

Baseada no conceito marxista de exército industrial de reserva, a Teoria da Dependência acreditava que

o setor informal seria composto por indivíduos que compunham a superpopulação relativa estagnada, ou seja, parte do exército industrial de reserva com ocupação irregular que não fazia parte do universo de trabalhadores que frequentemente se inseriam e eram expulsos das atividades modernas capitalistas (superpopulação flutuante) nem da população trabalhadora rural que tenderia a migrar para as cidades, classificada como supérflua latente (Santiago, 2014, p. 33)

Assim, o subemprego não estaria relacionado à ausência de industrialização ou a um pertencimento a um setor arcaico ou tradicional, mas sim ao produto imediato da modernização causada pela industrialização. Dai emerge o questionamento acerca da ideia de que o setor informal funcionaria como um apêndice marginal do setor dominante e dinâmico da economia capitalista. "O que implica avaliar que 'a origem do setor informal não está mais na existência de excedente de mão-de-obra, porém está no próprio processo de acumulação capitalista." (Kon, 2004, p. 3 apud Santiago, 2014, p. 35). Sendo assim, emergiu a ideia de que o setor informal e o subemprego não seriam um produto indesejável do processo de desenvolvimento, porém elementos constitutivos da economia urbana capitalista.

Com efeito, o subemprego, tido como um dos principais elementos constitutivos de uma economia subdesenvolvida, estaria associado à ideia de marginalidade e seria visto agora não mais como um fenômeno passageiro e/ou fortuito. Ao contrário,

seria, antes, o produto mais imediato e perene do processo de modernização via industrialização. O subemprego, assim como grande parcela do desemprego, não estaria relacionado à ausência de industrialização mas, inversamente, à sua concretização. (Theodoro, 2002, p.9)

De acordo com os especialistas da Teoria da Dependência, o crescimento econômico que se vinha observando na época, produzia desigualdades que se acumulariam no decorrer dos anos. (Theodoro, 2002) Desta forma, o setor informal funcionaria em conjunto com o setor formal, que sendo composto por unidades econômicas e trabalhadores que produzem bens e prestam serviços, ocupam espaços intersticiais na economia.

Ambos os enfoques apresentados existiram de forma simultânea durante as décadas de 1960 e 1970, sendo que a abordagem de Lewis norteava as diretrizes desenvolvimentistas dos Estados enquanto a Teoria da Dependência ganha espaço nos discursos críticos, principalmente entre acadêmicos latino-americanos. (Theodoro, 2002) Na década de 1970, porém, estatísticas apontaram que mesmo países que cresciam economicamente (como o Brasil) continuavam apresentando índices de subemprego consideráveis.

Dado o advento de novas formas de trabalho, da complexidade das relações trabalhistas e do estreitamento de direitos e outros condicionantes, alguns autores destacam a necessidade de adotar uma conceituação de informalidade mais ampla e dinâmica, compreendendo tanto as atividades informais tradicionais como as atuais configurações do trabalho precário.

Desde então inúmeras críticas a ambas vertentes emergiram a partir dos anos 1970 entre os pesquisadores interessados na questão do informal. O sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira (2003) critica a visão cepalina, uma vez que a instituição "indicava o subdesenvolvimento como uma formação histórica singular de economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, numa oposição entre setores modernos e atrasados." (Tosta, 2008, p.33) Nas palavras de Oliveira:

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um

setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. (Oliveira, 2003, p. 32)

Um dos principais incômodos de Oliveira consistia na insistência da teoria especializada em comparar e igualar diferentes processos de desenvolvimento sem perceber os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias. (Oliveira, 2003) O autor discute que não haveria um "modo de produção subdesenvolvido, mas sim o modo de produção capitalista. Pensava, de igual modo, que os setores econômicos modernos e arcaicos não estavam em oposição, como a teoria cepalina pontuava, mas sim operavam em conjunto.

O setor arcaico da economia seria funcional ao setor moderno, não havendo, afinal, nenhuma incompatibilidade entre eles. Assim, os serviços baseados apenas na força de trabalho e com baixa remuneração não seriam mero depósito do exército industrial de reserva, mas sim adequados para o processo de acumulação e expansão capitalista. (Tosta, 2008, p. 33)

Enquanto a ideia de informal em sua concepção foi criticada, as mudanças recentes no mundo do trabalho conferiram maior imprecisão para a definição do termo. Neste sentido, devido à abrangência do conceito e a dificuldade de mensurá-lo, a economista brasileira Maria Cristina Cacciamali propõe um novo referencial teórico para os debates em torno da informalidade. A autora entende a informalidade como

[...] um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições. (Cacciamali, 2000, p.163).

De acordo com Cacciamali, decorrem do processo de informalidade dois fenômenos principais associados ao mercado de trabalho. O primeiro refere-se à "reformatação das relações de trabalho nas formas de organização da produção e do mercado de trabalho do setor formal da economia em territórios e espaços que devem ser selecionados e especificados". (Ibid, p. 163) Já o segundo diz respeito ao auto-emprego e as demais estratégias realizadas por aqueles que apresentam dificuldades de reinserção no mercado de trabalho ou que trabalham por conta própria por opção. Neste

sentido, analisar a informalidade é inquirir acerca dos processos de transformações estruturais em andamento.

Lautier (1991) se posicionou como um dos críticos do setor informal de trabalho, em que destacou o fato do trabalho informal se contrapor ao formal, isto é, tudo que se apresenta no formal não está presente no informal. Portanto, seriam contradições marcantes nas definições das características desse trabalho informal; porém, sem uma posição objetiva para que seja alocado como objeto científico. Por outro lado, mesmo que os conceitos sejam confusos, deve-se enfatizar que é uma realidade esse trabalho, e que o mesmo possui como base a estrutura nas relações sociais, não sendo prescritos pela lei.

Lautier (1991) analisa dois discursos sobre o trabalho informal. O primeiro associa-se à modernidade industrial, com a ideia de que o Estado não possui controle sobre a economia e então surge o setor informal; porém, existe a proposta de formalizar o trabalho informal integrando esses trabalhadores ao modelo de cidadania salarial moderna. O segundo discurso mostrou uma fragilidade de concepção desenvolvimentista, ou seja, a informalidade estaria relacionada ao excesso da lei, e não à sua falta. Deste modo, resume-se o conceito de Estado Mínimo, que possui como objetivo reduzir a cidadania à capacidade de ter acesso ao mercado de trabalho, sem o intuito de integração. Segundo Lautier (1991), o ponto central neste assunto reside no fato da relação entre a atividade de produção e o Estado; no entanto, as perspectivas precisam ter origem nas relações de trabalho (não de empresa) com articulações nos âmbitos sociais, jurídicos e econômicos.

"[...] o que está-se chamando informalidade não é o sinal de uma ausência de Estado, mas parte deste. Antes de se questionar 'por que o Estado não consegue fazer cumprir as leis vigentes?', nos parece que a questão mais importante é 'por que o Estado adota leis que não são feitas para serem respeitadas?' (Lautier, Morice e Miras, 1991, p. 7, apud Theodoro, 2002, p.19 tradução livre).

Diferentemente do processo que houve na Europa, não existiu perspectiva de integração geral para o assalariamento na América do Sul, em que há a legitimação do desrespeito à lei, com consentimento e aprovação do Estado, empresários e assalariados.

Neste caso, tanto a ausência do Estado-providência quanto da informalidade originaram um modelo de cidadãos não assalariados com influência sobre os assalariados, isto é, uma cidadania híbrida quando comparada ao modelo de cidadania assalariada (Lautier, 1991).

De acordo com Theodoro (2003), Lautier apresentou uma concepção de dicotomia entre o setor formal e informal de trabalho, abordando de maneira central os elementos dinâmicos que reproduzem todo o sistema de produção, com uma categoria denominada sistema de emprego. O foco principal dessa concepção se enquadrou em unidades produtivas, que analisaram as atividades e não as pessoas, e que poderiam se organizar em redes articuladas com relações de aliança, concorrência ou complementaridade no sistema econômico. Logo,

[...] o nível das regras, dos códigos públicos e privados e das convenções, que, de uma maneira geral, estabelece os limites e as bases dessa relação de convívio entre os agentes (unidades produtivas e trabalhadores). Nesse sentido, o enquadramento institucional e legislativo pode ter uma maior ou menor importância a depender da capacidade reguladora do Estado, assim como do peso dos códigos e regras não institucionais. Com efeito, relações ditas informais - entendidas aqui como o conjunto das regras e dos procedimentos em geral que transbordam o aparato legal vigente - podem, em maior ou menor grau, traçar o perfil e os limites do funcionamento do sistema de emprego. Há uma espécie de oposição entre o institucional e o informal que estabelece assim diferentes possibilidades de funcionamento do sistema de emprego. (Theodoro, 2003, p.4)

Desta maneira, a informalidade poderia ser definida como a falta de articulação das atividades no emprego e também de regulamentação institucional, com a simples explicação de uma estrutura desigual. Percebe-se que essa abordagem investigou alguns aspectos de maneira ampla sobre a dinâmica de destruição, desenvolvimento e recriação de todas as atividades que reproduzem o setor econômico. Logo, valoriza-se a atividade na qual o trabalhador está inserido, não o trabalhador em si, incentivando assim apenas a visão econômica.

Com o passar do tempo o conceito de setor informal sofreu mutações que acompanhavam as correntes teóricas em voga. O conceito, que ainda passa por um

processo de consolidação, se transformou em um instrumento de análise do mercado de trabalho nos países de desenvolvimento. Lautier (1994) destaca que o conceito de setor informal foi primeiramente concebido por uma agência executiva internacional sendo posteriormente assimilado pela academia. Assim:

Uma das principais consequências dessa singularidade destacada por Lautier é a grande imprecisão desse conceito, a qual perdura até os dias atuais. Tokman, um dos expoentes desse enfoque, há muito já observava a dificuldade de se trabalhar com a noção de SI. De fato, tornara-se difícil prosseguir na construção de uma teoria a partir de uma base conceitual tão vaga e pouco rigorosa em termos epistemológicos (Theodoro, 2002, p. 12)

Levando em consideração que a

[...] informalidade pode ser definida, com grande heterogeneidade de formas de organização da produção, como uma atividade na qual é possível englobar desde serviços ocasionais, como o vendedor ambulante e a empregada doméstica, até atividades com altas remunerações, como os profissionais liberais e técnicos especializados. (Cleps, 2009, p. 330)

E entendendo ainda a amplitude de conceituações presentes neste campo de pesquisa, torna-se, portanto, necessário apresentar alguns dos elementos centrais dos debates acerca da noção de informalidade como forma de situar o leitor na vasta seara conceitual em que este trabalho se insere.

4. A especificidade brasileira

O mercado de trabalho brasileiro é atravessado por suas raízes históricas. Sua origem remonta a uma herança colonial, caracterizada por uma sociedade desigual e hierarquizada apoiada na mão de obra escrava. No decorrer do século XX observaram-se transformações políticas e sociais, entretanto transformações radicais não se processaram na economia. Conforme aponta Theodoro (2005) pelo menos até a década de 1850, não existiam formas alternativas de organização produtiva além daquela apoiada no trabalho escravo.

Com a abolição da escravidão, imigrantes passaram a ocupar os postos de trabalho que outrora eram realizados por escravos, não permitindo que a substituição da mão de obra escrava se desse com a força de trabalho nacional disponível. Sendo assim, observou-se que a parcela da população que vivia da economia de subsistência não fora bem adaptada ao trabalho assalariado regular.

O perfil de ocupação da força de trabalho assumirá então nova conformação. Enquanto a mão-de-obra imigrante chega e se ocupa cada vez mais da produção de café, uma parte crescente da população liberada, até então escrava, vai se juntar ao contingente de homens livres e libertos, a maioria dos quais dedicada à economia de subsistência, fosse a alguns ramos assalariados – especialmente nos pequenos serviços urbanos. O nascimento do mercado de trabalho ou, em outros termos, a ascensão do trabalho livre como base da economia, foi acompanhado pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas. Este processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, será denominado o “setor informal” no Brasil. (Theodoro, 2005, p. 94)

Tendo em vista este cenário, o trabalho desprotegido e informal e todas as características associadas a ele sempre fizeram parte do cotidiano de muitos brasileiros. A particularidade do Brasil é a de um país onde o assalariamento e os direitos trabalhistas nunca foram generalizados para toda a sociedade. Desta forma, entre outros aspectos, o informal seria explicado por meio da falta de regulamentação institucional e sua estrutura desigual e a articulação das atividades no sistema de emprego.

Essas especificidades indicam o caráter assimétrico da relação entre capital e trabalho, mostrando problemas tanto na forma de estruturação do mercado quanto nas relações de trabalho. Isso significa que, apesar da existência de uma regulação do trabalho (com normas e instituições), há um caráter flexível e precário no mercado de trabalho brasileiro. Em consequência, o país não conseguiu alcançar o mesmo grau de homogeneização e proteção social conquistado no pós-guerra pelos países desenvolvidos, especialmente na Europa. (Krein, 2007, p. 44)

Krein (2007) ainda sinaliza que o desemprego aparece como um problema social e econômico já na primeira crise no início dos anos 1980, depois de completado o processo de industrialização. Já a partir do início dos anos 1990, o desemprego torna-se um fenômeno de massa.

A manifestação do excedente estrutural de força de trabalho pode ser observada na expressiva proporção de trabalhadores por conta própria e em pequenos negócios familiares com baixos rendimentos, já que não havia até a segunda metade dos anos 80 qualquer proteção ao desempregado. Ou seja, a garantia de sobrevivência dependia da venda da força de trabalho ou da execução de qualquer atividade remunerada. No momento do auge do processo de assalariamento, havia ainda no país em torno de 20% de ocupados em atividades por conta própria. Parte expressiva dessas ocupações não era composta por empreendimentos autônomos, mas por "bicos", ou seja, por estratégias de sobrevivência, empregos disfarçados. Nos momentos de crise, tende a aumentar o número de ocupados por conta própria e em pequenos negócios e a diminuir a renda, conjuntamente com o desemprego. (Krein, 2007, p. 48)

Neste sentido, é primordial apresentar os resultados de duas pesquisas recentes de forma abrangente sobre o tema de alguns aspectos sobre a informalidade no Brasil e na América do Sul. A primeira pesquisa teve como objetivo obter uma dimensão sobre a Economia Informal Urbana no país, e foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A segunda parte da pesquisa vislumbrou a avaliação da informalidade na América do Sul, sendo coordenada pelo Banco Mundial. Mesmo com informações tradicionais da situação informal na América do Sul, foi possível obter conclusões importantes que possibilitaram um amplo panorama da situação do trabalho informal nos países sul-americanos.

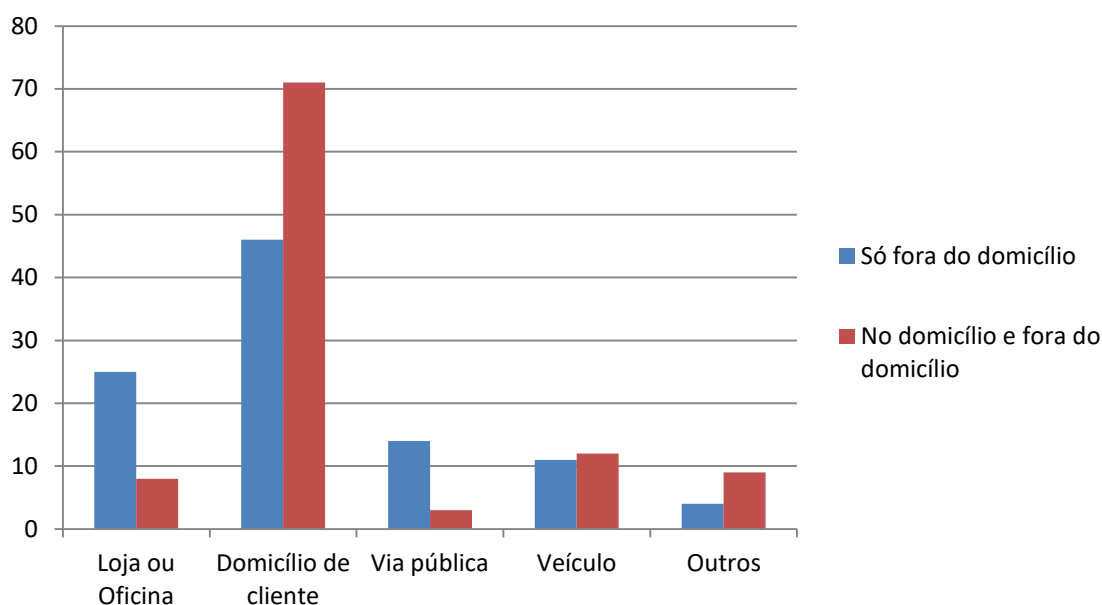
De 1997 a 2003, o IBGE coordenou uma pesquisa que utilizava conceitos sobre o setor informal da OIT para que pudesse avaliar de maneira precisa a dimensão do trabalho informal na estrutura ocupacional urbana no Brasil. Assim, Este trabalho especifica que "as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção." (IBGE, 2003, p. 15).

Essa pesquisa foi intitulada Economia Informal Urbana (Ecinf) que objetivou a análise de estabelecimentos não agrícolas que continham até cinco empregados, ou seja, seriam designados como produções em pequena escala, com pouca separação entre trabalho e capital e com baixo nível organizacional. O foco principal estava centrado no funcionamento das unidades e no modo de produção, e se distanciava do trabalho e da

ausência de registro desses estabelecimentos, mesmo quando os dados oriundos dessa pesquisa mostraram relação entre essas características.

Com base nos resultados da pesquisa Ecinf, existiam mais de 10 milhões de estabelecimentos informais urbanos em 2003, com 13 milhões de ocupados. Logo, pôde-se concluir que 22% da força de trabalho urbano no Brasil estavam concentrados nesses estabelecimentos (IBGE, 2003).

Gráfico 1 - Empresas de conta própria, segundo o local de funcionamento - Brasil - 2003 (em %)

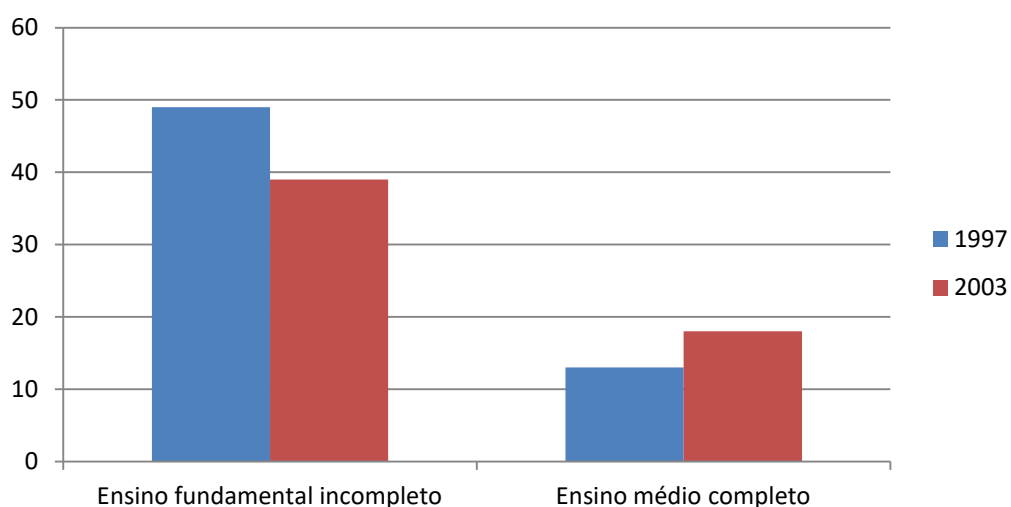


Fonte: IBGE (2003)

Verificou-se significativa presença de trabalhadores informais nesses estabelecimentos, mesmo que este não tenha sido o objetivo principal deste estudo. Observou-se que 67,5% dos empregados presentes em estabelecimentos informais urbanos não possuíam nenhum sistema de proteção social em 2003. Outro ponto relevante foi sobre o percentual de 50% dos proprietários que tinham o seu próprio negócio devido à necessidade de complementar a renda, e por não terem encontrado emprego formal. Para o gênero feminino, este número torna-se mais significativo, com um valor de 60% para proprietárias.

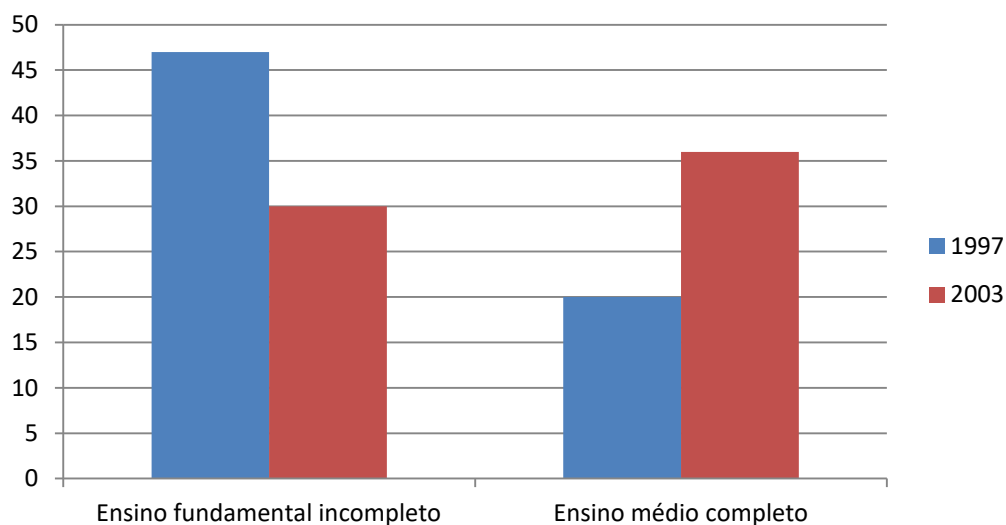
Dados apontaram que na maior parte das categorias predominava o sexo masculino, com 64% das pessoas ocupadas. A maioria dos trabalhadores (homens e mulheres) tinha o primeiro grau incompleto, entretanto, de 1997 para 2003, reduziu-se a proporção de trabalhadores do setor informal com apenas o 1º grau incompleto e aumentou a participação dos trabalhadores com 2º grau completo. (IBGE, 2003) Conforme ilustram os gráficos abaixo:

Gráfico 2 - Proporção de homens ocupados no setor informal, por nível de instrução - Brasil - 1997/2003 (em %)



Fonte: IBGE (2003)

Gráfico 3 - Proporção de mulheres ocupadas no setor informal, por nível de instrução - Brasil - 1997/2003 (em %)

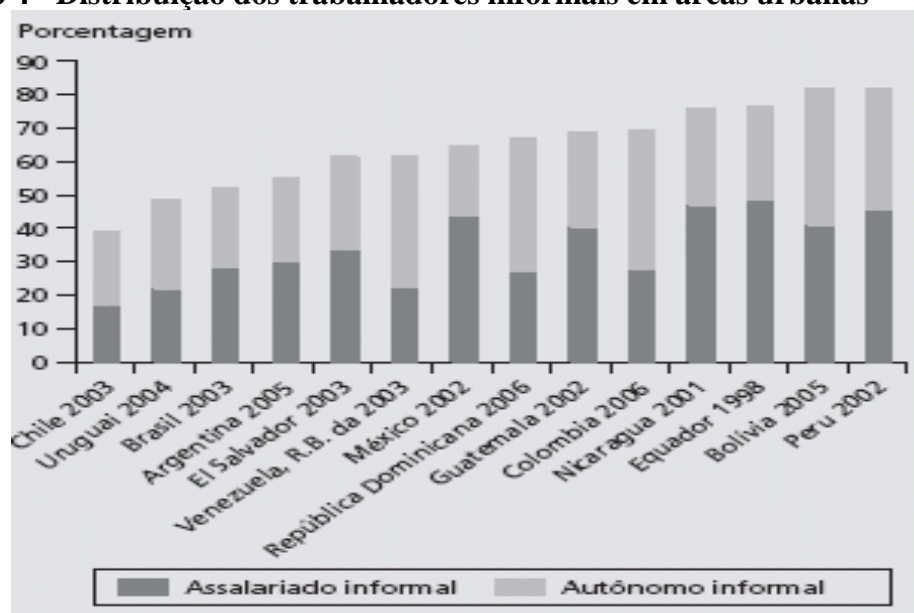


Fonte: IBGE (2003)

Com relação ao parentesco, constatou-se que 45,3% dos empregados e empregados não remunerados tinham algum parentesco com o proprietário do estabelecimento informal (IBGE, 2003). Portanto, os altos níveis de desemprego e baixos rendimentos, situação econômica desfavorável, fizeram com que muitos brasileiros procurassem outras formas de renda.

Comparando-se os valores de informalidade na América do Sul, verificou-se que os mesmos valores são semelhantes no Brasil. A partir de uma pesquisa extensa na América do Sul e Caribe realizada pelo Banco Mundial e descrita no relatório "*Informality: exit and exclusion*", constatou-se que 54% dos trabalhos nas áreas urbanas dessas regiões são informais (Tosta, 2008). Indica-se no gráfico abaixo a distribuição dos percentuais de acordo com cada país.

Gráfico 4 - Distribuição dos trabalhadores informais em áreas urbanas



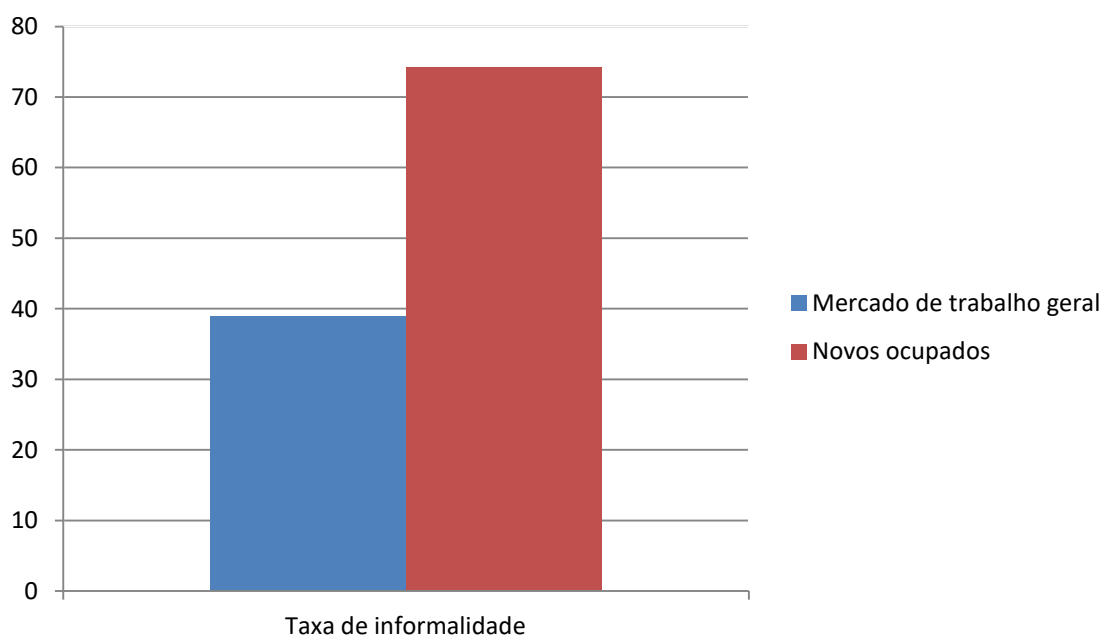
Fonte: Perry *et al.*, 2007 apud Tosta, 2008.

Logo, mesmo que haja diferentes definições para conceituar a "informalidade", o estudo feito pelo Banco Mundial teve como base o conceito de proteção social, trabalhando com dois grupos: 1) trabalhadores autônomos, que corresponderam a 24% do total de empregos urbanos; e 2) trabalhadores informais assalariados, que englobaram cerca de 30% do total de empregos urbanos na América do Sul. Essa pesquisa também pôde identificar outros quesitos relacionados à informalidade, tais como: 1) idade – jovens foram maioria entre assalariados sem carteira assinada, e os

mais velhos, maioria como autônomos; 2) nível de escolaridade - abaixo do ensino médio; 3) setor - transporte, comércio, construção e agrícola; e por fim 4) tamanho da empresa – normalmente com 10 empregados ou menos (Tosta, 2008).

Dados mais recentes sobre o mercado de trabalho brasileiro e a informalidade foram lançados na ocasião da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) no ano de 2018. A pesquisa relatou que o número de ocupados no mercado de trabalho brasileiro passou de 90,6 para 91,2 milhões, na passagem do 1º para o 2º trimestre de 2018 (600 mil trabalhadores a mais). A rotatividade continua alta: 8,8 milhões que estavam ocupados ficaram desempregados ou saíram da força de trabalho, enquanto outros 9,4 milhões de inativos ou desocupados (5,6 milhões e 3,8 milhões, respectivamente) conseguiram uma vaga.

Gráfico 5 - Taxa de informalidade - Brasil - 2º trimestre de 2018 (em %)



Fonte: DIEESE (2018)

Dentre os 9,4 milhões que conseguiram ocupação, apenas 17% conquistaram postos com carteira assinada, enquanto a taxa de informalidade atingiu 74%, quase o dobro daquela do mercado de trabalho em geral (39%). Dos "novos ocupados", 23% foram incorporados sem carteira ao setor privado, enquanto 35% tornaram-se trabalhadores por conta própria. Ainda, dos "novos ocupados" por "conta própria", 71%

concentraram-se em 20 ocupações, a maioria ligada a atividades manuais ou de prestação de serviços e vendas. Dentre estas, destacam-se as atividades de vendedores a domicílio, agricultores e pedreiros. Verificou-se também um aumento na participação em ocupações que geralmente crescem em períodos de baixo dinamismo econômico, como condutores de automóveis (Uber, táxi e *motoboys*) e vendedores ambulantes. (DIEESE, 2018)

Por fim, a pesquisa conclui que a elevada rotatividade do mercado de trabalho brasileiro se evidencia por meio de dados acerca do número de contratações e desligamentos. Entre o primeiro trimestre e o segundo de 2018, saíram da condição de ocupados 8,8 milhões de trabalhadores, enquanto 9,4 milhões deixaram a situação de desocupados ou de fora da força de trabalho e conseguiram uma vaga. Entretanto, a maioria dessas pessoas ingressou em trabalhos considerados precários: maior informalidade, menor cobertura previdenciária e rendimentos inferiores à metade do mercado de trabalho em geral. Devido à fraca recuperação e a ausências de perspectivas melhores para o próximo período, os dados descrevem a falta de fôlego da economia brasileira para proporcionar, no curto prazo, alternativas mais estruturadas de trabalho além de um maior estreitamento das oportunidades para os novos trabalhadores. (DIEESE, 2018)

Neste sentido, o próximo capítulo terá como objetivo focalizar a cidade de Brasília, apontando as particulares da capital federal, enquanto cidade planejada, de forma a avaliar como essas mudanças no mundo do trabalho afetaram o mercado de trabalho no Distrito Federal. Além de uma visão geral sobre o cenário urbano e o contexto social brasiliense também serão expostos alguns dados acerca da Rodoviária do Plano Piloto e suas peculiaridades. De igual forma, pensar sua localização geográfica é de extrema relevância, uma vez que - situada no coração de Brasília -, a Rodoviária do Plano se caracteriza como um lugar de cruzamentos, refletindo a diversidade econômica, social, regional e de gênero da capital federal, agregando sujeitos oriundos de diferentes pontos do Distrito Federal. E, por fim, localizaremos nosso grupo de pesquisa - os vendedores ambulantes de alimentos.

CAPÍTULO II: BRASÍLIA

1. Da concepção a construção da cidade modernista

Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta deles foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. Só o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. (Costa, 1987, p.2)

A transferência da Capital, do litoral para o interior do Brasil, está presente praticamente desde o período colonial, não só para resguardar o poder de uma invasão, como para levar o desenvolvimento a outras regiões do país. É atribuída ao Marques de Pombal a ideia mais antiga que se conhece de transferir a Capital para o interior, não como sede do governo da colônia, mas sim do próprio reino de Portugal. Em 1751, Marquês de Pombal contrata o cartógrafo genovês Francisco Tossi Colombina que elabora a carta geográfica de Goiás e realça o valor estratégico do Planalto Central. (IBGE, 2019)

Em 1789, o projeto de interiorização da capital do país se faz presente no imaginário dos inconfidentes. Conforme Schmidt (1985), constavam nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (publicados pela Biblioteca Nacional em 1938) a demanda por uma nova capital do Brasil em São João d'El Rei. Para os inconfidentes, a ideia de mudança da nova capital está ligada ao projeto utópico que tinha levado os inconfidentes a lutarem contra a Coroa portuguesa: independência e de uma melhor vida econômica e social. Conforme aponta Duarte de Souza (2010):

A capital do Brasil Independente seria, portanto, uma cidade, para além de aspectos administrativos, centro de ideias, geradora de uma cultura que representasse, também no plano político, a efetivação da ruptura entre o país e a Coroa Portuguesa. Por esse motivo, a ideia de instalação da capital no interior do país assumiu a conotação de elemento subversivo da ordem colonial. [...] Esse deslocamento da sede das decisões administrativas para o interior do país não tratava de mera transferência de local, mas de uma mudança com implicações políticas, com impactos nas relações de poder. (Duarte de Souza, 2010)

Reprimido o Movimento Inconfidente, a ideia da interiorização da sede do poder político e das decisões administrativas ficou adormecida. Com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, as discussões acerca da posição da capital foram reacendidas, uma vez que uma capital litorânea poderia representar ameaças a segurança do monarca. O império, então, ponderava entre uma capital marítima ou interiorana. A capital no interior proporcionava, entre outros aspectos, uma maior segurança em relação a invasões inimigas, além da centralidade do poder em relação ao território e a ocupação das áreas despovoadas do interior e do desenvolvimento do comércio interno.

Em 1813, o jornal brasileiro *O Correio Braziliense*, escrito pelo jornalista Hipólito José da Costa, apresentou um artigo que defendia "a interiorização da capital do Brasil, próxima às vertentes dos caudalosos rios que se dirigem para o norte, sul e nordeste" (Câmara dos Deputados, 2010, p. 8). Para Hipólito da Costa,

O Rio de Janeiro, não possui nenhuma das qualidades, que se requerem, na cidade que se destina a ser a capital do Império do Brasil; e se os cortesãos que para ali foram de Lisboa, tivessem assaz patriotismo, e agradecimento pelo país, que os acolheu, nos tempos de seus trabalhos, fariam um generoso sacrifício das comodidades, e tal qual luxo, que podiam gozar no Rio de Janeiro, e se iriam estabelecer em um país do interior, central, e imediato às cabeceiras dos grandes rios; edificariam ali uma nova cidade, começariam por abrir estradas que se dirigissem a todos os portos de mar [...] ligado, bem defendido, e poderoso império, que é possível que exista na superfície do Globo, no estado atual das nações que o povoam. (Costa, 1813, p. 372)

A questão da transferência da capital para o interior foi recuperada, entre 1821 e 1823, desta vez no contexto da Assembleia Constituinte, no Brasil independente. Nesse período, o principal difusor da proposta de transferência foi José Bonifácio de Andrada e Silva, no conjunto de projetos para o novo Estado Nacional independente.

9º Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da corte ou da regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável. Deste modo fica a corte ou assento da regência livre de qualquer assalto ou surpresa externa, e se chama para as províncias centrais o excesso de população vadia das cidades marítimas e mercantis. Desta côrte central, dever-ser-ão logo abrir

estradas para as diversas províncias e portos de mar, para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as ordens do Governo, e se favoreça por elas o comércio interno do vasto império do Brasil. (Andrada e Silva, 1821, p. 5)

José Bonifácio prossegue com a ideia de interiorização da capital como fruto de uma ação importante para construir o "futuro do Brasil nação", agregando conceitos geopolíticos, como a integração o território nacional para que seja propício ao desenvolvimento das áreas localizadas ao oeste; proteção e defesa da capital do país; bem como atenuar a grande concentração populacional do litoral de forma a equilibrar o "vazio" demográfico existente na área do sertão brasileiro.

A discussão sobre o tema passa para a Assembleia Constituinte de 1823, que destacava as vantagens que a mudança ofereceria a nação, como o desenvolvimento das comunicações, disseminação do progresso e proteção das fronteiras com países vizinhos. Ainda neste ano, José Bonifácio propõe aos constituintes que a Capital do Império seja transferida para a Comarca de Paracatu, Minas Gerais, e sugere os nomes de Brasília ou Petrópolis.

Em face da instabilidade do quadro político brasileiro durante o Primeiro Reinado e o período Regencial (1831-1840), a questão da mudança da capital do Império permanece em segundo plano. Neste ínterim, Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro, militar, diplomata e historiador brasileiro, foi um dos principais defensores da transferência da capital. De acordo com Varnhagen, a transferência da capital seria necessária para a proteção e desenvolvimento futuro do império brasileiro. Dentre os argumentos citados pelo diplomata estão:

4° Os governos cuja sede está no interior do país tratam mais que os outros em cuidar de facilitar as comunicações, que são as veias e artérias do Estado, que sem elas definha e morre.

5° Ao mesmo tempo uma capital central pode distribuir com mais igualdade, em diferentes raios sua solicitude.

6° Quanto mais central esteja a capital, mais obstáculos se poderiam criar para não chegar a ela qualquer inimigo que ousasse invadir o país; e ainda, sem imaginar esse caso extremo, qualquer exigente negociador não se julgaria ai tão forte para ditar condições, como tendo a vista suas esquadras. (Varnhagen, 1816-1870, p. 21)

Após estudos sobre a geografia física do país, promovidos por Varnhagen, o local ideal estaria situado na região entre as lagoas de Formosa, Feia e Mestre d'Armas nas proximidades de Formosa, província de Goiás, onde ele se dirigiu pessoalmente, em 1877, com o objetivo de confirmar suas suposições e dar credibilidade ao seu projeto mudancista. Entretanto, a primeira iniciativa concreta para a construção da nova capital foi adotada nos primeiros anos da República. Em 1891, a primeira Constituição Federal da República determina em seu segundo e terceiro artigos que:

Artigo 2: Cada uma das antigas províncias formará um estado, e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao dispositivo do artigo seguinte.

Artigo 3: Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal.

Parágrafo único: Efetuada a mudança da capital, o atual Distrito passará a constituir um Estado. (Cruls, 1995 apud Ferreira, 2010)

Desde então foram criadas comissões exploradoras para demarcar a área que viria a ser edificada a Capital Federal. Como resultados desses trabalhos de campo, foi apontada uma área do Planalto Central considerada própria para a implantação da nova capital da República.

[...] a zona demarcada apresenta a maior soma de condições favoráveis de se realizar e próprias para nela edificar-se uma grande capital federal, que gozará de um clima temperado e sadio, abastecida com águas potáveis abundantes, situada em região cujos terrenos, convenientemente tratados prestar-se-ão às mais importantes culturas, e que, por um sistema de vias - férreas e mistas -, convenientemente estudado, poderá facilmente ser ligado com o litoral e os diversos pontos de território da República. (Cruls, 1995 apud Ferreira, 2010)

No entanto, no decorrer dos anos 90 do século XIX, as ideias de transferência da capital perderam o fôlego e a segunda Constituição da República de 1934 fez voltar a estaca zero os esforços que até então tinham sido empenhados, uma vez que foram propostos novos estudos para a delimitação do local. A mudança da capital só é retomada após a redemocratização do Brasil. A Constituição de 1946, em seu quarto artigo, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispõe que: "A capital da

União será transferida para a região do Planalto Central do país"; e o primeiro parágrafo do dispositivo constitucional determina "a formação de uma comissão para proceder ao estudo da localização da nova capital." (Ferreira, 2010, p. 36)

Após de mais de um século de discussões, tentativas de delimitação e de envio de comissões de estudos, finalmente a capital é transferida, sob o compromisso do presidente Juscelino Kubistchek, cujo slogan do governo era "50 anos de progresso em 5 anos de governo".

A decisão de construir uma capital moderna no interior do Brasil pretendia ultrapassar o atraso social e econômico associado ao interior do Brasil e, principalmente, modificar a imagem associada ao país e à identidade nacional, com a criação de uma capital moderna que pudesse corresponder à idéia do Brasil como "país do futuro", como a imagem de um país capaz de se reinventar continuamente. (Coelho, 2008, p. 69)

Conforme Ferreira (2010), durante todo esse processo de mudança da capital, esteve exposta uma ideia desenvolvimentista. Ainda, de acordo com a geógrafa, o processo de desenvolvimento brasileiro fundamentava-se na economia de mercado e na urbanização como meio de criação do mercado. Neste sentido, Juscelino Kubitschek coloca a nova capital brasileira como parte de sua estratégia desenvolvimentista. Assim,

A construção de Brasília no final dos anos 50 do século XX representa a tentativa de concretização de uma utopia urbana. A ideia de uma capital moderna como nova representante política do Brasil traduzia um projeto de sociedade num momento de grande desenvolvimento econômico no país. Em pleno boom da indústria automobilística e ainda sob o prisma de uma "racionalização moderna", o projeto de Brasília como uma cidade funcional e setorizada reflete ao mesmo tempo uma crença e uma tentativa de racionalizar e maximizar a utilização do espaço. O projeto da construção de Brasília como uma "cidade do futuro" moderna pode ser associado ao projeto de mudança política, administrativa e espacial da capital brasileira para o interior do Brasil, região conhecida anteriormente pelo baixo povoamento e atraso de desenvolvimento econômico e social – o projeto de construção de uma capital moderna no interior do país visava alterar essa imagem. (Coelho, 2008, p. 65)

Brasília difere-se das outras cidades brasileiras por ter sido predestinada a ser a capital do país. Desta forma, todos seus esforços de criação, urbanização e implantação

vinculam-se de modo a atender a função para qual foi idealizada, evoluindo em torno de seu plano urbanístico modernista.

Tal plano urbanístico ganha forma no Edital do Concurso Nacional do Plano-Piloto da Nova Capital do Brasil, publicado no Diário Oficial da União em setembro de 1956. O edital estabelecia que o concurso seria de alcance nacional e o Plano Piloto deveria abranger:

a) traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana; b) o júri, presidido pelo presidente da Novacap, seria integrado de dois representantes da companhia, um do Instituto dos Arquitetos do Brasil, um do Clube de Engenharia e dois urbanistas estrangeiros; c) os trabalhos deveriam ser entregues dentro de 120 dias a partir da data das inscrições; e d) o prêmio concedido ao primeiro colocado seria de um milhão de cruzeiros. (Kubitschek, 2000, p. 75)

O concurso despertou enorme interesse, tendo atraído arquitetos, urbanistas e engenheiros que submeteram projetos dos mais variados gêneros. Devido a abrangência e a magnitude do concurso, divergências entre o júri tumultuaram o julgamento. Após examinarem o conjunto dos projetos, os jurados eliminaram 16 projetos, reservando 10 para um exame mais cuidadoso. Entre os classificados, figuravam os maiores nomes da arquitetura e do urbanismo brasileiro, tais como Lúcio Costa, Nei da Rocha e Silva, M.M.M. Roberto, Henrique Mindlin, Paulo Camargo e a firma Construtec.

Quando [*Sir William Holford*⁷] examinara os trabalhos, havia um que lhe chamara a atenção. Era o de Lúcio Costa. Fora apresentado sem qualquer preocupação de obter destaque. Estava numa folha de papel comum, desenhado à mão, com alguns rabiscos, e acompanhado de uma exposição, à guisa de defesa do projeto. Observando o que se encontrava na folha de papel surpreendera-se ao verificar que ali existia uma ideia, apresentada a título de sugestão. Tudo era pobre na apresentação — desleixo aliado à pobreza do material —, mas havia grandeza na concepção. Compreendera, num relance, que estava em face de um projeto que revelava genialidade. Solicitou que lhe traduzissem o texto da exposição e concluiu que o trabalho de Lúcio Costa merecia ser premiado. Nele, tudo era coerente. Racional. E em face da sua essência urbana, caso fosse executado, conferiria grandeza à nova capital. Tratava-se, sem dúvida, de uma verdadeira obra de arte,

⁷ Assessor de Urbanismo do Governo Britânico e planejador da capital da Rodésia; parte integrante do júri do concurso Concurso Nacional do Plano-Piloto da Nova Capital do Brasil.

tanto pela clareza quanto pela hierarquia dos elementos integrantes do conjunto. (Kubitschek, 2000, p. 76)

Sendo assim, em meio a grande concorrência, a proposta vencedora coube ao arquiteto e urbanista Lucio Costa que propôs para a capital federal um modelo de cidade modernista ancorado em princípios do urbanismo funcionalista da Carta de Atenas. (Medeiros; Campos, 2010)

O projeto previa reforçar o espaço social, além de organizar fisicamente o núcleo urbano com comércio, habitações, locais de trabalho e lazer setorizados. Os projetos modernistas tendem a eliminar as ruas tradicionais, e a malha urbana compacta é moldada por construções soltas, com a criação de equipamentos de uso coletivo, com serviços dispostos de maneira setorizada, com amplas avenidas para a circulação de carros, estabelecendo um espaço urbano composto pela monumentalidade e gigantismo. Para a concretização do projeto modernista, é importante o planejamento e, assim, Brasília sempre esteve relacionada à ideia de plano e controle do espaço urbano. (Bortolo Pinto, 2009, p. 35)

Tal projeto ancorava-se nas chaves do urbanismo, ou seja, nas quatro funções consideradas básicas: habitar, trabalhar, recrear-se e circular, a partir dessas funções concebe-se uma organização racional do espaço e da vida. Assim, o projeto estruturou-se em dois eixos viários principais e quatro escalas para definir a ocupação do espaço: a residencial, a monumental, a bucólica e a gregária. Conforme aponta Farinasso (2014),

a escala monumental se constituiu ao longo do Eixo Monumental e reserva espaço para os principais prédios públicos e sedes do Governo. Nela se encontra o edifício com o maior gabarito da cidade: o Congresso Nacional. A escala residencial é marcada pela presença das superquadras modelos: blocos sobre pilotis envolvidos por um cinturão verde com um único acesso. O gabarito varia entre quatro e seis pavimentos e há predominância de áreas verdes. A escala bucólica, representada pela predominância da natureza, tem o lago, os parques e as áreas de preservação como elementos. Ela permeia toda a cidade, deixando o horizonte livre para a apreciação do céu. Por último, a escala gregária, onde se localiza o objeto de estudo desse trabalho, é marcada por uma maior densidade, pelos setores comerciais, bancários, hoteleiros, de autarquias, hospitalares e de diversões. Foi idealizada para ser o local propício ao encontro entre pessoas. (Farinasso, 2014, p. 10)

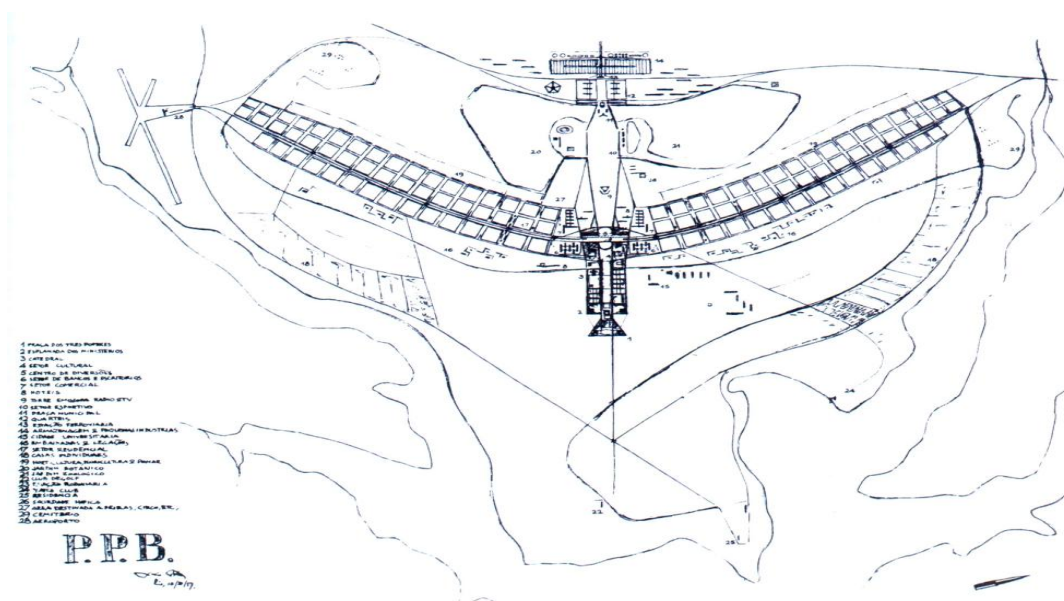
Lucio Costa concebe Brasília sob um duplo caráter: uma *urbs* e uma *civitas*. O caráter *civitas* diz respeito a cidade ser considerada a cidade do poder, dos símbolos, das representações e das cerimônias; por outro, a *urbs* faz referência a cidade secular da vida cotidiana dos habitantes. (Holanda, 2013)

Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. (Costa, 1991, 22)

O objetivo de Lucio Costa era produzir a união entre uma urbanização voltada ao usufruto das funções primordiais de uma *urbs*: trabalhar, circular, morar, recriar; e criação a uma escala monumental e cívica, condizentes ao status de capital que Brasília assumiria. Mesmo sendo monumental, a intenção do projeto de Costa era compor uma cidade que também possa ser cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. Assim, de acordo com o urbanista o objetivo era a constituição de uma

Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país. (Costa, 1991, p.22)

Imagem 1: Planta Geral do Plano Piloto de Brasília



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Sendo assim, a preocupação de Lucio Costa desde a concepção de Brasília foi ocupar o território de maneira ordenada e eficaz, sendo amparada por um ideal desenvolvimentista, focado em um projeto econômico e político que objetivava integrar novas áreas ao centro do país, promovendo o crescimento e o desenvolvimento do Brasil. Nesse sentido, destaca Bortolo Pinto (2009),

a arquitetura modernista da Capital passou a incorporar simbolicamente a ideologia do Estado, respaldando as propostas de alteração da imagem de cidade do mundo subdesenvolvido, agregando valores progressistas e inovadores à nova capital. (Bortolo Pinto, 2009, p. 35)

Brasília, então, tornou-se na ilustração perfeita de uma cidade contemporânea ideal na visão do arquiteto e urbanista Le Corbusier⁸. A cidade possui dois grandes eixos para o tráfego de alta velocidade, o Eixo Monumental, que vai de Leste a Oeste com aproximadamente 16 km de extensão, e o Eixo Rodoviário, cuja extensão de 13,5 km vai de Norte a Sul e é cortado transversalmente pelas vias locais. O Plano Piloto de Brasília dispõe uma paisagem horizontalizada, predominando espaços livres e verdes e grande amplitude visual, já a região central, responsável por abrigar a sede do Governo Federal conta com edifícios mais altos e mais aglomerados.

A unidade residencial é composta pelas superquadras, uma área de aproximadamente 240 por 240 metros e não menos que oito e não mais do que onze prédios de apartamentos que podem comportar entre 2 mil e 3 mil pessoas. (Holston, 2010) Os prédios são construídos sobre pilotis (colunas de sustentação), os quais proporcionam uma área livre e vazada no térreo dos prédios, podendo ser utilizada por pessoas comuns.

Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim

⁸ Le Corbusier é conhecido como o autor da *Carta de Atenas*, que se trata de uma espécie de mandamentos do urbanismo moderno. Por meio deste tratado foram estabelecidos os princípios básicos do morar e viver moderno da primeira metade do século XX. A essência do urbanismo consistia em distinguir quatro funções básicas, a serem respeitadas na projeção, no planejamento e na reforma urbana: a função de habitar, trabalhar, circular e do lazer.

de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem. [...] Dentro destas "super-quadras" os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso á escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra. (Costa, 1991, p. 30)

Imagem 2: Construção das Superquadras (1958-1960)



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Conforme aponta Holston (2010) a superquadra é concebida como uma unidade residencial autossuficiente, no sentido de dispor seus próprios serviços e equipamentos, oferecendo quatro tipo de serviços básicos a seus moradores: comércio, creche, educação e recreação. A área também conta com uma vasta área verde,

projetada como uma espécie de parque, livre de tráfego, para uso recreativo e social dos moradores. (Holston, 2010)

A ideia era fazer com que Brasília se distanciasse das demais cidades brasileiras, sem reproduzir as contradições e estratificações sociais comuns ao espaço urbano brasileiro. Por isso, o conceito de superquadras tenderia a estabelecer novos valores e hábitos sociais. Seria instaurada a mudança forçada de valores e das relações sociais, por meio de uma concepção arquitetônica. (Bortolo Pinto, 2009, p.36)

O conjunto formado por quatro superquadras, com seus respectivos comércios locais, constitui uma Unidade de Vizinhança, estas destinadas a locais de convivência e de encontro dos moradores. A proposta da Unidade de Vizinhança visava

dispor em uma distância acessível a pé, todas as facilidades necessárias a vida cotidiana e, concomitantemente, salvaguardar este território da influência do tráfego de passagem. O comércio local e a escola constituiriam igualmente pontos de encontro. (Ferreira; Gorovitz, 2009)

Assim, a ideia inicial de Lúcio Costa tinha em vista o bairro das cidades tradicionais europeias, cujo objetivo era promover a sociabilidade através das relações de vizinhança, construindo um ambiente de aconchego dentro de um "urbano impessoal".

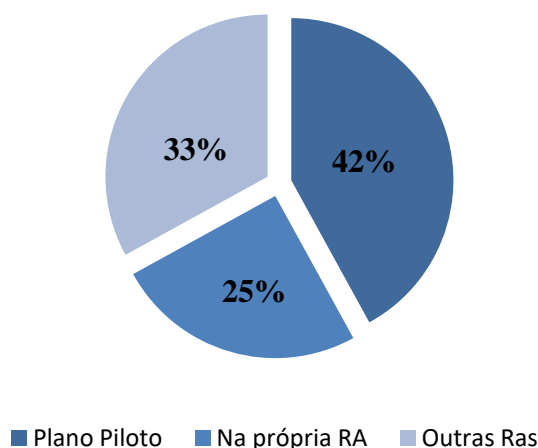
A Unidade de Vizinhança conta com um jardim de infância, uma escola classe, uma escola parque, um clube, um espaço cultural, uma biblioteca, um posto policial e a igreja, bem como inúmeras áreas arborizadas entre as quadras que favorecem o encontro. Tais equipamentos e sua disponibilização no espaço corroboram a visão utópica da Unidade de Vizinhança despertar o interesse pelo coletivo. Deve-se pensar também que os moradores desta quadra teriam em comum o fato de serem servidores públicos e trabalharem nos mesmos órgãos, o que seria a proposta inicial de Lúcio Costa, na qual diferentes estratos sociais residissem em um mesmo ambiente, não dividido por renda, mas sim por cargos públicos.

Brasília foi uma cidade projetada para abrigar de 500 a 700 mil habitantes, e o projeto previa que, só se ultrapassasse este limite, seriam criadas cidades satélites. Mas

Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Park Way, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), Sobradinho II, Jardim Botânico, Itapoã, Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), Vicente Pires e Fercal.

De acordo com dados da CODEPLAN (2017) dos postos de trabalho do Distrito Federal, 41,53% estão localizados no Plano Piloto. A concentração de empregos no Plano Piloto gera uma alta dependência da região, engendrando um deslocamento pendular para o centro, fazendo que as cidades-satélites transformem-se em cidades dormitório da mão de obra que trabalha no Plano Piloto.

Gráfico 6: Distribuição do Local de Trabalho no Distrito Federal - 2017



Fonte: CODEPLAN (2017)

Ainda, somente 15,9% da população reside no Plano Piloto, enquanto aproximadamente 84,% da população distribuem-se nas demais Regiões Administrativas. Conforme aponta Paviani (1996) as consequências do processo migratório dos trabalhadores em direção a Brasília não foram levadas em conta no projeto original da cidade, ocasionando a dispersão de milhares de pessoas para o entorno do Plano Piloto.

O que se observa é que a intenção de Lucio Costa de produzir espaços que possibilitassem a convivência de diferentes grupos sociais não foi concretizada, uma vez

que a população de menor renda reside na periferia do Plano Piloto. A especificidade do Plano Piloto em relação as cidades-satélites confirma a fragmentação espacial e social de Brasília, uma vez que o entorno não se amálgama nem física nem economicamente com o núcleo principal da cidade, funcionando apenas como apêndice. Conforme análise de Castelo Branco (2006), Brasília talvez seja o lugar, entre todas as grandes cidades brasileiras, onde a segregação social seja mais notável, uma vez que devido a grande distância entre o Plano e o entorno o acesso da população periférica aos equipamentos de lazer localizados no centro é dificultado. Assim,

apesar do projeto de Brasília, enquanto capital moderna, prever a construção de uma cidade diferente das outras cidades brasileiras, seus problemas de moradia e de emprego aproximam-na de outras cidades do país. Os problemas de segmentação e de fragmentação social parecem ainda mais importantes em Brasília quando comparados a outros centros urbanos. O caráter planejado da cidade provocou a exclusão das classes populares do centro da cidade. O Plano Piloto – parte planejada da cidade – sofreu um forte processo de especulação imobiliária, em virtude do qual os setores menos favorecidos da população foram expulsos para os subúrbios distantes. Nesse contexto, as diferenças sociais correspondem a diferenças espaciais significativas. A heterogeneidade social presente na maioria dos centros urbanos é menos visível em Brasília. (Coelho, 2008, p. 5)

Sendo assim, diante desse panorama, verificar o processo de urbanização de Brasília seria como se defrontar com a dicotomia do modelo estabelecido na cidade, ou seja, se constituiria em uma perspectiva importante de análise sobre as diferenças entre a periferia e o centro. Deste modo, não foi possível ocultar ou impedir as diferenças de classes sociais no mundo urbano de Brasília, conforme desejavam seus construtores. As evidências dessas diferenças podem ser constatadas com os crescimentos das cidades-satélites na periferia; algo inimaginável para o projeto vencedor para a construção da capital federal do Brasil. De fato, desconsiderar a dinâmica de Brasília, na qual está assentada, seria apenas pensar em uma visão de Brasília e de suas cidades-satélites como opostas, isto é, a ideia de que a periferia e o centro estariam em lados contrários. Não seria possível “existir Brasília sem a criação do Plano Piloto que a originou, e as cidades-satélites existem para mantê-lo. Então juntos, há formação de uma cidade dividida em classes.” (Barroso, 2008, p.47)

Duas formas concomitantes podem ser apontadas sobre a produção do espaço de metrópole. De um lado, há um centro com funções organizadas; mas, por outro lado, existe uma periferia fragmentada e desestruturada em seu território, englobando tanto as atividades quanto a população abolidas do centro da cidade. (Ferreira, 2010)

Conforme aponta Paviani (1988):

Em razão deste fato, Brasília não foge à regra das demais cidades brasileiras, nas quais as mudanças sócio econômicas e políticas não arranham o verniz das transformações necessárias a uma distribuição equitativa dos bens socialmente construídos. Segue-se daí que nossas metrópoles são santuários de segregação socioeconômica (e portanto espacial): os mais afortunados estão próximos aos lugares valorizados, ocupando, aí, as posições melhor remuneradas; os destituídos são também excluídos do acesso à terra, à habitação, à educação, aos empregos e/ou atividades remuneradas, sendo, por isso, periféricos (espacial e socialmente falando)". (PAVIANI, 1988, p. 49)

Deste modo, deve-se entender o processo de construção de Brasília a partir das tensões e contradições dos diferentes agentes, os quais começaram a alterar aos poucos a imagem predeterminada da cidade pelos seus planejadores. (Ferreira, 2010)

A posição de centralidade do Plano Piloto, em relação às cidades-satélites, é reforçada pela presença da Rodoviária, tendo em vista que a mesma congrega a população que se encontra fora do Plano Piloto, mas que utiliza seus equipamentos e também trabalha nele; estabelecendo conexões e relações entre diferentes grupos sociais segregados espacialmente devido ao processo de urbanização de Brasília.

2. A Rodoviária do Plano Piloto: lócus da mobilidade e da diversidade

"Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi a rodoviária à noitinha. (...) É um ponto forçado, em que toda essa população que mora fora, entra em contato com a cidade. Então, eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, essa massa que vive fora e converge para a rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde eles se sentem à vontade. (...) Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses

brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. (...) Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído." (Costa, 1991)

A Rodoviária do Plano Piloto foi planejada por Lucio Costa na ocasião da construção de Brasília e constituiu-se como marco zero da futura capital, tendo papel importante dentro de seu plano arquitetônico. A proposta inicial de Lúcio Costa foi criar um espaço pelo qual o pedestre tivesse acesso ao setor de diversões da cidade, com casas de espetáculos, cinema e cafés e que encontrasse na parte central da plataforma o saguão da estação rodoviária com bilheteria, bares e restaurantes. (Costa, 1991) O projeto propunha uma superioridade hierárquica, na qual o pedestre teria primazia, porém, pelo fato da área ser atingida por vias e viadutos de trânsito intenso, essa superioridade foi abalada, apesar da plataforma ainda contar com um fluxo intenso de pedestres.

Imagem 4: Construção da Rodoviária do Plano Piloto em 1959



Fonte: Site Histórias de Brasília

Imagem 5: Construção da Rodoviária do Plano Piloto em 1959



Fonte: Site Histórias de Brasília

A Rodoviária constitui-se como o centro de integração entre as cidades satélites do Distrito Federal e de seu entorno com o Plano Piloto, fazendo a ligação entre linhas de ônibus e a estação do metrô. Por estabelecer-se no coração da cidade, onde a maior parte de empregos e serviços são localizados, a Rodoviária conta com um carregado fluxo de transeuntes, composto tanto por moradores do Plano Piloto quanto aqueles das cidades satélites e do entorno do Distrito Federal. Desta forma, a Rodoviária nasce para unir o coração da cidade ao lugar de ligação e de encontro de suas diferentes partes. (Farinasso, 2014) Assim,

a Plataforma Rodoviária do Plano Piloto de Brasília possui um grau de urbanidade tão vital para a cidade devido as suas questões de conectividade, usos e valor de espaço público como parte fundamental do chão da cidade-capital, sendo ela vivenciada, experimentada e habitada pelos milhares de cidadãos oriundos de todas as partes do Distrito Federal e do Brasil, que chegam ao Plano Piloto de Brasília justamente através da Plataforma. Hoje, transformada no ponto de convergência entre o centro urbano de Brasília e as Cidades Satélites do Distrito Federal, a Plataforma Rodoviária pode reassumir o vigor de suas funções urbanas, instaurando um novo caráter articulador de Brasília com a nova dinâmica de escala metropolitana que transcorre no território do Distrito Federal. (Rossetti, 2010, p.36)

A rodoviária de Brasília compreende grande extensão: aproximadamente 140 metros de comprimento e 30 metros de largura, e pode receber até 45 ônibus ao mesmo tempo, com uma área de embarque e desembarque de 4 mil metros quadrados. Quando são incluídas as áreas do mezanino, destinam-se praticamente 5 mil metros quadrados para espaços designados ao comércio e serviço público. No momento, a rodoviária conta com 66 boxes comerciais, três banheiros públicos, agências de correio e da caixa econômica federal, agências de concessionárias de serviço público (abastecimento de água, energia elétrica e telefonia), posto de informação ao trabalhador, posto de saúde, sistema de expedição de documentos, e por fim uma delegacia da Polícia Civil (PC) e um posto da Polícia Militar (PM).

Além disso, a Rodoviária tem importante papel na articulação entre os diferentes sistemas de transporte público urbano. Hoje, a maioria das 832 linhas de ônibus convencionais passam pela Rodoviária, fazendo circular cerca de meio milhão de pessoas todos os dias por uma frota de 2.786 ônibus⁹.

A mobilidade e a alta transitividade atuam como agentes transformadores da paisagem, criando demandas e favorecendo o estabelecimento de algumas atividades, dentre elas, o comércio informal. A ocupação da Rodoviária por ambulantes não é atual, tampouco os esforços do governo em "limpar" a área da presença dos trabalhadores.

Em 2008, o governador José Arruda inaugurou o Shopping Popular de Brasília, aproximadamente sete quilômetros distante da Rodoviária do Plano Piloto. Tal ação teve como objetivo realocar os vendedores informais da Rodoviária para o novo espaço, onde ganhariam boxes individuais para que pudessem comercializar. Para ter acesso ao novo espaço, o interessado deveria preencher requisitos indispensáveis tais como: a efetiva atuação na área central de Brasília e a atividade de camelô como única fonte de renda. Além disso, os ambulantes não deveriam ser sócios de empresa e residir no DF há pelo menos cinco anos. Exigia-se ainda não ter banca em outras feiras ou shoppings populares da Capital Federal. Porém, o projeto de quase 30 milhões de reais, gerou inúmeras discussões e foi alvo de investigações. Denúncias apontaram a má utilizações de alguns boxes, comprados de forma ilegal, para serem lembrados de forma a alocar

⁹ Fonte: Site do DFTrans. Acesso em: 20 mai. 2019.

lojas de grande porte¹⁰. Além disso, inúmeros comerciantes contemplados pelo espaço reclamaram da demora da entrega das construções, pedindo inúmeras vezes ao Governo do Distrito Federal que adiasse o prazo para desocupar a área da Rodoviária. Atualmente, o Shopping Popular conta com mais de 1.500 boxes¹¹, com menos de 400 boxes ocupados, vazio este explicado pelo baixíssimo fluxo de clientes no local.

Imagem 6: Lojas fechadas no Shopping Popular de Brasília



Fonte: Foursquare

Devido ao fracasso do projeto do Shopping Popular de Brasília em levar os comerciantes ambulantes para longe da Rodoviária, atualmente o comércio informal volta a se fazer presente nas plataformas da Rodoviária. Os vendedores procuram expor

¹⁰ Disponível em: < <https://www.metropoles.com/distrito-federal/falta-cliente-mas-sobra-irregularidade-no-shopping-popular-so-nao-ve-quem-nao-quer>> Acesso em: 14 nov de 2018.

¹¹ Conforme dados do subsecretário de Parcerias Público-Privadas (Rossini Dias). Disponível em< <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/04/24/governo-e-sociedade-discutem-futuro-do-shopping-popular-de-brasilia/>> Acesso em: 14 nov. 2018.

seus produtos em cima de caixas de papelão ou tapetes e fazem uso de carrinhos de supermercados, cestas e sacos, facilitando o transporte de mercadoria conforme a existência (ou não existência) dos agentes de fiscalização.

A presença dos vendedores ambulantes preenche não somente o chão das plataformas, mas também compõe a sonoridade do lugar: mistura barulhos dos ônibus, burburinho dos transeuntes e anúncios de mercadorias. Em meio a pedestres apressados e a filas extensas de passageiros, os comerciantes tentam ser notados em meio a indiferença, a individualidade e a insensibilidade, frutos da atitude *blasé* (Simmel, 1979) condição psíquica própria das grandes cidades modernas. Devido a uma super intensificação dos estímulos da metrópole, principalmente a velocidade e heterogeneidade de imagens, sons e impressões em um ambiente como a Rodoviária, os ambulantes buscam chamar a atenção gritando preços e exaltando a qualidade dos seus produtos, colorindo a Rodoviária com embalagens brilhantes de salgadinhos, chicletes e pirulitos.

Imagem 7: Comércio ambulante na Rodoviária do Plano Piloto



Foto: Fernanda Raposo

Desta forma, podemos pensar a Rodoviária como um território: a) político, uma vez que é vista como um espaço delimitado e controlado, pelo poder político do Estado; b) cultural, já que é permeado por subjetividades que se enraízam em porção do espaço território, dando-lhe identidade e criando um território produto da apropriações simbólicas de grupos; e c) econômico, focaliza o espaço como fonte de recursos e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho. O território emerge como um produto da construção de uma sociedade, num processo de apropriação de uma porção do espaço por uma coletividade. Sendo assim, pensar na Rodoviária como um território que carrega suas especificidades e é uma marca da urbanidade brasiliense, permite postular reflexões acerca das relações sociais e econômicas que se manifestam neste território.

É pelo fato da Rodoviária ser um lugar onde diversos mundos se cruzam e se tocam, constituindo, nos termos de Wirth (1979), um mosaico de mundos sociais, e por se tratar de um ambiente propício a mobilidade, diversidade e multiplicidade que foi escolhida como ambiente de trabalho de inúmeros vendedores informais e lócus desta pesquisa. É na Rodoviária também que o comércio informal se dá em sua forma mais intensa, abarcando desde os vendedores que comercializam dentro dos ônibus, até aqueles que vendem nas plataformas da Rodoviária.

3. Da utopia modernista a realidade: os vendedores informais da Rodoviária do Plano Piloto

... trabalhei na roça a vida inteira, quando eu tinha 4 anos meu pai me deu uma enxada e disse 'vai fazer o roçado'. Nunca tinha feito nada e não tinha feito nada até agora. (...) Vim parar aqui em Brasília porque um conhecido do meu esposo tinha arrumado um serviço de pedreiro, fazer umas casas em condomínio... Lavava roupa 'pra' fora e roçava. Parei aqui. Não tenho estudo nenhum, não recomendo isso 'pra' ninguém. (...) Então vim 'pra' Rodoviária porque uma vizinha fazia uns bicos aqui em uma loja de calçado, aquela que fica no segundo andar. Então eu vim parar aqui, com uma sacola de pipoca e

uma caixa de Trident. Ainda estou aqui, há 23 anos." (J., 64 anos)

A construção de Brasília é parte de um projeto maior de Juscelino Kubitschek, que tinha como objetivo atrair a população brasileira para o interior do país integrando o Centro Oeste as demais regiões brasileiras. Propagandas do governo veiculadas pelas rádios e jornais convocam todos os brasileiros para a construção da nova capital com a promessa de emprego e salário. Em caçambas de caminhões sujos e empoeirados, milhares de brasileiros, vindo principalmente da região Nordeste, chegavam a capital sonhando viver uma vida próspera nesta nova cidade cheia de oportunidades.

O povo, ao qual nunca havia sido proporcionada uma participação em qualquer das opções nacionais, sentira-se, de súbito, responsável por aquela. Brasília deixara de ser um empreendimento do Governo, para se converter numa cruzada nacional. E essa massa humana, fragmentada em diferenciadas características sociais, fundiu-se, por fim, dando origem a um novo espécime — o candango. (Juscelino Kubitschek, 2000, p. 212)

Os candangos, trabalhadores da construção de Brasília, enfrentaram as adversidades das condições de vida no planalto central, que começavam nos alojamentos precários e amontoados de camas improvisadas onde predominava a falta de higiene. A alimentação deficiente dos refeitórios onde eram servidas as "boias" e a opressão vivida nos campos de trabalho, com jornadas excessivas e exaustivas também faziam parte da rotina dos operários.

Devido a incapacidade de absorver toda a massa de migrantes nos acampamentos provisórios, Brasília desde o início apresentava um grande déficit habitacional. Criou-se então uma das primeiras contradições da cidade modernista que acabara de sair do papel. Com a finalidade de acomodar a população excedente, a primeira cidade satélite, Taguatinga, foi criada em 1958 e já contava com aproximadamente 11.565 habitantes.

A Cidade Livre fez-se, então, em poucos meses. Em 1958, já havia 2.600 casas comerciais e sete agências bancárias. Abriam-se restaurantes e bares. Instalaram-se hotéis e pensões. Surgiram bilhares. Um mercado municipal fornecia gêneros e

artigos hortigranjeiros à população. Vieram os açougues e os armarinhos. Um candango, com o qual conversei numa das minhas inspeções à Cidade Livre, resumiu nesta frase expressiva o que era aquele formigueiro humano: "Isto aqui não pára mais, Presidente." De fato, a cidade improvisada não iria parar. [...] Em seis meses, Taguatinga já era uma realidade. A cidade havia sido construída, e estavam em funcionamento a escola, o hospital, as casas para as professoras, os estabelecimentos comerciais pioneiros, e, em meados de 1959, inaugurou-se a Escola Industrial. Surgira, assim, a primeira cidade-satélite de Brasília. (Kubitschek, 2000, p. 219)

Conforme aponta Coelho (2008) desde sua origem Brasília foi marcada por contrastes e conflitos. Ao mesmo tempo em que a nova capital representava uma "visão mitológica", a precariedade das condições de vida e de trabalho dos candangos contradizia a ideia de modernidade, indicando que desde o princípio o projeto de criação de uma capital moderna estava pleno de contradições, presentes desde a instalação desta capital. (Coelho, 2008, p. 69)

Nos anos seguintes o fluxo de migrantes foi intensificado, conduzindo a um processo de metropolização descontrolado e excludente, como o de outras grandes cidades brasileiras. Edificada durante a chamada "Era de Ouro"¹² (1950- 1960), o surgimento de Brasília ocorreu em uma fase de intensificação da industrialização no país, em substituição de importações, ou seja, produzindo bens de capital, de consumo e intermediários. Nesta época, estava ocorrendo o processo de urbanização do Brasil, necessário não somente para a ampliação do seu mercado interno para o nascimento da indústria, assim como para fornecer suporte ao próprio desenvolvimento industrial. Mesmo sem haver implantação industrial como condição primordial, Brasília surgiu pelo efeito indutivo do processo industrial. (Ferreira, 1985) No entanto, desde o início, puderam ser observados dois problemas evidentes para a consolidação de Brasília: 1) capital imobiliário, setor comercial, funcionalismo público e os serviços que iriam fazer parte das possibilidades de interesses econômicos estabelecidos; e 2) migrantes de diversas regiões do país, principalmente de regiões mais pobres. Portanto, houve a

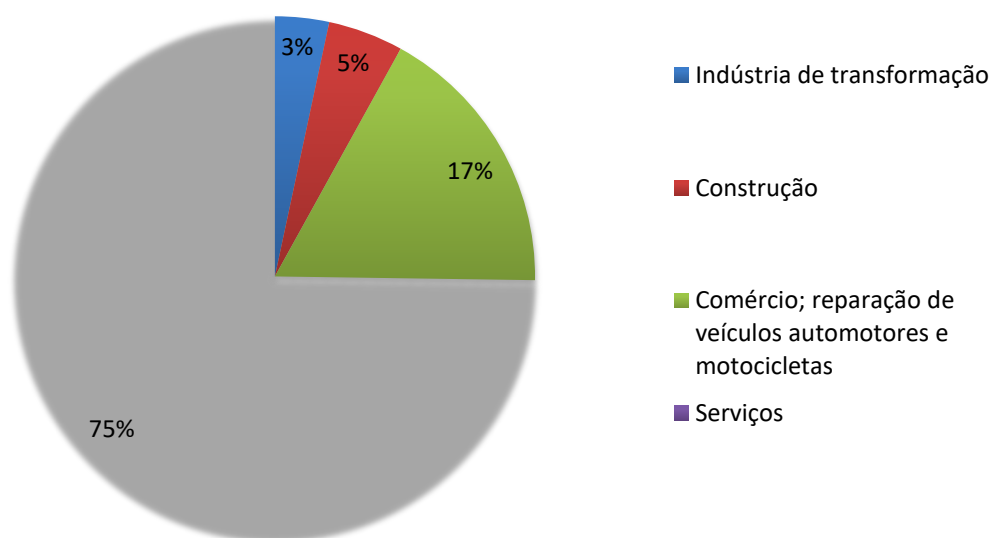
¹² De acordo com Luiz e Kuyumjian, a Era de Ouro foi um "período caracterizado por um clima de euforia que tomou conta da população dos países do Primeiro Mundo, onde o capitalismo rendia generosos dividendos sociais, fazendo com que o sonho de consumo se transformasse em uma extasiante realidade. Embora se tratasse de um fenômeno ligado essencialmente às nações desenvolvidas, por motivos diversos, boa parte da economia mundial fora também favorecida por um —surto de progresso naquela mesma época." (Luiz; Kuyumjian, 2010, p. 257)

consolidação desses segmentos ao longo de meio século, com a diversificação e fortalecimento crescente inseridos em um espaço urbano dinâmico. (Barroso, 2008)

Ocorreu um aumento populacional significativo de Brasília no final da década de 1980 e início de 1990. Barroso (2008) argumenta que esse fluxo de migrantes pode ser explicado pelo fato de que a principal meta da vertente política responsável pelo gerenciamento político em Brasília estava relacionada à expansão e criação urbana com moradias para as classes sociais menos favorecidas. Outro ponto de destaque estaria voltado para o expansão do setor de serviços, visto que pôde ser verificado um incremento exponencial da população engajada nesse setor em Brasília; ao passo que, em outras cidades ocorreu uma desaceleração no setor da indústria.

Atualmente o Distrito Federal assume a colocação de 8ª economia do Brasil e tem o maior Produto Interno Bruto per capita do país, de R\$ 79.099,77 (o valor é 2,6 vezes maior do que o nacional, de R\$ 30.411). No que tange à composição da economia do Distrito Federal, dados levantados em abril de 2019 pelo DIEESE, em parceria com a CODEPLAN, apontam a dominância do setor de serviços que representa 73,5% do mercado de trabalho do DF. A indústria possui peso de 3,3%, e o setor agropecuário no exerce pequeno impacto, pois corresponde a 0,3% da estrutura produtiva.

Gráfico 7 - Distribuição dos Ocupados, por Setor de Atividade - Abril 2019



Conforme destacou Milton Santos (1982), nos países em desenvolvimento — com grande proporção de pessoas sem conhecimento que chegam à cidade, e com um mercado de trabalho desorganizado — o setor terciário fica inflacionado, à medida que as pessoas com idade para trabalhar tendem a aceitar qualquer trabalho, mesmo que inferior; por outro lado, nos países muito industrializados, o setor terciário corresponde a um alto padrão de vida, englobando elevadas exigências para necessidades de caráter superior.

No Brasil, inserem-se no setor terciário, tanto atividades relacionadas ao atendimento das classes sociais mais pobres, tanto quanto atividades modernizadas e sofisticadas, com especializações exigidas pelo desenvolvimento das indústrias. Segundo Ferreira (1985), o setor terciário, direcionado para as camadas mais pobres da população, abarca o subemprego e o desemprego disfarçado, classificado como as atividades do setor informal da economia.

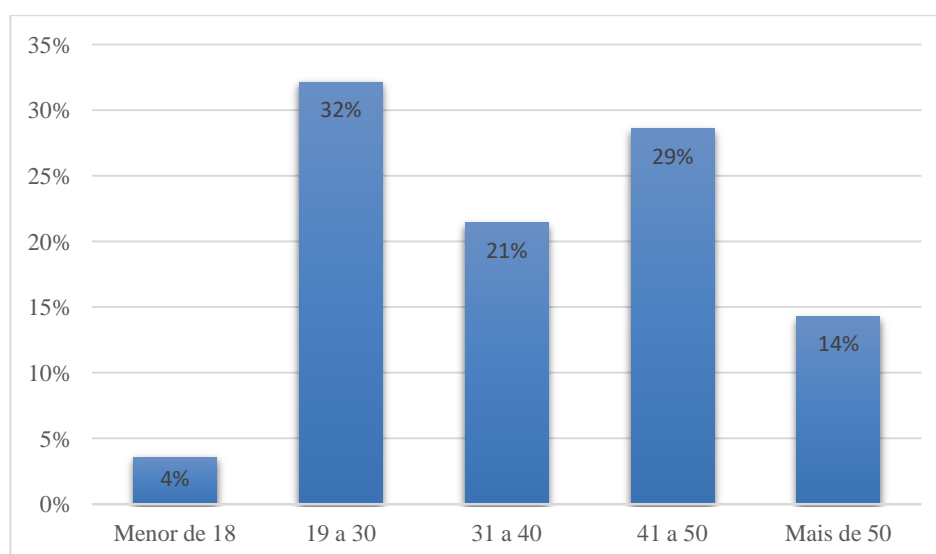
Entende-se, portanto, que a história do trabalho em Brasília passa, principalmente, pela história da população pioneira que ajudou a construir a nova capital e pelo estabelecimento dos trabalhadores do setor público, cujo predomínio caracteriza Brasília como uma metrópole terciária. De acordo com Theodoro e Nunes (2000) até meados dos anos 1970, a construção civil era um setor que absorvia grande parte da força de trabalho, devido ao esforço de construção da capital. Com o tempo, a construção civil passou a absorver porcentagens cada vez menores de trabalhadores, em parte em função do esgotamento da etapa de construção propriamente dita, em parte pela conjuntura econômica adversa. Enquanto isso, no Distrito Federal a aptidão pelos serviços torna-se notável. Serviços estes não apenas aqueles ligados à administração pública, mas também associados a atividades privadas em geral. Serviços em grande parte relacionados com o exercício de trabalho informal, do emprego sem carteira assinada, do trabalho autônomo que não contribui para com o sistema previdenciário.

Neste sentido, não é possível sublimar, à luz do que foi discutido anteriormente, o perfil do público que desejamos discutir neste trabalho. Assim, é

necessário compreender algumas informações socioeconômicas a respeito dos vendedores ambulantes da Rodoviária do Plano Piloto. Tais dados foram levantados no período de dezembro a março de 2019, entre 40 vendedores do ramo alimentício¹³.

O primeiro dado que se destaca diz respeito a distribuição dos trabalhadores conforme a faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:

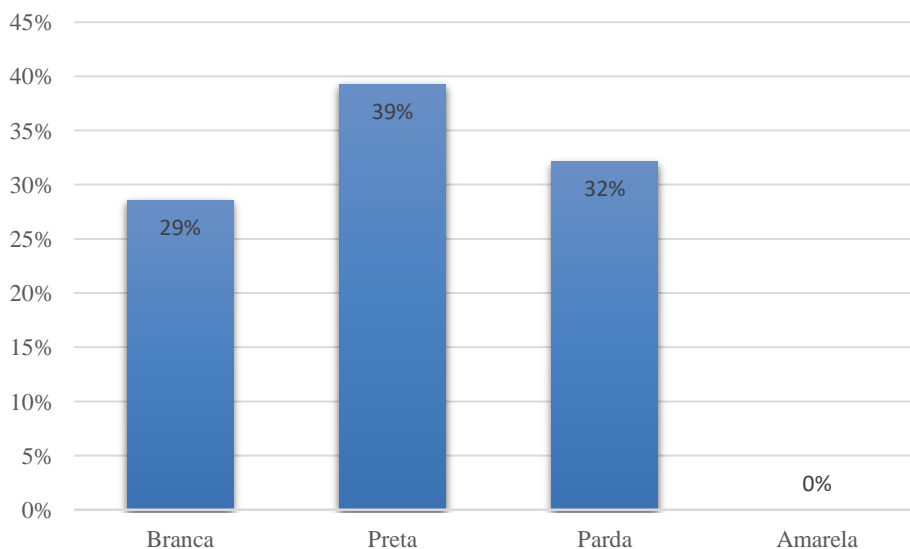
Gráfico 8 - Distribuição dos vendedores informais da rodoviária Plano Piloto pela a idade.



Uma das questões que também nos chamou a atenção foi a distribuição de pretos e pardos, que somados correspondem a 71% do valor total de vendedores ambulantes, fato também que pode ser comprovado durante as observações participantes.

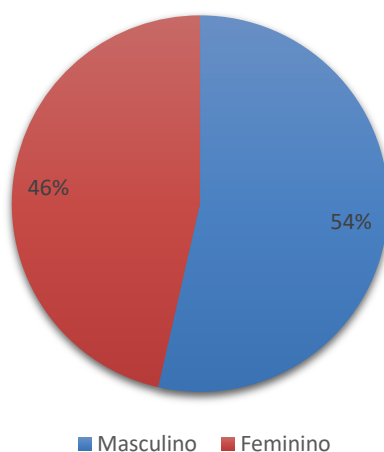
¹³ Para efeito desta pesquisa, considero como vendedores ambulantes do ramo alimentício, aqueles que comercializam balas e salgadinhos industrializados, refrigerantes e água mineral.

Gráfico 9 - Distribuição da autodeclaração étnico-racial dos trabalhadores informais da rodoviária do Plano Piloto.



No que se refere à distribuição do sexo, dos 40 respondentes 46% são mulheres e 54% são homens (gráfico 9):

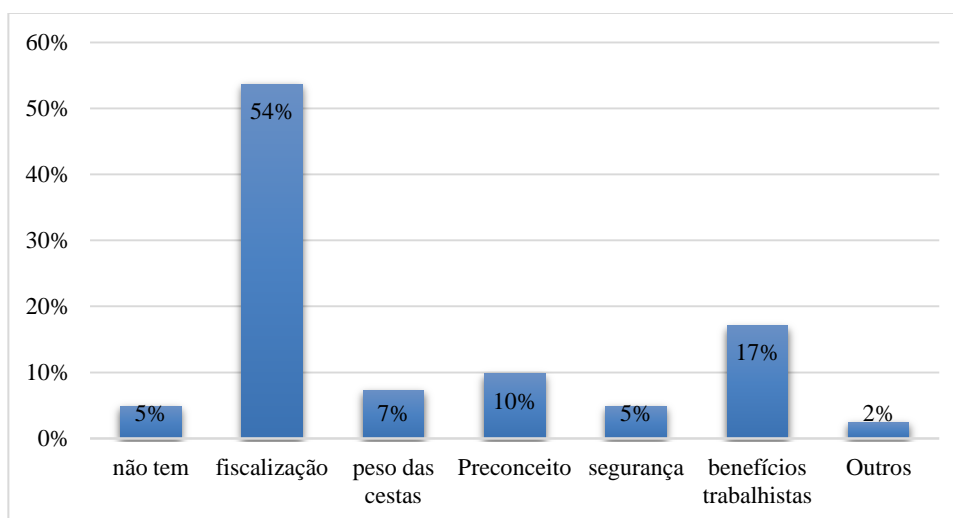
Gráfico 10 - Distribuição do sexo entre os trabalhadores informais da rodoviária do Plano Piloto.



Ostrower (2007), em sua pesquisa com vendedores ambulantes dos ônibus do Rio de Janeiro, destacou que o peso das cestas e sacos - carregados pelos ambulantes -

aponta como um dos motivos de uma presença masculina marcante, uma vez que todo o esforço físico decorrente da caminhada e do peso dos produtos poderia desencorajar as mulheres. Quando perguntados sobre a maior dificuldade presente no comércio ambulante, 7% dos respondentes alegaram que o peso dos produtos atrapalha as vendas, porém a maioria - 54% - afirma que a maior dificuldade reside na presença da fiscalização.

Gráfico 11 - Distribuição das dificuldades destacadas pelos trabalhadores informais da rodoviária do Plano Piloto.



A fiscalização fica a cargo da AGEFIS - Agência de Fiscalização do Distrito Federal - órgão governamental responsável pela conservação da ordem urbanística da capital federal¹⁴. Quando percebida a presença de um agente, a comoção na Rodoviária é quase que instantânea.

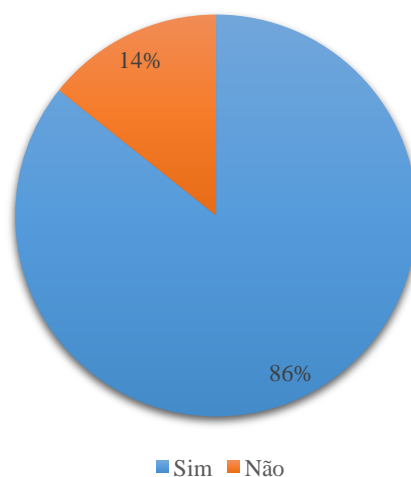
"Subitamente a calma das vendas, dos comerciais enérgicos, dos braços que descansam apoiando as cestas e dos sacos no chão e das conversas com os colegas de trabalho são substituídas por um

¹⁴ No dia 17 de maio de 2019 foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal a extinção da Agefis, aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal por meio do Projeto de Lei nº 69/2019 criando em seu lugar o DF Legal. O novo órgão de controle do GDF terá como objetivo executar as políticas de proteção da ordem urbanística, combater o uso, a ocupação e o parcelamento irregular do solo, coordenar a implantação e administrar a arrecadação de preços públicos e das taxas de suas competências. Conforme a lei sancionada, as ações de fiscalização do DF Legal deverão conferir tratamento humanizado, com respeito e urbanidade.

movimento quase que instantâneo de desespero. Um corre-corre toma conta da Rodoviária. Procuo acompanhar, ainda que afoita, os passos dos vendedores. Rapidamente me perco em meio a confusão, atribuo minha falta de sucesso a prática. Não esperava os agentes, apesar de saber da existência deles e de saber que a qualquer momento eles poderiam aparecer. Observo que os vendedores se dissiparam, uns correm para os gramados da Esplanada dos Ministérios, buscando a sombra das árvores. Outros atravessam a pista e se mudam para outra plataforma, afim de despistar os agentes. Posicionei-me junto com duas vendedoras embaixo de um ipê em um gramado próximo a Rodoviária. "Já estou acostumada, aqui tem que ser esperta senão perde tudo" disse Jackeline. "E o que acontece quando eles pegam suas coisas?" perguntei. "Ficamos sem nada, mas vamos pro CONIC e começamos de novo", respondeu." (Diário de Campo, 12 fev. 2019)

A abordagem dos fiscais consiste na apreensão da mercadoria e se houver resistência por parte do comerciante, os fiscais podem agir com truculência. A grande parte dos vendedores (86%) afirmou já ter sido vítima de apreensão de mercadorias ou já ter tido problemas com fiscais no decorrer do seu trabalho.

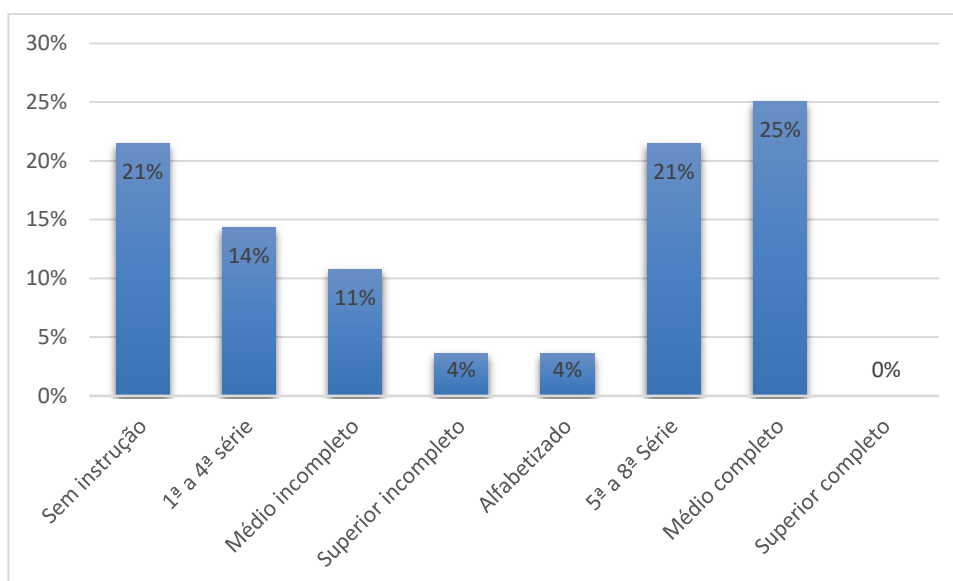
Gráfico 11 - Distribuição das respostas dos trabalhadores informais da rodoviária do Plano Piloto quando perguntados sobre experiências com apreensão de mercadorias ou problemas com fiscais



Lenin Pires (2011), em sua pesquisa com os camelôs nos trens da Central do Brasil do Rio de Janeiro, observou como enfrentavam os vendedores ambulantes e os seguranças da estação. Conforme o antropólogo, o problema não está no derrame, episódio no qual os camelôs tem suas mercadorias apreendidas, porém a dificuldade e o aborrecimento se dá quando os fiscais "esculachavam" ao realizar o derrame. O esculacho, humilhação que os camelôs sofriam, ocorria logo após o derrame e era o que mais revoltava os ambulantes, uma vez que a apreensão das mercadorias é um evento compreensível, faz "parte do jogo". Todavia, o esculacho – que na maioria das vezes era praticado longe dos olhos do público – era truculento e desrespeitoso.

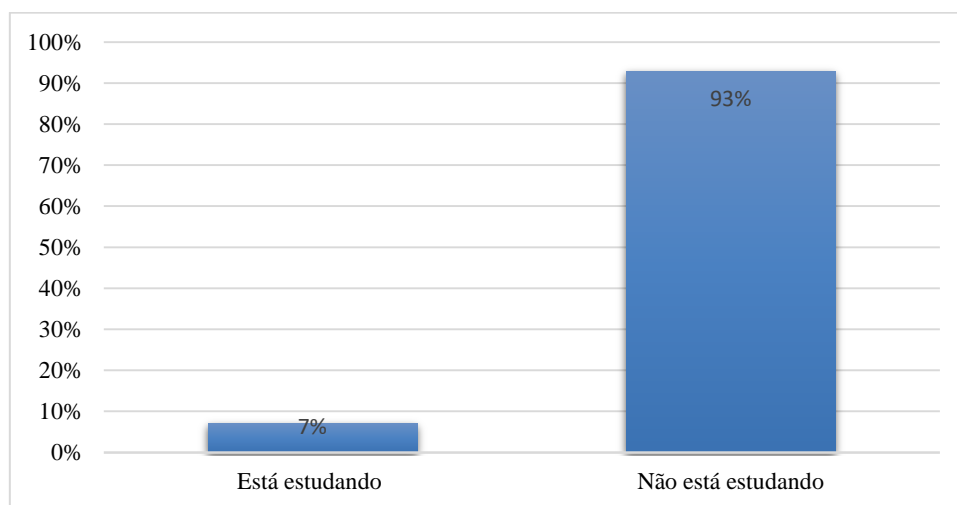
No que diz respeito a escolaridade dos vendedores, 25% dos respondentes afirmaram possuir ensino médio completo, enquanto 21% declararam possuir da 5ª a 8ª série e outros 21% alegaram possuir nenhuma escolaridade.

Gráfico 12 - Distribuição de faixa de escolaridade dos trabalhadores informais da rodoviária do Plano Piloto



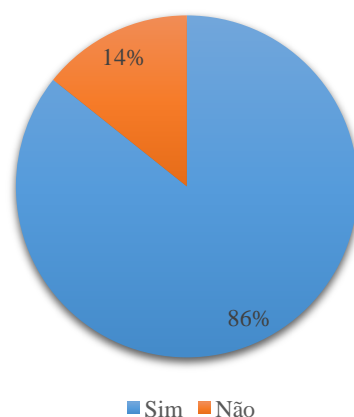
Dos 40 ambulantes entrevistados, apenas 7% revelaram estar estudando no momento, conforme ilustra gráfico abaixo:

Gráfico 13 - Distribuição da situação escolar entre os vendedores informais da rodoviária do Plano Piloto.



Quando questionados acerca dos motivos que os desencorajaram a continuar os estudos ou buscar aperfeiçoamento profissional as respostas foram diversas, porém caminharam para uma mesma direção: a necessidade de ganhar dinheiro e sustentar a si próprio e a família. Ainda, 29% dos ambulantes afirmaram terem feito cursos profissionalizantes em algum momento de suas vidas - confeitaria, panificação e mestre de obras são alguns exemplos -, porém ao não encontrar trabalho procuraram outras formas de sustento. Nesse sentido, 86% afirmaram já terem tido experiências trabalhistas anteriores (gráfico 8), sendo as ocupações mais comuns as de pedreiro, diarista/empregada doméstica e auxiliar de serviços gerais.

Gráfico 14 - Distribuição das respostas dos trabalhadores informais sobre já terem experiências trabalhistas anteriores.



Ostrower (2007), ao resgatar as histórias dos vendedores informais dos ônibus do Rio de Janeiro, enfocando seus processos de escolha e oportunidades, destaca que a maioria dos seus entrevistados também possuía outras experiências de trabalho, desempenhando as mais diversas funções. Porém, ao enfrentarem períodos de desemprego começaram a trabalhar como vendedores, sendo esta opção melhor do que a de permanecer no desemprego.

No que diz respeito à análise do processo de escolha do trabalhador informal, De Soto (1986) sustenta a existência de dois momentos: o primeiro corresponde ao momento quando o trabalhador tem acesso a atividade, o segundo é aquele no qual pretende permanecer nela. Assim, a opção por desempenhar a atividade informal pode estar relacionada tanto à escassez de empregos como à pretensão de maiores ganhos. De igual modo, a decisão também envolve aspectos não mensuráveis, tais como: interesse, gosto e habilidade, aliando, assim, sobrevivência e prazer no trabalho.

Assim, a escolha nesses casos pode ser vista como uma decisão que envolve a experiência acumulada, qualificação e o conhecimento que os trabalhadores vão adquirindo no mercado de trabalho acerca das oportunidades e interesses. Neste sentido, é diferenciada e inclui não só os aspectos objetivos de obtenção de renda para a sobrevivência, mas, também, aspectos relacionados ao seu histórico de vida e trabalho e características pessoais. (Sasaki, 2009, p. 66)

A jornada de trabalho na atividade informal possibilita certa flexibilidade de horário, permitindo conciliar trabalho com diferentes atividades. Todavia, para garantir rendas mais elevadas, o empenho tem que ser alto em termos de horas trabalhadas. Por este motivo, apesar de gozarem de liberdade quanto a duração de seu expediente, podendo desfrutar de horas extras de descanso ou na presença de familiares, a maioria dos vendedores ambulantes (86%) trabalha entre 5 e 7 dias na semana, exercendo de 8 horas a 10 horas trabalhadas por dia (39%), sendo que 25% dos respondentes afirmaram que permanecem na Rodoviária mais que 12 horas por dia. (Gráficos 10 e 11)

Gráfico 15 - Distribuição da quantidade de horas trabalhadas diariamente pelo trabalhadores informais da rodoviária do Plano Piloto.

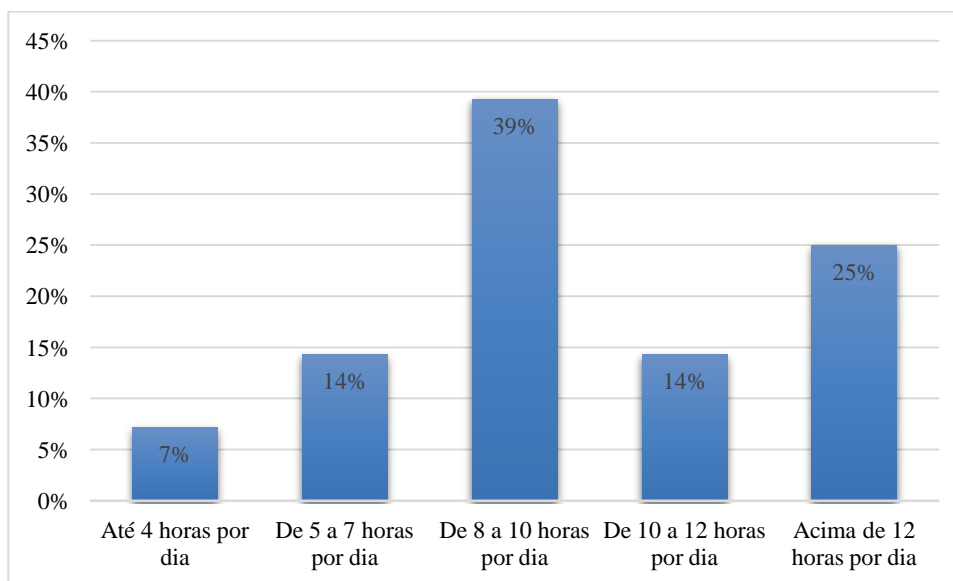
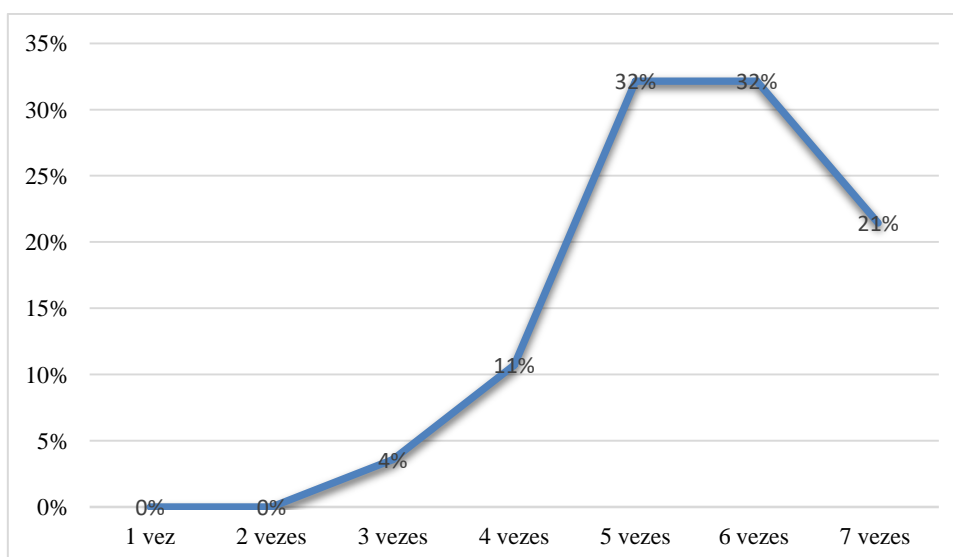


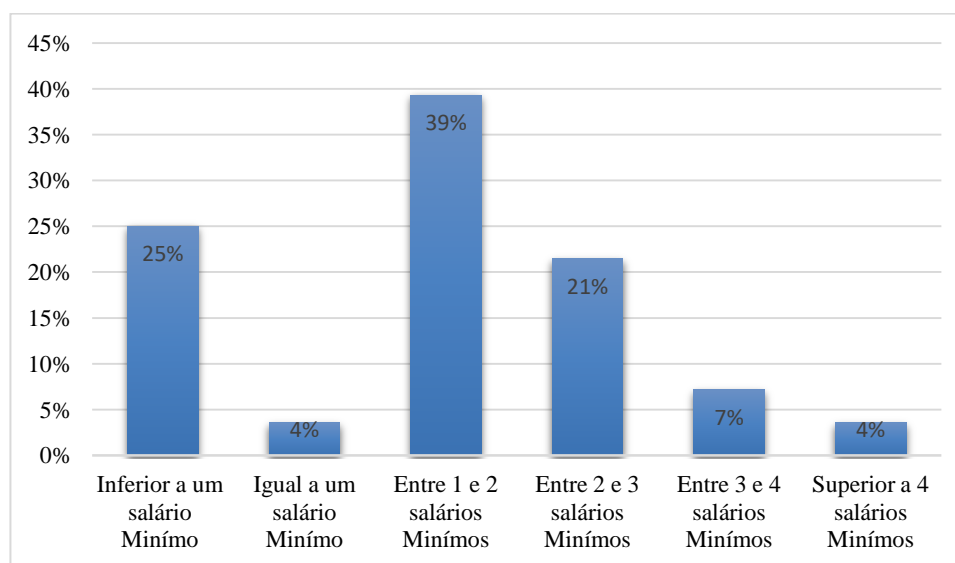
Gráfico 16 - Distribuição dos dias trabalhados por semana entre os trabalhadores informais da rodoviária do Plano Piloto.



Uma vez que as rendimentos oscilam em função das horas trabalhadas, a renda média mensal dos trabalhadores também oscila entre valores inferiores a um salário mínimo¹⁵ e superiores a 4 salários mínimos.

¹⁵ Conforme o Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019, o salário mínimo brasileiro é de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

Gráfico 17 - Distribuição da renda mensal dos trabalhadores informais da rodoviária do Plano Piloto.



De acordo com os dados demonstrados acima, a maioria (39%) dos trabalhadores ambulantes entrevistados recebe entre 1 e 2 salários mínimos, sendo também expressiva a parcela dos vendedores que possuem como renda mensal menos do que um salário mínimo. Apesar dos proventos serem considerados baixos, haja vista a quantidade de horas trabalhadas em média pelos ambulantes, quando questionados se desejam ingressar no mercado formal aqueles que responderam positivamente a pergunta não mencionaram que desejariam "ser fichados" por almejam maiores salários, todavia, o interesse pela carteira assinada reside na segurança que os direitos trabalhistas¹⁶ proporcionam e na garantia de uma renda fixa estável.

Conforme ressalta Sasaki (2009) no caso dos trabalhadores informais não há obrigatoriedade de contribuição previdenciária, sendo esta individual e voluntária. Há uma valorização, entre os informais, dos benefícios sociais da contribuição, porém a maioria dos seus entrevistados não demonstrou dar igual importância à contribuição individual para garantir seu bem estar presente e futuro. Sugere-se que isso ocorre tanto por desconfiança sistema previdenciário quanto pelo desconhecimento do seu funcionamento.

¹⁶ Do vínculo empregatício decorrem os benefícios sociais como o seguro desemprego, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e os seguros contra acidente de trabalho e doenças.

Os trabalhadores com menor escolaridade evidenciaram dificuldades em entender as regras do sistema previdenciário. A informação sobre a contribuição individual não parece clara. Porém são os que mais reconhecem a importância da contribuição que a associam ao emprego com carteira de trabalho assinada. (Sasaki, 2009, p. 81)

Sendo assim, por um lado, os vendedores têm como parâmetro um contrato em carteira que confere segurança e estabilidade, por outro, buscam um trabalho autônomo, no qual possuam independência sobre sua jornada de trabalho, nem que essa independência signifique ter que trabalhar mais (porém também ganhar mais).

CAPÍTULO III: "SER AMBULANTE": ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS VENDEDORES INFORMAIS

1. Breve discussão sobre o conceito de Representações Sociais

Neste trabalho, além de uma discussão teórica acerca da informalidade e de Brasília, optamos por analisar os sentidos e significados sobre o "ser ambulante" na Rodoviária do Plano Piloto por meio da teoria das Representações Sociais. Para tanto, o objetivo deste tópico é fazer uma breve explicitação sobre a Teoria das Representações Sociais, seus fundamentos e conceitos, e seus principais expoentes na Psicologia Social e na Sociologia. Entendemos que a discussão sobre Representação Social é muito complexa e vem sendo atualizada de muitas formas, gerando vertentes específicas do ponto de vista teórico-metodológico. Sendo assim, neste trabalho optamos pelas reflexões desenvolvidas por pesquisadores como Serge Moscovici e Denise Jodelet, dentre outros. Cabe ressaltar, que não é intuito deste capítulo esmiuçar a teoria, mas sim enfatizar os aspectos que são mais relevantes para entender seu uso como recurso metodológico nesta pesquisa.

A ideia de representação nas ciências sociais remete a um conceito sociológico criado por Émile Durkheim, autor francês responsável pela formulação da ideia de consciência coletiva, a qual, de maneira primária, traz as bases conceituais da noção de representações coletivas. A consciência coletiva manifesta-se como uma realidade independente do indivíduo, u m composto de sentimentos e crenças comuns à maioria dos integrantes de uma sociedade que adquire realidade e autonomia próprias.

O conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado, que tem sua vida própria; pode-se chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela está, por definição, difusa em toda extensão da sociedade. [...] Com efeito, ela é independente das condições particulares onde os indivíduos se encontram; eles passam e ela continua. [...] Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, assim como os tipos individuais ainda que de outra maneira. [...] As funções jurídicas, governamentais, científicas, industriais, em uma palavra, todas as funções especiais são de ordem psíquica, uma vez que elas consistem em sistemas

de representações e de ações: contudo elas estão evidentemente fora da consciência comum. (Durkheim, 2004, p. 81)

Em *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim define que as representações coletivas traduzem a maneira pela qual um grupo enxerga a si mesmo em relação aos objetos que os afetam, tendo por função preservar o vínculo entre os membros de um grupo e prepará-los para pensar e agir de um modo uniforme. Desta forma, as representações coletivas caracterizariam o modo como o corpo social, em cada lugar e tempo, compreende o mundo e transmite essa compreensão para as gerações seguintes, organizando e disseminando normas de conduta, estruturando assim a vida social.

Por se constituírem como um fato social, as representações coletivas são consequentemente objetivas, gerais e externas. E ainda que resultem das relações sociais entre os indivíduos, elas extrapolam o domínio individual, obtendo autonomia e realidade próprias. Elas compõem, segundo Durkheim, um conjunto independente de sentimentos, ideias e crenças percebidos nos integrantes de uma dada sociedade, definindo um modo de interpretar e classificar a realidade.

Esta é uma particularidade significativa do conceito de representação coletiva em Durkheim: a sua exterioridade às consciências individuais. Ela é sempre produzida coletivamente, não é fruto da elaboração de cada indivíduo isolado, mas sim da sociedade. Este talvez seja o ponto de inspiração para a teoria das representações sociais proposta pelo psicólogo social Serge Moscovici (1978), que tem como propósito investigar ideias construídas por grupos urbanos.

Conforme aponta Moscovici (2001) as representações individuais e as representações coletivas são contrapostas por Durkheim em razão da variabilidade ou da natureza efêmera das representações individuais e da estabilidade de reprodução e transmissão destas. Assim,

Se é comum a todos é porque é obra da comunidade. Já que não traz a marca de nenhuma inteligência particular, é porque é elaborado por uma inteligência única, onde todas as outras se reúnem e vêm, de certa forma, alimentar-se. Se ele tem mais estabilidade que as sensações ou as imagens é porque as representações coletivas são mais estáveis que as individuais, pois, enquanto o indivíduo é sensível até mesmo a

pequenas mudanças que se produzem em seu meio interno ou externo, só eventos suficientemente graves conseguem afetar o equilíbrio mental da sociedade. (Durkheim, 1968, p. 609 apud Moscovici, 2001, p.47)

No que diz respeito à possibilidade de atuação dos indivíduos dentro do sistema de representações, Moscovici diverge de Durkheim e acrescenta novos elementos à elaboração do conceito. Para ele, representações não fazem jus a apenas uma transmissão coletiva dos antepassados, passada de maneira determinista e estática. O indivíduo possui autonomia no processo de construção da sociedade, da mesma forma que é criado por ela. (Moscovici, 1978)

[...] a representação social é um corpus organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação. (Moscovici, 1978, p. 28)

Avançando em busca do aperfeiçoamento do conceito de representações, Moscovici opta pelo uso do termo "social" ao invés de da noção durkheimiana de "coletivo" para caracterizar as representações na sociedade contemporânea. Moscovici (2001) argumenta que a noção de "coletivo" era mais acertada para uma sociedade de dimensões estruturadas e cristalizadas, a qual Durkheim analisava a sua época. Sendo assim, Moscovici (1978) segue para um sentido diferente do conceito durkheimiano de representação coletiva, por considerar que este é mais apropriado para a análise das relações sociais desenvolvidas em grupos tradicionais. Moscovici sugere que, "para as sociedades urbano-industriais, a análise das representações seja feita com base na teoria das representações sociais, devido principalmente a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas." (Araujo, 2008, p. 101)

Entretanto a própria noção mudou, com as representações coletivas cedendo lugar às representações sociais. Vê-se facilmente o porquê. De um lado, era preciso considerar uma certa diversidade de origem, tanto nos indivíduos quanto nos grupos. De outro era necessário deslocar a ênfase sobre a comunicação que permite aos sentimentos e aos indivíduos convergirem; de modo que algo individual pode tornar-se social ou vice versa. Reconhecendo-se que as representações são, ao mesmo tempo, construídas e adquiridas, tira-se-lhes esse lado preestabelecido estático, que as caracterizava na visão clássica. (Moscovici, 2001, p.62)

Na visão de Moscovici (2001) as representações sociais sobrepuseram as representações coletivas, o que transformou o entendimento sobre o assunto. Se, por um lado, era necessário levar em consideração uma determinada pluralidade de origem de grupos e de indivíduos, por outro, foi preciso tirar o foco da comunicação, que possibilitaria, tanto aos indivíduos quanto aos sentimentos, a convergência, de maneira que uma coisa individual passasse a ser social, ou o contrário. Sendo assim, após o reconhecimento de que as representações são adquiridas e construídas, foi tirada a parte preestabelecida e estática que as caracterizava conforme a perspectiva clássica. O autor também aponta para uma dupla funcionalidade das representações sociais. A primeira, convencionaliza acontecimentos, pessoas e objetos, dando-lhes uma forma definida, enquadrando-os em uma categoria e, de forma gradual, fixa-os como modelos exemplares de um tipo, diferente e comum a um coletivo. Em segundo lugar, funcionam de forma prescritiva, impondo-se aos indivíduos.

Vê-se, portanto, como Moscovici formula a ideia de representações sociais estabelecendo duas diferenças em relação ao conceito de Durkheim: as representações podem ser não só uma forma peculiar de produção de conhecimento, como ainda uma via de transmissão de conhecimentos obtidos pelos indivíduos. Dito de outra maneira, as representações permitem estabelecer distintas formas de comunicação e modos de vida. Desta forma,

Todas as interações humanas surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações (...) Tais representações aparecerem pois, para nós quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações. (...) Uma vez criadas as representações adquirem vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. (Moscovici, 2003, p.41)

Denise Jodelet, no âmbito de sua investigação sobre a representação social da loucura junto a moradores de uma comunidade no interior da França, analisou como a representação social da loucura se manifestava por meio da separação das águas, roupas, corpos e das delimitações dos espaços geográficos entre os doentes mentais e os moradores da comunidade. A observação das práticas e das formas de como o campo representacional orientavam o sistema de ação abriu os caminhos para que se encontrasse a chave da representação social naquele contexto. Neste sentido, Jodelet

sugere uma definição que parece ser amplamente aceita pelos sociólogos, a qual usaremos neste trabalho: as representações sociais atuam como um tipo de conhecimento partilhado e elaborado socialmente, conforme uma percepção prática, contribuindo para a edificação de uma realidade comum ao corpo social.

[Representação Social] é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. [...] Geralmente, reconhece-se que as representações sociais - enquanto sistema de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros - orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. (Jodelet, 2001, p. 22)

Similarmente chamado de senso comum ou de saber natural, esse tipo de conhecimento difere-se do conhecimento de base científica. Entretanto, Jodelet (2001) aponta que se trata de um objeto de estudo válido, tendo em vista a sua relevância social e a possibilidade de elucidar interações sociais e processos cognitivos. Moscovici e Jodelet, sobretudo, dão ênfase à ligação entre o sujeito e o objeto de representação, em conformidade com a fórmula a seguir: uma representação é a representação de alguma coisa (objeto) por alguém (sujeito).

Desta forma, as comunicações e as condutas sociais são orientadas pelas representações sociais, que também atuam na disseminação e na incorporação de conhecimentos, no desenvolvimento coletivo e individual, na determinação de identidades sociais e pessoais, nas manifestações de grupos e nas mudanças sociais.

2. As Representações Sociais como método

No mundo contemporâneo, ciência e senso comum são tratados como duas formas antagônicas de conhecimento, sendo a ciência muito mais valorizada que o senso comum. Entretanto, à luz da Teoria das Representações Sociais conhecimento científico e conhecimento de senso comum não se opõem, uma vez que as representações fazem parte do senso comum. Moscovici afirma que o conhecimento de senso comum "trata-se de uma outra ordem de conhecimento da realidade, de uma

forma de saber diferenciado tanto no que se refere a sua elaboração como na sua função." (Almeida et al., 2000, p.258)

Desta forma, por meio dos estudos sobre representações sociais podemos focalizar esses conhecimentos sociais construídos e compartilhados, os constituindo como objeto de estudo primordial. Segundo Jodelet podemos caracterizar as representações sociais por meio das seguintes propriedades:

1. socialmente elaborado e partilhado; 2. tem uma orientação prática de organização, de domínio do meio (material., social, ideal) e de orientação de condutas e da comunicação; 3. participa do estabelecimento de uma visão de realidade comum a um dado conjunto social (grupo, classe, etc) ou cultural (Jodelet, 1991, p. 668 apud Almeida, 2005, p. 225)

De acordo com Sá (1998) os fenômenos de representação social estão dispersos nas instituições, cultura, práticas sociais, comunicações e nos pensamentos individuais, sendo, por natureza, difusos, multifacetados e presentes em inúmeras instâncias da interação social. Por este motivo esses fenômenos simplesmente não podem ser captados pela pesquisa científica de um modo direto e completo. Logo, "a pesquisa das representações sociais deve produzir um outro tipo de conhecimento sobre fenômenos de saber social. Para fazê-lo, precisamos antes transformá-los em objetos manejáveis pela prática da pesquisa científica." (p. 22) Sendo assim, podemos dizer que a construção do objeto de pesquisa é um processo pelo qual o fenômeno de representação social é simplificado e tornado compreensível pela teoria, para a finalidade da pesquisa.

No tocante a esta pesquisa, por meio da Teoria das Representações Sociais, podemos identificar, nas falas dos vendedores ambulantes da Rodoviária do Plano Piloto, os significados e sentidos atribuídos ao seu trabalho. Tais sentidos e significados podem indicar como esses vendedores se percebem e se identificam neste contexto. Conforme analisa Almeida:

Como forma de conhecimento socialmente construído e compartilhado, as representações sociais referem-se aos processos sociocognitivos que envolvem a pertença social dos indivíduos, suas histórias de vida, suas práticas sociais, bem como os modelos de conduta e pensamento que são socialmente transmitidos pela

comunicação social e que participam da construção da realidade. Assim, estudar cientificamente o senso comum equivale, na Teoria das Representações Sociais, a compreender a elaboração social e de uma determinada realidade. (Almeida, 2005, p. 225)

Então, pode-se exprimir que as representações podem constituir realidades sociais, e que ao mesmo tempo são frutos delas. Desta maneira, as representações sociais podem desempenhar reais efeitos na organização da experiência cotidiana, visto que ao dirigirem práticas e condutas são capazes de contribuir para a manutenção da realidade a qual competem. Por este motivo, traduz-se o "ser ambulante" tanto nos valores compartilhados entre os ambulantes quanto nas características do trabalho que realizam.

Dessa forma, tanto os significados quanto os sentidos compartilhados pelos vendedores através de representações sociais podem ser traduzidos como "conhecimentos compartilhados", ou seja, conhecimentos que orientam ações, muitas vezes de maneira naturalizada. Assim, poderiam ser reconhecidas as representações sociais como sistemas de interpretações que guiarão as relações dos indivíduos com os outros e com o mundo, permitindo aos atores sociais entenderem, decifram seus ambientes social e natural, e neles se inserir. (Jodelet, 2009)

Nesse sentido, as seções a seguir discutirão o discurso dos sujeitos, coletados por meio de entrevistas, diários de campo e conversas informais durante o período da observação participante, reconstruído-os com o objetivo de identificar o conteúdo comum das representações sociais. Presume-se que, apesar das diferenças de sexo, local de moradia, raça e idade, os vendedores ambulantes da Rodoviária compartilham referenciais comuns no que diz respeito ao trabalho que desempenham.

3. Ser informal: Sobre processos de tomada de decisão

Durante a pesquisa de campo tive a oportunidade de conhecer diversas histórias de vida de pessoas dos mais diferentes lugares do Brasil, cada um com uma trajetória extremamente particular e pessoal. Entretanto, pude observar, que no que diz respeito a entrada no setor informal, as histórias se convergem em muitos aspectos. Sendo assim, o objetivo dessa seção é compreender como os vendedores focalizam os

processos de escolha, a partir dos seus próprios relatos, evocando diferentes valores com o objetivo de se posicionarem frente a um cenário de precariedade de opções e desigualdade.

L., uma jovem de 31 anos e mãe de 3 filhos, conta que iniciou seu trabalho na Rodoviária depois que seu marido perdeu o emprego, o único sustento da casa. Na época com 24 anos, ouviu o conselho de uma vizinha de que era possível conseguir dinheiro vendendo balas nas filas de ônibus da Rodoviária. L., que não havia terminado o ensino médio, foi o marido em uma loja de doces em Ceilândia, onde reside, comprou uma caixa de bala Halls, pegou um ônibus para a Rodoviária do Plano e há 7 anos é vendedora. A história de L. reflete a importância de experiências de familiares ou conhecidos no setor informal. Muitos vendedores com os quais pude conversar relataram que tiveram contato a venda de balas e salgadinhos na Rodoviária por meio de parentes ou vizinhos que já haviam desempenhado esse trabalho antes. Não foram raras as oportunidades que encontrei irmãs, irmãos e cônjuges trabalhando juntos, o que pode apontar para a relevância da influência de familiares ou amigos no processo de tomada de decisão.

Por que eu escolhi esse emprego? Porque preciso ganhar dinheiro. Aqui a gente leva todo dia um dinheiro pra casa. Trabalhei muitos anos de carteira assinada, depois que perdi meu último emprego eu não consegui mais. Minha cunhada já trabalhava aqui e me trouxe com ela. (S., 38 anos)

A fala de S. evidencia, além da questão familiar, outro aspecto comum entre as histórias que pude ouvir: a necessidade. Para muitos entrevistados, a dificuldade de reinserção no mercado de trabalho e falta de escolaridade, aliados a necessidade de ganhar dinheiro, foram as principais motivações que os levaram ao setor informal.

Se você for perguntar você vai encontrar poucas pessoas que queriam estar aqui... A gente tá aqui porque precisa. Se tivesse uma coisa melhor pra mim eu não ia ficar aqui. Eu preciso ganhar dinheiro pra levar leite pros meus meninos, uma fralda, um arroz... (K., 24 anos)

Todavia, apesar de ser um trabalho que não necessite de experiência ou escolaridade, isso não significa que seja um trabalho de fácil inserção. É necessário que múltiplas barreiras sejam ultrapassadas antes da entrada no mercado informal. Uma dessas barreiras diz respeito ao esforço de transpassar a vergonha e a exposição em público.

Imagem 8: Carrinho de mercadorias



Fonte: Jornal Metr p les

K. tem 24 anos e há 2 anos trabalha vendendo doces nas filas do BRT. A jovem, casada e mãe e 2 filhos pequenos, afirma que os primeiros dias não foram fáceis, pois apesar de saber que é um trabalho honesto, não queria que nenhum conhecido a reconhecesse.

K: Eu chegava e ficava na minha, olhando pra baixo... Foi difícil, assim, o começo. Não vão te falar que foi fácil... Não queria que a galera do escola soubesse que eu tava aqui...

Pesquisadora: Por que?

K: Eu era muito boba no começo, achava que trabalhar aqui era a pior coisa do mundo... Mas é um trabalho digno, como qualquer outro, é meu sustento. Hoje eu entendo melhor...

Sendo assim, a escolha pela informalidade nem sempre se dá de forma fácil. Para os entrevistados foi preciso todo um esforço para dar o primeiro passo. O fortalecimento moral dos ambulantes vem com o tempo através do esforço cotidiano, da autonomia adquirida e das relações construídas. (Ostrower, 2007) Nesse sentido, os vendedores evocam valores morais positivos que os caracterizam como "guerreiros", "trabalhadores" ou "corajosos", uma vez que foram capazes de superar barreiras emocionais e sociais.

Para J. a dificuldade de se inserir no mercado formal a levou para a venda de água na Rodoviária. A mulher que já trabalhou como auxiliar de serviços gerais, passadeira e diarista afirma que hoje não consegue mais desempenhar as mesmas funções devido a idade e a necessidade de referência de trabalhos anteriores. Atualmente com 64 anos, a vendedora não tem mais esperanças de conseguir trabalho com carteira assinada, apesar de desejar muito.

Então ao longo de vinte anos... Que eu tô 20 anos que tô aqui na rodoviária... Era o fato de não conseguir vaga, não conseguir colocar currículo no mercado de trabalho que eu tô aqui, vendendo água. E tenho seis filhos, criei praticamente todos os meus filhos aqui, né? [...] Eu, por exemplo, mandei muito currículo, fiz muita entrevista, e desisti porque eu preciso do dinheiro todo dia né. Então eu trabalho aqui das nove às dez da noite, todos os dias, de domingo a domingo. (J., 64 anos)

Como apresentado no capítulo anterior, 86% dos entrevistados afirmaram possuir outras experiências, porém ao enfrentarem períodos prolongados de desemprego encontram no mercado informal uma saída de emergência e uma possibilidade de sustento, sendo esta opção melhor do que a de permanecer no desemprego. Porém, também pude conhecer ambulantes que estão no mercado informal pelos rendimentos mais atrativos, pela satisfação pessoal de atender ao público, pela ausência de hierarquia e pela liberdade de horários.

T. trabalha na Rodoviária com seu marido há mais de 8 anos e sente muita satisfação em ser ambulante. A vendedora afirma que é bastante inferiorizada quando

fala que trabalha como ambulante, mas que isso não importa porque segundo ela "muitas vezes tem mais dinheiro na carteira do que o pessoal que está nas filas fazendo cara feia". T destaca que adora se relacionar com o público e viver uma vida sem rotinas, podendo escolher seu horário de entrada e de saída, sendo a liberdade e a autonomia uma das maiores vantagens do seu trabalho.

Diante deste panorama, pôde-se verificar que a permanência e o acesso à informalidade ocorrem por diferentes motivos, inclusive podem ser considerados uma "válvula de escape" para o desemprego, podendo ser uma opção desejada e autônoma. No entanto, de acordo com Ostrower (2007), observou-se que apesar destas narrativas enfatizarem com orgulho a atividade do vendedor ambulante, essas atividades se situam na fronteira do ilegal e legal, e por este motivo se defrontam com determinadas regras as quais precisam ser superadas com o objetivo de estabelecer o trabalhador no mundo da rua e de se recompor moralmente. Levando em consideração o advento de novas formas de trabalho e do estreitamento dos direitos trabalhistas, cria-se um cenário no qual a fronteira entre o formal e o informal assume um caráter mais fluído, estabelecendo assim novas relações sociais e possibilidades de criação a partir de condições adversas. Sendo assim, frente a uma situação que carrega relações de hierarquia e disputa, os ambulantes acionam táticas de negociação que permitem o estabelecimento e a continuidade de sua atividade. Perante situações de carência material e desemprego, ao invés do indivíduo "permanecer em casa sem nenhuma atividade, é melhor trabalhar como ambulante". Deste modo, frente uma situação iminente do injusto ou ilegal, as pessoas optam pela condição na qual acreditam conferir mais dignidade, isto é, a condição de trabalhador.

4. Ser digno: construindo a legitimidade

Realmente menina, posso te falar que esse trabalho aqui não é pra qualquer um... Aqui a gente corre o tempo todo, passa o dia em pé, enfrenta muito desaforo, muita cara feia... Quando passamos pra oferecer um produto parece que estamos oferecendo droga, que estamos fazendo algo errado. Tô aqui pra fazer meu dinheiro, já disse... Tem gente que te olha de cima a baixo, tem gente que nem te olha. Tem que ter disposição pra enfrentar isso. Tem que ter vontade

de vencer, de fazer 'seus corre'... Passar o dia segurando essa cesta pesada... não é fácil né? Coragem, muita coragem... (R., 37 anos)

Durante a pesquisa de campo, costumava ouvir frequentemente dos vendedores que o trabalho de ambulante não é fácil. Os motivos levantados foram diversos: exaustão física, estresse, humilhação, invisibilidade, entre outros. Entretanto, a ideia de dignidade passa pela lógica do sofrimento e das dificuldades encontradas no dia a dia, e é ancorada nesta lógica que os ambulantes da Rodoviária constroem sua identidade de trabalhadores.

Como vimos anteriormente, o trabalho informal na Rodoviária do Plano Piloto não é permitido e o Governo do Distrito Federal procura coibi-lo de forma constante. Devido ao fato dos ambulantes ocuparem o espaço de forma informal, eles formulam táticas e estratégias que possam legitimar sua presença e conferir respeito e conhecimento.

*Assim... sei que é errado, mas estou fazendo algo certo. [pausa longa]
É algo certo sim, estou alimentando meus filhos com meu trabalho que é digno. Por isso tenho muito orgulho do meu trabalho. (K, 24 anos)*

Neste sentido, os ambulantes compartilham de uma gramática moral própria, na qual contrapõem a noção de preguiça, vagabundagem e bandidagem as categorias que compõem seu próprio trabalho: dignidade, honestidade e esforço. Essas últimas categorias apontam para a própria imagem dos comerciantes como trabalhadores dignos e pertencentes ao lugar onde estão situados. Essa gramática presente no discurso dos vendedores é carregada de palavras como: dignidade, coragem, sofrimento, honra e orgulho. O objetivo de reproduzir estes verbetes é conferir legitimidade e reconhecimento ao seu trabalho, uma vez que por estarem atuando de forma ilegal buscam justificar os motivos de estarem nessa situação. Para tanto, os vendedores costumam exaltar qualidades como coragem e ousadia além de enfatizar que apesar de vender balas, doces e refrigerantes ser um trabalho honesto, não é para qualquer um pois requer inúmeros esforços, tanto físicos quanto mentais.

Imagem 9: Vendedores apresentando seus produtos na fila do ônibus



Foto: Fernanda Raposo

Gaulejac (2006) afirma que o sentimento de dignidade permite ao indivíduo fazer parte da comunidade dos homens e de ser tratado com o respeito que é devido a pessoa humana. É neste sentido que os vendedores informais exaltam a dignidade presente no seu trabalho, tanto como forma de elevar sua auto-estima e afastar-se da possível vergonha de não ter sido capaz de se inserir no mercado formal como também uma forma de distanciar-se da imagem do vagabundo, que não se constitui como sujeito digno uma vez que não trabalha. Assim:

Instaurou-se uma fronteira entre a dignidade e a indignidade: quem é autônomo e não depende de ninguém para viver faz parte da comunidade social. É reconhecido como tal e pode se afirmar como digno de pertencer ao grupo. Quem é dependente, quem precisa da caridade pra viver, não é mais um cidadão completo e cai na indignidade. (Gaulejac, 2006, p. 83)

Logo, os vendedores fazem uso da dignidade como valor indissociável ao trabalho ambulante tanto como forma de legitimidade quanto forma de afastar-se do sofrimento e vergonha presentes na situação de ilegalidade na qual estão presentes. Evocar uma positividade imagética acerca de si mesmo constitui-se como uma poderosa reação defensiva, nos termos de Gaulejac (2006). Para o autor, as reações defensivas

ajudam a conviver com a vergonha, não a se livrar dela, pois a libertação da vergonha só é possível quando modificam-se as representações de si mesmo e dos outros, afirmando seu próprio olhar frente aos olhares que estigmatizam.

Sendo assim, podemos pensar que ao invocar valores positivos os vendedores reagem defensivamente, pois o aprendem a conviver com sua vergonha camuflando-a com outros sentimentos, como a honra e o orgulho de pertencerem a uma classe trabalhadora. De acordo com Gaulejac (2006) ao aceitar sua decadência, o indivíduo resigna-se com ela e adapta-se. Logo, essa "dignidade é a mobilização do sujeito para não afundar, para resistir ao sofrimento e salvaguardar sua subjetividade apesar das dificuldades que o submergem." (Gaulejac, 2006, p.108)

L: Tenho orgulho do meu trabalho porque ele é honesto, ao contrário do que muita gente pensa...

Pesquisadora: E o que eles pensam?

L: Que somos vagabundos, safados... Tem gente que fica reclamando, fica incomodado com a minha presença. Eu penso assim: tô aqui honestamente vendendo isso aqui, poderia estar... sei lá... me prostituindo, vendendo droga ou roubando. Tô fazendo nada demais, tô trabalhando... (L., 31 anos)

Reforça-se a ideia de que é melhor estar vendendo informalmente na Rodoviária que entrar no universo da criminalidade. A situação de pobreza e degradação de condições materiais presente no contexto dos trabalhadores informais engendra um cenário propício a desqualificação social. Levando isso em consideração, os ambulantes mobilizam, até para eles mesmos, um discurso insistente e sensibilizador sobre o valor da sua experiência, através de falas que reforçam seu esforço cotidiano, destacando seu valor moral. Desta forma,

Falar da luta cotidiana ou da "ralação", além de ser um fator de superação de si e afirmação do valor da pessoa trabalhadora, pode assumir o caráter de denúncia moral quando a origem do sofrimento está localizada em ações externas, como, por exemplo, no desprezo de alguns passageiros ou na recusa de motoristas em abrir as portas. A denúncia, além da capacidade de generalizar o sofrimento, pode adquirir

também uma dimensão reivindicatória de cunho legal, na medida em que a exigência dos vendedores é concebida como um direito ao trabalho. (Ostrower, 2007, p.57)

O sofrimento evocado pelos ambulantes pode tomar duas formas: aquele sofrimento físico, resultado dos esforços musculares necessários para carregar cestas e sacos pesados, percorrer longas jornadas por dia e lidar com o ritmo exaustivo do trabalho; e o sofrimento psíquico, soma da indiferença de alguns transeuntes, da possibilidade de chegar ao fim dos dias com poucas vendas e da fuga constante dos fiscais. Ao positivarem este sofrimento conferindo-o como parte da luta cotidiana e parte necessária para um trabalho digno e honesto, os vendedores buscam mascarar o sofrimento físico e psíquico, ruins, usando o mesmo como mérito e forma de reconhecimento. Sendo assim, o trabalhador que luta e "rala" é também um trabalhador que sofre e, por tanto, digno de consideração por ter vencido e conquistado autonomia.

Cabe ao vendedor ambulante recalcar a violência e o sofrimento vividos de forma a não adoecer. Em um contexto de carência de políticas públicas, reconhecimento e respeito, a fragilidade se impõe como um elemento constitutivo deste grupo. Enquanto tentam se firmar como trabalhadores dignos e honestos, a resposta que lhes é dada é a repressão, violência e a negação da condição de trabalhador. Logo, ao mesmo tempo que objetivam sustentar o status de trabalhador, os ambulantes tem sua identidade negada pelo olhar do outro, criando-se um paradoxo que constrói uma identidade ferida.

5. Ser humilhado: enfrentando a fiscalização

Conforme visto no capítulo anterior, 86% dos entrevistados relataram possuir experiências de apreensão de mercadorias ou problemas com a fiscalização, o que configura este como sendo um evento comum e natural dentro do cotidiano dos vendedores ambulantes, uma vez que eles, cientes que realizam uma atividade não regulamentada, esperam que o governo e a AGEFIS¹⁷ tomem medidas para reprimir sua presença.

¹⁷ AGEFIS - Agencia de Fiscalização do Distrito Federal - órgão governamental responsável pela conservação da ordem urbanística da capital federal.

Quando alguém entra aqui tem que estar disposto a tudo, a ganhar e a perder, é o que eu digo... Aqui você pode fazer 200 reais num dia e pode perder tudo e ter que começar do zero de novo. (R., 37 anos)

Essa "disposição a tudo" a que se refere R. diz respeito a possibilidade inerente a seu próprio trabalho, tanto de poder ganhar pelas vendas ou de ter seus produtos apreendidos pelos fiscais e voltar para casa sem nenhum centavo no bolso. Durante as vendas, cria-se um clima de extrema preocupação com as redondezas e uma observação constante do movimento da plataforma. Como a aparição da AGEFIS é esperada a qualquer momento, cabe aos ambulantes manter um estado de alerta e exige prontidão de escape.

Pesquisadora: E o que você costuma fazer quando eles [fiscais] vêm?

R: A gente já percebe quando eles estão vindo porque a gente consegue ver a movimentação que tem ou do lado do metrô ou na parte de cima, então quando um começa a se mexer eu já me mexo também. Não dá pra ficar parado, porque eles podem estar de mal humor e ai pode ficar feio... Já vi menina grávida aqui ser agredida, tem uma história de uma menina... (R., 37 anos)

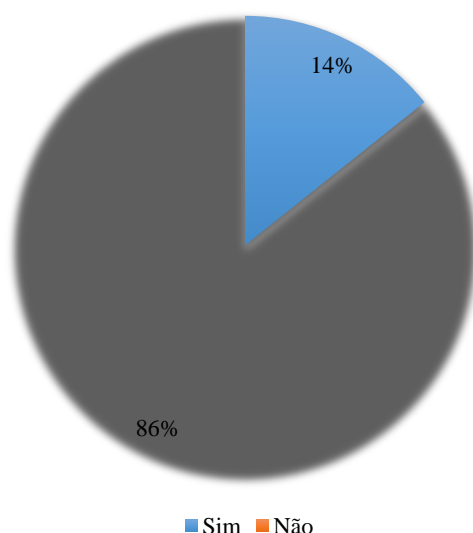
Relatos de violência não são raros entre os ambulantes, principalmente se os funcionários da AGEFIS vêm acompanhados da Polícia Militar. Segundo Lenin Pires (2011) apreender as mercadorias não é um problema, pois é compreensível que aconteça uma vez que faz parte do "jogo" vivido pelos ambulantes, entretanto o problema é a humilhação e a violência que ocorriam no momento da apreensão. Além disso, conforme destaca Sasaki (2009) "a sensação de discriminação por parte do trabalhador é mais forte quando é visto pelo governo com desconfiança, no sentido não só de ilegal, mas, também como marginal, no sentido criminoso." (p.85) Assim, de forma a evitar agressões, se abordados, os ambulantes costumam adotar uma postura calma e submissa as autoridades, evocando características positivas acerca do seu trabalho exaltando valores como dignidade, família e honestidade.

E: Agora eu, particularmente, é por causa de tomar a mercadoria e eu falar pra ele "to trabalhando, o senhor não tem mãe, não tem

família?” Aí ele falava desse jeito assim: “nem venha com chantagem emocional não, sua vagabunda”. Aí eu falei assim “vagabunda vírgula, você me respeita, tenho idade pra ser sua mãe”. Aí ele chegou e disse assim “Cê vai me encarar? Cê vai me encarar?”, pegou e enfiou o dedo dentro da minha boca, bem... que o sangue lavou na gengiva, aí quer dizer muitas vezes aconteceu comigo e com os colegas. (J., 64 anos)

Conforme o relato dos entrevistados, a truculência é intensificada quando os agentes possuem autorização de apreensão¹⁸. Conforme mostra o gráfico abaixo, 86% dos ambulantes já foram agredidos - verbal ou fisicamente - por fiscais da AGEFIS.

Gráfico 18 - Distribuição de trabalhadores informais da Rodoviária do Plano Piloto que relataram já terem sido agredidos.



O serviço da AGEFIS quando ele não tá tomando, ele só fica andando pedindo pra você sair, mas quando eles tão tomando, que eles têm ordem pra apreender, eles vem com brutalidade, ele te derruba, ele quebra a tua caixa, ele não, do jeito que já vem ele fala igual a um vagabundo “perdeu, perdeu, perdeu”, se você não fizer nada ali ele já

¹⁸ A presença dos fiscais na Rodoviária é constante, porém nem sempre eles recolhem as mercadorias dos ambulantes. É comum a presença dos agentes apenas de forma fiscalizatória e sem poder de recolhimento, uma vez que este somente pode ocorrer mediante presença de um agente auditor.

vem com aquela mão dele do jeito que vem aqui já te rasga, entendeu? (S., 38 anos)

O relato de J. e S. evidenciam a brutalidade dos agentes e a violência sofrida pelos vendedores, que buscam através da união e do diálogo estabelecer uma relação mais harmoniosa. Alegam que quando observam algum colega sendo humilhado rapidamente se "amontoam" em volta da vítima, procurando protegê-la de possíveis agressões. Desta forma, os ambulantes usam sua coletividade como forma de defesa, uma vez que estando sozinhos a probabilidade de sofrer violência é menor do que se estivessem unidos. Além disso, os ambulantes buscam associar seu trabalho - ainda que informal - a uma atividade honesta, afastando-se de estereótipos associados a bandidagem e vagabundagem. Como aponta Sasaki:

A associação de trabalhador informal como marginal chega ao limite extremo no caso dos ambulantes. Com eles a associação com a ilegalidade é tênue e as questões sociais se complicam. A apreensão de mercadorias, ganha pão destes informais, por parte da fiscalização, assume para os trabalhadores o caráter de penalidade por infringir a lei, de atividade ilegal. (Sasaki, 2009, p.86)

De forma a evitar que os ambulantes estabeleçam relações de amizade ou que promovam acordos tácitos com os fiscais é comum que a rotatividade na posição seja alta. Assim, de forma a deixar a relação mais impessoal possível, os fiscais ficam poucos meses atuando na Rodoviária e logo após são substituídos. Essa política impede que os fiscais fiquem "com pena" dos ambulantes ou façam vista grossa.

Aí com o tempo a gente vai conhecendo eles, aí eles trocam os meninos, porque jamais ele vai colocar pra correr se ficaram seis meses aqui, porque as pessoas já... fez amizade com você. Aí já não tem a coragem de te bater... (L., 31 anos)

Mesmo realizando uma atividade não permitida pelo Estado, os informais acreditam ser totalmente desumano esse cenário de violência e perseguição. Desejam serem respeitados como trabalhadores honestos e que "buscam seu lugar ao Sol", uma vez que, para eles, "o governo deveria se preocupar em correr atrás de bandido, não de trabalhador".

Mas que eles viessem trabalhar com mais... de uma maneira diferente, não agredindo a gente da maneira como eles agridem porque eles realmente agridem a gente. Não é só eu não, é todo mundo. Todas as pessoas que você entrevistas vai dizer a mesma coisa. (L., 31 anos)

Queria que assim, a gente fosse tratado com mais respeito e educação, sabe? Entendo né, que eles estão fazendo ai o trabalho deles mas não precisa partir pra ignorância... Aqui tem pai e mãe de família que tá aqui pra ganhar seu dinheiro honesto, arrumar um lugar no Sol... Pega a mercadoria com educação, 'nós' entende.. Mas se parte pra ignorância... A gente tenta se proteger aqui. (S., 38 anos)

A noção de insulto moral¹⁹ (Cardoso de Oliveira, 2008) revelou-se um aspecto importante no contexto etnográfico analisado. Tendo em vista sua aparente "imaterialidade", o insulto sofrido pelos vendedores tende a ser invisibilizado como uma agressão que merecesse reparação. Neste contexto, além de vivenciarem a violência física, a violência simbólica também se fazia presente por meio da humilhação, da invisibilização e da agressão a dignidade dos ambulantes. Sendo a dignidade uma condição dependente de expressões de reconhecimento, ou de manifestações de consideração, a sua negação é entendida como um insulto pela vítima. Sendo assim,

Nos casos em que o reconhecimento torna se uma questão, a ausência deste sinal é vivida como uma negação da identidade do interlocutor, que se sente agredido. É, nesse sentido, que o aspecto dia lógico do reconhecimento se faz presente com todas as suas implicações. Isto também significa que o reconhecimento é uma atitude ou um direito que precisa ser permanentemente cultivado, e que as demandas a ele associadas não podem jamais ser contempladas de forma definitiva. (Cardoso de Oliveira, 2008, p. 138)

¹⁹ Cardoso de Oliveira (2008) define insulto moral como uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e que sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro. (p. 136)

Em sua teoria do reconhecimento, Axel Honneth observa que o desrespeito constitui-se como a recusa do reconhecimento, diferenciando três padrões de desrespeito. "A primeira forma de desrespeito está inscrita nas experiências de maus tratos corporais que destroem a autoconfiança elementar de uma pessoa" (Honneth, 2003, p. 216) A segunda traduz-se nas experiências de exclusão da posse de determinados direitos dentro de uma sociedade. Já a terceira forma é a degradação valorativa de padrões de auto realização. Essas formas de desrespeito representam a limitação da autonomia pessoal e a associação com o sentimento que o sujeito não possui o status de um parceiro de interação com igual valor.

No tocante as experiências compartilhadas pelos vendedores ambulantes, o desrespeito e as humilhações praticadas pelos fiscais retira-os de sua qualidade de trabalhador honesto e digno, colocando-os em uma posição degradante e vergonhosa, muito semelhante aquela sofrida por malfeitores e pedintes, elementos os quais buscam severamente se distanciar. Conforme pontua Honneth (2003) a experiência de desrespeito social é capaz de motivar um sujeito a entrar numa luta ou num conflito prático, engendrando reações emocionais negativas, tais como: vergonha, ira, vexação ou o desprezo. Uma vez que o ser humano depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações, quando depara-se com a experiência do desrespeito ele é capaz de reconhecer que o reconhecimento social lhe é negado. Sendo assim, o medo da tomada das mercadorias se torna quase que irrelevante se comparado com a humilhação sofrida e a negação do status de trabalhador.

6. Ser parte de uma coletividade: estabelecendo relações com outros ambulantes

Levando em consideração que os ambulantes não se consideram de forma isolada, mas sim fazendo parte de uma coletividade, eles estabelecem interações com outros atores de forma a legitimar e manter sua posição dentro do mercado informal. Desta forma:

Frente a uma situação que não é, em si, de conflito explícito, mas carrega relações de hierarquia e disputa, os vendedores acionam táticas de negociação, restituindo um lugar de criação de possibilidades a partir de condições adversas. (Ostrower, 2007, p. 45)

A atuação dos vendedores ambulantes envolve diversas interações. Logo, inúmeras são as possibilidades de redes de contato que podem ser criadas neste contexto: relações dos ambulantes com motoristas, transeuntes, lojas de distribuição de doces, policiais, fiscais, entre outros. Entretanto, este trabalho se debruçará em analisar as relações que os ambulantes estabelecem com eles mesmos. A escolha do enfoque objetiva perceber como esses vendedores informais se representam como coletividade, como grupo e como percebem sua atividade, a qual é exercida no interior de uma sociedade complexa e desigual.

A relação com outros vendedores é a primeira e principal relação que deve ser estabelecida. Caso o ambulante inicie suas vendas sem tecer uma rede de contatos e amizades ele pode ter algumas desvantagens. Conflitos gerados pela concorrência, ocupação inadequada do espaço e dificuldades em encontrar bons preços nas distribuidoras são algumas das consequências.

Apesar de vivenciarem um ambiente onde disputam por espaço e freguesia valores como amizade e união são muito estimados. Já que realizam uma atividade mal vista pelo Estado e por alguns transeuntes, os ambulantes procuram construir sua força conjuntamente.

Não vejo aqui ninguém como meu inimigo. Somos todos amigos, todo mundo se ajuda porque aqui a gente precisa de uma união. (K., 24 anos)

Como é comum a venda de doces e salgadinhos, os ambulantes partilham uma rede de informações sobre lojas distribuidoras mais baratas e com maior diversidade de produtos. Estão atentos a cada oscilação de preço e as pesquisas são feitas de forma minuciosa nas lojas das redondezas. Sendo assim, criar amizades auxilia as vendas e o lucro final, fazendo com que se um vendedor operasse sozinho dificilmente teria acesso a essas informações. Além disso, os ambulantes também costumam estabelecer um preço padrão para cada tipo de mercadoria a fim de não gerar discrepâncias dos valores que os doces são revendidos.

Entendendo que as formas sociais são baseadas no conflito, o fato de existir uma solidariedade entre a maioria dos ambulantes não exclui a existência de tensões e antagonismos. O mais recente confronto diz respeito a presença dos vendedores informais de roupas, calçados e acessórios na Rodoviária, que expõem seus produtos no chão da plataforma, impedindo a passagem tanto dos usuários quanto dos próprios vendedores. Segundo relatos dos entrevistados, os vendedores de roupas são em sua maioria estrangeiros que além de "roubar" o espaço, "roubam" também a clientela, partindo muitas vezes a agressão física e verbal contra os vendedores ambulantes de alimentos.

A gente tava conversando “gente, como é que nós vamos andar aqui dentro?”Pessoal da roupa tá invadindo, tá vindo tudo de fora, indiano que nunca morou no Brasil, que ninguém sabe nem quem são eles. Eles tão vindo de fora, eles tão invadindo, invadindo mesmo. (J., 64 anos)

Eu e todo mundo trabalhando aqui com medo, as pessoas não olham, as autoridades não tão olhando com carinho, eu sei que eu sou clandestina, que eu nunca fui autorizada, mas o carrinho na verdade ele vai e volta, ele não atrapalha em nada. E aqui tá entrando gente de todo jeito. (K., 24 anos)

Imagem 10: Vendedores de roupas na Rodoviária do Plano Piloto



Foto: Fernanda Raposo

No interior de uma perspectiva sociológica do conflito, tal como enfatiza Simmel (1983), o conflito pode possibilitar momentos de construções e destruições, sob relações e interações sociais. Neste sentido, as falas de J. e K. traduzem o sentimento de revolta dos ambulantes - que utilizam carrinhos, sacos e cestas - frente a presença dos vendedores de roupas que, além de serem novos no espaço, atrapalham e dificultam a permanência dos vendedores de alimentos. Em face desse novo grupo que se estabeleceu, os ambulantes do ramo alimentício estabelecem o conflito como força integradora do grupo (Simmel, 1983) construindo uma identidade particular que seja capaz de separá-los dos vendedores de roupas. Nesse sentido, argumentam que:

- a) não atrapalham a circulação nas plataformas;
- b) comercializam produtos essenciais para a clientela; e
- c) são mais antigos

Ser ambulante representa a composição de uma identidade própria, fruto das socializações presentes neste cenário. Por meio deste processo, os ambulantes são capazes de definir a si mesmo e aos outros. Logo, a identidade de um vendedor ambulante é resultado de todo um *know how* produzido pela experiência do trabalho e pela vivência cotidiana naquele ambiente, mas também é resultado de saberes informais que são compartilhados na interação cotidiana entre os vendedores.

Conforme aponta Jodelet (2009) as representações criadas por determinado grupo exprimem e mantêm a existência dos mesmos. Assim,

a identidade é definida como o resultado de uma relação de força entre as representações impostas pelos que têm o poder de classificar e nomear, e aquelas pelas quais os outros grupos estimam fazer reconhecer sua existência. (Jodelet, 2009, p.116)

A partir deste ponto de vista, levando em consideração a situação dos ambulantes, o estabelecimento de uma identidade própria e diferenciadora contribui no sentido de perpetuar e garantir sua presença em um espaço sob disputas.

Tipo, não era pra nenhum deles estar aqui porque eles ocupam muito espaço e ficam todos muito perto do outro, ai ninguém passa. Já a

gente não, sabe? A gente fica circulando com o carrinho que não ocupa um espaço, uma outra vou pra lá, outra pra cá... Eles vem com sacolas, sacoleiro mesmo, abre o pano ai... São mal educados demais, já trataram mal uma colega aqui. A gente não atrapalha ninguém, nós "vende" coisas na fila que as pessoas "precisa" também. Agora uma roupa... vai lá pra Feira dos Goianos.. (K., 24 anos)

Segundo relato dos ambulantes, os conflitos entre eles e os vendedores de roupas aproximou ainda mais os vendedores de alimentos, que se unem para afirmar constantemente sua presença na Rodoviária e coibir a atividade dos novatos. Entretanto, motivados pelo medo, a postura adotada pela maioria é não discutir diretamente, mas sim buscar opções capazes de reprimir as atividades, evitando exposição. Uma dessas opções diz respeito a chamar a atenção dos fiscais e pedir por mais intervenções do governo na Rodoviária.

Como eu te falei, esse pessoal novo às vezes você pega sem querer o carrinho em cima da mercadoria deles que estão no chão, esses que tão vindo que a gente não conhece, não são amigos da gente e ele chega e manda alguém te dar uma facada. Infelizmente tá acontecendo isso. E aí eu vou arrumar confusão pra quê? (K., 24 anos)

J: Você não tem a fiscalização, não tem a polícia, não tem nada pra combater e você fica aí a mercê. Então é muito desagradável, é muito triste ficar assim. Nós que trabalhamos no carrinho preferimos que a AGEFIS esteja, do que não esteja.

Pesquisadora: Mas isso não é ruim pra vocês também?

J: Não é não, sabe por quê? Porque a gente sai e volta rapidinho, é fácil, estamos acostumados, mas eles não. Eles montam um monte de coisa, ai vem o fiscal eles tem que puxar tecido, botar na sacola, sair correndo, depois tem que montar tudo de novo... Pra gente é mais fácil.

Como discutido anteriormente, a Rodoviária do Plano Piloto constitui um território que define uma territorialidade específica, marcada por posições de diferentes grupos que convivem naquele espaço. Vendedores ambulantes que comercializam por meio de carrinhos, cestas e sacos e os vendedores de roupas que expõem seus produtos no chão da plataforma são dois exemplos de grupos que disputam o espaço. Desta forma, há uma territorialidade na qual existem posições e lugares definidos dos diversos grupos que lá estão e que estão em processo de concorrência ou cooperação. Sendo assim, uma identidade é mobilizada dentro daquele espaço de forma a se posicionar frente a alteridade.

Berger e Luckmann (1976) elucidam que a formação e conservação das identidades são condicionadas por processos sociais determinados por meio de estruturas sociais. Neste sentido, cada grupo carrega uma identidade que está em conformidade com uma definição social que, por sua vez, o situa em um determinado conjunto social. A identidade social é incluída ao mesmo tempo que excluída, uma vez que só fazem parte do grupo aqueles que são semelhantes sob certo ponto de vista. Assim, estabelece-se uma relação dialética entre identidade e alteridade. Conforme analisado por meio das observações participantes, podemos considerar como parte desta alteridade os fiscais, a polícia e vendedores, no caso analisado, os vendedores de roupa. Percebe-se que, assim, que os vendedores ambulantes de alimentos mobilizam uma identidade de grupo naquele momento e naquele espaço.

Os vendedores ambulantes são alvo de inúmeras representações, ora positivas, ora negativas. Ao serem associados à figura de "desocupados" ou "vagabundos" coloca-se em dúvida sua honra pessoal e ignora-se seu status de trabalhador. Todavia, a imagem negativa também é construída por alguns vendedores que atribuem caráter e atitudes duvidosas por parte de alguns que não fazem parte da coletividade e que buscam causar confusão e transtornos. Desta forma procuram estabelecer sua condição de trabalhador honesto e digno, assumindo uma postura tranquila, amigável e resolutiva tanto entre eles próprios quanto com outros. Assim, além de construírem uma imagem positiva sobre seu trabalho, os ambulantes também constroem uma identidade social que seja constitutiva do grupo e que seja capaz de fortalecer e firmar sua presença em um espaço de disputas e tensões reforçado e reconhecido pelo sentimento de grupo.

APONTAMENTOS FINAIS

No decorrer da pesquisa tive a oportunidade de conhecer inúmeros vendedores, aprender um pouco sobre suas histórias, cotidianos e trabalho. Foram construídas relações de confiança e até mesmo amizade, principalmente com algumas vendedoras com as quais ainda converso enquanto espero o ônibus com destino a Santa Maria. Vale ressaltar, que meu universo empírico é restrito e limitado e, por este motivo, não abarco a totalidade dos vendedores informais do Distrito Federal, mas considero este trabalho relevante no sentido de levantar algumas reflexões sobre as representações sociais dos vendedores ambulantes da Rodoviária do Plano Piloto. Desta forma, nesta seção não pretendo traçar conclusões finais acerca do tema, tão amplo e diverso, mas sim fazer um balanço dos dados analisados e apresentar propostas para investigações futuras.

O tema do trabalho informal deixou ser uma questão exclusiva dos países subdesenvolvidos tornando-se a expressão de novas modalidades de trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas. O trabalho desprotegido e informal e todas as características associadas a ele sempre fizeram parte do cotidiano de muitos brasileiros. A particularidade do Brasil é a de um país onde o assalariamento e os direitos trabalhistas nunca foram generalizados para toda a sociedade.

Em função de processos de exclusão do padrão contratual formal, carreiras lineares e hierárquicas dentro das empresas são deslocadas para a "viração" cotidiana, inconstante e instável, totalmente dependente do fazer acontecer do trabalhador. (Freire da Silva, 2012) Tais processos marcam e são marcados por desigualdades estruturantes. Conforme analisam Theodoro e Nunes (2001) a precarização do mundo do trabalho aparece de forma mais nítida na presença significativa de negros e pardos em atividades informais, que no caso desta pesquisa diz respeito a 71% dos vendedores entrevistados. Tais dados denotam que essas desigualdades não estão sendo superadas, mas sim perpetuadas.

Em meio a um cenário de carência material, falta de reconhecimento e dificuldades de (re)alocação no mercado formal, os ambulantes fazem uso de estratégias e mecanismos que possibilitam transpassar os desafios do mundo do trabalho na

informalidade. Pude apreender, durante esta pesquisa, que os vendedores informais elaboram discursos positivos acerca de seu trabalho para se esquivar de uma imagem negativa, empregada frequentemente para se referir a bandidos, pedintes e malfeitores. Essa gramática moral própria conduz a uma ideia de representação da categoria de vendedor informal que os próprios vendedores reforçam coletivamente.

Neste sentido, ao pensar as representações sociais como um conjunto de fenômenos e processos relativos ao modo como os indivíduos pensam e agem no cotidiano. Ou ainda, nas palavras de Denise Jodelet (2009), sistemas teóricos que permitem aos atores sociais compreender, interpretar seu ambiente natural e social e nele se situarem. É caro pensar, neste contexto, que uma imagem sobre o vendedor ambulante é criada e repassada, permitindo aos atores sociais se posicionarem e se legitimizarem como trabalhadores dignos, mesmo estando a margem.

Conforme apresentado em seções anteriores, a ideia de vendedor ambulante compartilhada pelos vendedores é de alguém *digno, honesto, batalhador e vencedor*. Assim, podemos dizer que os ambulantes constroem sua identidade no momento que: 1) reafirmam o discurso positivo sobre seu trabalho; 2) fortalecem o sentido moral do seu trabalho; 3) aproximam-se da categoria de trabalhadores, enquanto afastam-se da categoria de vagabundo; 4) afirmam, que por mais que a fiscalização nos expulse, eles têm direito de permanecer na Rodoviária; e 5) atribuem sofrimento ao seu trabalho como forma de superação.

Podemos perceber que em relação a defesa de alguns direitos mínimos os quais eles se consideram portadores, tais como o direito de vender e se de proteger da polícia, os vendedores ambulantes se comportam como um grupo social. Parece que no tocante as relações que são estabelecidas dentro do ambiente de trabalho, na qual estão inseridos, os vendedores ambulantes se comportam como um grupo quando as questões e as circunstâncias dizem respeito a suas atividades laborais. Assim, ao criar e viabilizar suas condições de trabalho cria-se um grupo, ainda que este não seja duradouro ou estruturado, porém importante como forma de estratégia para que os vendedores possam se posicionar, ter reconhecimento e condições de trabalhar dentro daquele espaço.

Por fim, esta dissertação, ao discutir o trabalho informal dos vendedores ambulantes de alimentos da Rodoviária do Plano Piloto sob o prisma da Teoria das Representações Sociais, não pretende dar conta de esgotar as discussões acerca de uma questão tão complexa e inquietante mas sim propor novos debates e diálogos que possam contribuir, de alguma forma, para a produção de novos olhares acerca do tema. Partiu-se do pressuposto de que os ambulantes constroem discursos e formas de sociabilidade próprias que busquem legitimar seu trabalho e se constituírem como um grupo de trabalhadores, apesar de estarem a margem das relações trabalhistas formais. Neste sentido, observou-se que os trabalhadores, devido ao abandono e a falta de reconhecimento, criam uma gramática moral própria, baseada em valores positivos como forma de estabelecer uma identidade comum e que sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, definidora do "ser ambulante" na Rodoviária do Plano Piloto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Adolescentes em manchete (policial). In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa e BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Orgs.) **Brasília: dimensões da violência urbana**. Brasília: Editora UnB, 2005.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. In: **Revista Temas em Psicologia da SBP**, vol. 8, n. 3, 2000. p. 257-267. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23446/3/ARTIGO_RepresentacoesPraticasSociais.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ARAÚJO, Marivânia Conceição de. A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. In: **Revista Hospitalidade**. São Paulo, ano V, n. 2, p. 98-119, jul.- dez. 2008.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Lembranças e apontamentos do Governo Provisório de São Paulo para os deputados da Província às cortes portuguesas para se conduzirem em relação aos negócios do Brasil. 1821, In: **Gazeta do Rio de Janeiro**, Ed: 123 de 13 de dezembro de 1821.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Memória de José Bonifácio apresentada à Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil, junho de 1823. In: VIDAL, Laurent; **De Nova Lisboa a Brasília: A invenção de uma capital**. Século XIX –XX.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual**: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho, s.l: s.n., 2011.

BARROSO, E.P. Brasília: **Brasília: As controvérsias da utopia modernista na cidade das palavras**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de

Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1140>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BORTOLO PINTO, Marizângela Aparecida. **Condomínios horizontais fechados e a ilegalidade urbana em Brasília**: Representações sociais do espaço urbano e as contradições de uma cidade planejada. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/8063>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CACCIAMALI, M. C. O setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo: Ed. IPE, 1983

_____. Globalização e processo de informalidade. Economia e Sociedade, Campinas, n. ju 2000, p. 153-174, 2000

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Escrevendo a história: 50 anos de Brasília**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/revista-50-anos-de-brasilia>>. Acesso em: 30 jul. 2019

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Existe violência sem agressão moral? In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23 n. 67, junho 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/10.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CARNEIRO, Francisco G. **Informalidade e terceirização: duas tendências opostas?** In: Revista de Economia Política, vol. 14, nº4 (56), outubro-dezembro, 1994.

CASTELO BRANCO, Maria Cecília Campos. **Brasília**: Narrativas urbanas. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2049>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. **Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG)** In: Sociedade & Natureza, Uberlândia, 21(3): 327-339, dez. 2009

COELHO, Christiane Machado. **Utopias Urbanas: o caso de Vila Planalto e Brasília.** Cronos (Natal. Impresso) , v. 9, p. 65-75, 2008.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). **Atlas do Distrito Federal 2017.** 2017. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

COSTA, Hipólito José da. Correio Braziliense. **Política.** Londres, 1813. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1303>>. Acesso em: 30 jul. 2019

COSTA, Lúcio. **Brasília revisitada 1985/1987:** Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3262>>. Acesso em: 10 mai. 2019

_____. **Relatório do Plano Piloto de Brasília.** Codeplan, Brasília: GDF, 1991.

DE SOTO, H. **Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana.** Rio de Janeiro: Globo, 1986.

DUARTE, Rosália. Pesquisa **qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.** In: São Paulo, Cadernos de Pesquisa, no. 115, mar/2002;

DUARTE DE SOUZA, Maria Valéria. **Brasília e a mudança da capital para o Planalto Central.** 2010. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/128067-1>>. Acesso em: 30 jul. 2019

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Da divisão do trabalho social**. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FARINASSO, Gabriela Cascelli. **A nova prata [forma] da rodoviária**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/10242>> Acesso em: 10 jun. 2019

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, Aldo. (Org.) **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto; Brasília: CNPq, 1985.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. In: **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. PAVIANI, Aldo et al. (Orgs.) - Brasília: Editora UnB, 2010. p.23-53

FERREIRA, Marcilo e GOROVITZ, Matheus. **A invenção da superquadra: O conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília**. Brasília: IPHAN, 2009.

FONSECA, Graziano Leal; PALES, Raíssa Cota. **O fenômeno do capitalismo na concepção dos clássicos: Marx e Weber**. In: Revista EF Deportes, ano 20, nº 210, novembro/2015. Disponível em: < <https://www.efdeportes.com/efd210/o-capitalismo-na-concepcao-marx-e-weber.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FREIRE DA SILVA, Carlos. **Mercado informal e Estado: jogos de poder entre tolerância e repressão**. In: *Ilegalismos, cidade e política*. AZAIS, C; KESSLER, G e TELLES, Vera da Silva. Belo Horizonte: Ed. Finos Traços, 2012.

GAULEJAC, V. **As origens da vergonha**. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 2006

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. São Paulo: Record, 2004.

HART, Keith. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana. In: **The Journal of Modern African Studies**, vol. 11, n. 1, mar/1973. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4410580/mod_resource/content/0/Hart%2C%201973.pdf> Acesso em: 11 jun. 2019.

HOLANDA, Frederico de. **Sagrado e profano**. Correio Braziliense, Brasília, 17 jun. 2013, Caderno 1, p. 11.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica a Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 2ª edição

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBGE. **Aspectos históricos e formação administrativa do Distrito Federal**. 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/brasil/brasil.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

_____. Recentes desenvolvimentos da noção de representações nas Ciências Sociais. In: ALMEIDA, A. M. O. & JODELET, D. et al. (Orgs.) **Representações Sociais: Interdisciplinariedade e diversidade de paradigmas**. Brasília: Thesaurus Editora, 2009.

KREIN, José Dari. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Campinas, Programa de Pós-graduação em Economia. 2007. Tese de doutorado. Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, 2007.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1039>>. Acesso em: 30 jul. 2019

KUSENBACH, Margarethe. Street Phenomenology: **The Go-Along as Ethnographic Research Tool**. Disponível em: <<http://srmo.sagepub.com/view/sage-qualitative-research-methods/d26.xml>> Acesso em: 09/12/2013.

LALANDA, Piedade. Sobre a **metodologia qualitativa na pesquisa sociológica**. In: *Análise Social*, 148, 1998. pp. 871-883

LAUTIER, Bruno. **Trabalho ou Labor? Dimensões históricas e culturais**. In: *Ser social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB*, n. 5, jul/dez, 1999, pp. 09-22.

_____. **L'économie informelle dans le tiers monde**. Col. Repères, no.155, Paris, La Decouverte. 1994.

_____. **L'Etat et l'informel**, Paris, l'Harmattan. 1991.

LEWIS, A. O desenvolvimento econômico como oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N; SINGH, S.P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010

LUIZ, Edson Beú e KUYUMJIAN, Marcia M. Candangos: Uma história de trabalho e exclusão. In: **Revista Tempos Históricos**, volume 14, 1º semestre de 2010. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/5170>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). 1971 - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1971.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas)

MEDEIROS, Ana Elisabete; CAMPOS, Neio Lúcio de Oliveira. Cidade projetada, construída, tombada e vivenciada: pensando o planejamento urbano em Brasília. In: **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. PAVIANI, Aldo et al. (Orgs.) - Brasília: Editora UnB, 2010. p.137-161

MELO, Hildete Pereira & TELES, Jorge Luiz. **Serviços e informalidade: O comércio ambulante no Rio de Janeiro** – Textos para discussão N° 773. IPEA: Rio de Janeiro, p.04-22, 2000.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

_____. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (Org). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MOURA, C. P.. **Sociedade de Esquina**. Mana (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 29, 2006.

NORONHA, Eduardo G. **"Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18, no.53, outubro/2003. p.111-129.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília na rede das cidades globais**: apontando uma tendência. Revista Sociedade e Estado, volume 29, número 3, set/dez 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v29n3/a13v29n3.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2019.

NUNES, C. G. F. ; LISBOA, Mário Theodoro de . Atividades Informais em Brasília: Análise e Desafio. In: Mário Theodoro de Liboa; Sadi Dal Rosso. (Org.). **A Regulação Social do Trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2003.

OLIVEIRA, F. M. C.. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Employment, Income and Equality**: A Strategy for Increasing Productivity in Kenya. Geneva: ILO, 1972

OSTROWER, Isabel (2006). **“Fazendo do limão uma limonada”**: moralidades, estratégias e emoções entre vendedores ambulantes nos ônibus do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PARK, Robert Ezra (1925). **The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment**. In Park, R. E.; Burgess, E. W. *The City* (1st ed.). Chicago, IL: University of Chicago Press.

PAVIANI, A.. A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade. In: Paviani, Aldo. (Org.). **Brasília: Moradia e Exclusão**. Brasília: Editora UnB, 1996, v. 1, p. 213-229.

PERRY, Guillermo; MALONEY, William; ARIAS, Omar; FAJNZYLBER, Pablo; MASON, Andrew; SAAVEDRA-CHANDUVI, Jaime. **Informality: exit and exclusion**. World Bank Studies for Latin America and the Caribbean, 2007.

PIRES, Lenin. **Esculhamba, mas não esculacha! Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil**. Niterói: Editora da UFF, 2011.

SÁ, Celso Pereira. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.

SASAKI, Maria Amélia. **Trabalho informal: escolha ou escassez de empregos? : estudo sobre o perfil dos trabalhadores por conta própria.** 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SANTIAGO, Carlos Eduardo P. **Do catador ao doutor: determinantes da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil.** 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília – UnB

SIMMEL, G., A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.), Simmel. São Paulo, Ática, 1983.

_____. A metrópole e a vida mental. In: Velho, Otávio Guilherme. (Org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro : Zahar editores, 1979.

SCHMIDT, Benício Viero. Brasília como centro político. In: PAVIANI, Aldo (Org.) **Brasília, Ideologia e Realidade: Espaço Urbano em Questão.** São Paulo: Editora Projeto, 1985. 256p.

THEODORO, Mário Lisboa. **O Estado e os diferentes enfoques do informal.** Texto para discussão no. 919 - IPEA, Brasília, 2002.

THEODORO, Mário Lisboa e NUNES, Christiane Girard Ferreira. **Atividades informais em Brasília: três estudos de caso.** In: Encontro Anual da ANPOCS, 2001, Caxambu, 2001

THEODORO, Mário Lisboa e NUNES, Christiane Girard Ferreira **Atividades Informais em Brasília: Análise e Desafio.** In: Mário Theodoro de Lisboa; Sadi Dal Rosso. (Org.). **A Regulação Social do Trabalho.** Brasília - DF: Paralelo 15, 2003, v. 1, p. 209-223.

THEODORO, Mário Lisboa e NUNES, Christiane Girard Ferreira. **Violência no Informal: o trabalho doméstico e o comércio de rua.** In: José Fernando da Silva; Ricardo Barbosa de Lima; Sadi Dal Rosso. (Org.). **Violência e Trabalho no Brasil.** Goiânia: UFG, 2002, p. 119-131.

TOSTA, Tania Ludmila Dias. **Antigas e novas formas de precarização do trabalho: o avanço da flexibilização entre profissionais de alta escolaridade.** 2008. 272 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6332>>. Acesso em: 11 jun. 2019

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. **A aventura sociológica.** Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

WIRTH, Louis. **Urbanism as a Way of Life.** The American Journal of Sociology, vol. 44, nº 1, julho/1938. pp. 1-24

VARNHAGEN, Francisco Adolfo, 1816-1870. **A questão da Capital: Marítima ou no Interior?** Edição fac-similada. Brasília- DF, Thesaurus, 1978. Cit, p, 21.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Vendedores Informais Rodoviária do Plano Piloto

I. Identificação

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Local de nascimento:
- 4) Sexo: Fem Masc
- 5) Estado Civil:
 solteiro separado união estável
 casado outro
- 6) Escolaridade
 sem instrução alfabetizado 1ª a 4ª série
 5ª a 8ª série médio incompleto médio completo
 superior incompleto superior completo
- 7) Qual sua cor?
 branca preta parda amarela
- 8) Número de filhos:
- 9) Local de Moradia:

II. Vida pessoal

- 10) Você está estudando?
 sim não
- 11) Por quê?
- 12) Você já fez algum curso de qualificação profissional?
 sim não a) quais?
- 13) Com quem você mora:
 sozinho com os pais filhos outros parentes
 amigos outros cônjuge/companheiro/a
- 14) Sua casa é:
 própria alugada cedida
 ocupada
 irregular

III. Trabalho

- 15) Há quanto tempo trabalha como vendedor na Rodoviária?
- 16) Quantas vezes por semana você trabalha?
- 17) Quantas horas você trabalha por dia?

18) Qual sua média de renda mensal?

19) Você realiza outra atividade? () sim () não

IV. Impressões sobre o trabalho

20) Sente orgulho do seu trabalho?

() sim () não

21) Considera um trabalho fácil?

() sim () não

22) Tem experiências anteriores de trabalho?

() sim () não

23) Deseja conseguir trabalho formal?

() sim () não

V. Discriminações e Violência no Trabalho

24) Já se sentiu ofendido, menosprezado ou constrangido por ser vendedor ambulante?

() sim () não

25) Já sofreu algum xingamento, insulto, ofensa ou humilhações no trabalho?

() sim () não

26) Já foi agredido fisicamente (tapas, chutes, socos) durante o trabalho?

() sim () não

27) Já teve experiências de apreensão de mercadorias ou problemas com fiscais?

() sim () não

ROTEIRO DE PERGUNTAS

IDENTIFICAÇÃO	Nome: Idade: Local de Residência:
<ol style="list-style-type: none">1) Qual a sua trajetória trabalhista?2) Quantas vezes por semana você trabalha?3) Quantas horas você trabalha diariamente?4) Por que escolheu a Rodoviária como lugar de trabalho?5) Há quanto tempo trabalha como vendedor na Rodoviária?6) Como escolheu esse trabalho?7) Quais são as maiores dificuldades do seu trabalho?8) Existe algo que gostaria de mudar no seu trabalho?9) Qual sua relação com os outros camelôs?10) Qual a sua relação com os fiscais?	